



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores
Programa de Mestrado em Educação
Processos Formativos e Desigualdades Sociais

Ladyane G. Ribeiro

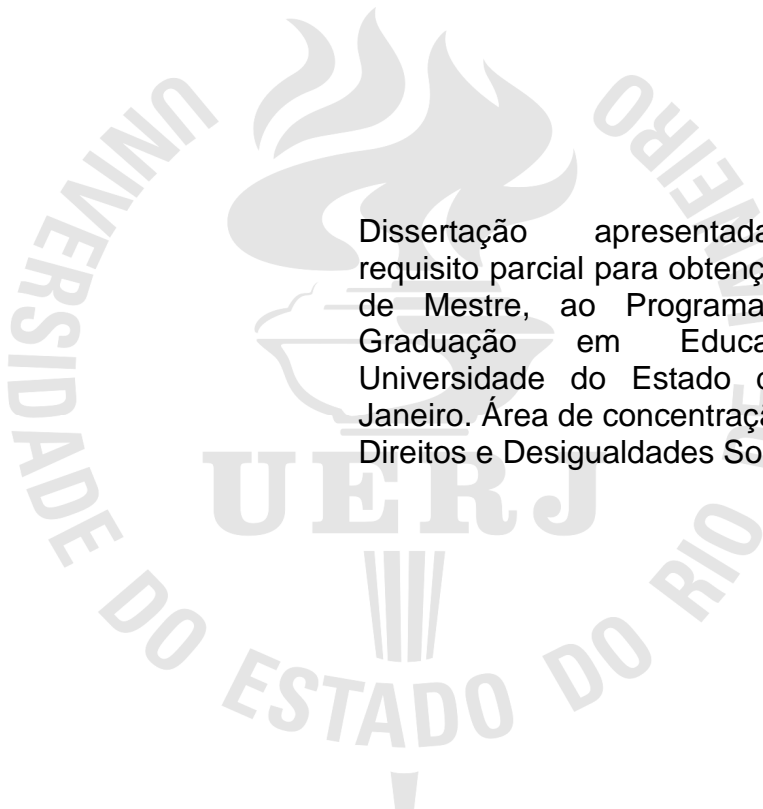
**A questão cultural enquanto formação humana: investigando
os interesses em disputa nas políticas culturais da cidade de
São Gonçalo**

São Gonçalo

2011

Ladyane G. Ribeiro

A questão cultural enquanto formação humana: investigando os interesses em disputa nas políticas culturais da cidade de São Gonçalo



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Direitos e Desigualdades Sociais.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Tereza Goudard Tavares

São Gonçalo

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

A484 Ribeiro, Ladyane Gago.
A questão cultural enquanto formação humana: investigando os interesses em disputa nas políticas culturais da cidade de São Gonçalo / Ladyane Gago Ribeiro. – 2011.
174 f.

Orientador : Profª Drª. Maria Tereza Goudard Tavares.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. São Gonçalo (RJ) – Política cultural - Teses. 2. Cultura. 3. Políticas públicas. I. Tavares, Maria Tereza Goudard. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CDU 316.722(815.3)

Ladyane G. Ribeiro

**A questão cultural enquanto formação humana: investigando os
interesses em disputa nas políticas culturais da cidade de São Gonçalo**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Direitos e Desigualdades Sociais.

Aprovada em ____ de _____ de 2011

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Tereza Goudard Tavares
Faculdade de Educação da UERJ

Prof.^a Dr.^a Márcia Soares de Alvarenga
Faculdade de Educação da UERJ

Prof. Dr. Aloísio Jorge de Jesus Monteiro
Instituto de Educação da UFRRJ

São Gonçalo

2011

DEDICATÓRIA

O trabalho dissertativo que aqui se apresenta é dedicado...

A todos aqueles que esta produção possa contribuir, academicamente ou em matéria de reflexão crítica.

A todos aqueles que fazem parte do município de São Gonçalo. Aos que lutaram, aos que tombaram em meio à luta, e àqueles que continuam lutando na práxis social de um local geográfico com contradições sociais que congrega possibilidades e limites.

“A vida é bela, que as gerações futuras a limpem de todo o mal, de toda opressão, de toda a violência e possam gozá-la plenamente” (Leon Trotsky)

AGRADECIMENTOS

Ainda quando realizo trabalho científico, uma atividade que raramente posso conduzir em associação direta com outros homens, efetuo um ato social, por ser humano... Por essa razão, o que eu próprio produzo, o faço para a sociedade, e com a consciência de agir como um ser social. (Marx, 2001)

A conquista de iniciar o mestrado, mesmo se apresentando de forma súbita – ocorrendo em seguida do término da graduação –, materializou a intencionalidade e o esforço projetado ao longo de uma trajetória acadêmica. Percorrer os dois anos de aprendizagem e pesquisa dissertativa, em meio às constantes responsabilidades laborais e pessoais, se revelou um desafio e um incentivo para seguir rumo aos objetivos almejados, dentre os quais: alcançar o amadurecimento teórico para trilhar no campo da docência, adensar as análises da questão cultural e da política pública, e direcionar o recorte para uma cidade com escassas investigações acadêmicas. Etapa esta, pronta para ser concluída em meio a uma trajetória que seria impossível sem as contribuições, direta e indireta, para minha formação humana.

Como bem sinaliza Marx (2001), em epigrafe, que embora a produção de trabalho científico (esta dissertação, por exemplo) seja, pela sua finalidade acadêmica, um trabalho individual (aparentemente), há contributos socialmente construídos pela nossa formação humana que revelam o ato social na produção de conhecimento.

Nesse sentido, em primeiro lugar, agradeço a Todos, para não ser injusta ao deixar de nomear os muitos que das mais variadas formas e intensidades contribuíram, e ainda contribuem, para que eu continue a sonhar e a acreditar na luta por uma sociedade que possa avançar significativamente rumo ao rompimento das alienações e que desse modo disputem ideologicamente os projetos societários, com o estabelecimento de uma contra-hegemonia; e que, mediante as mutações necessárias, condizentes a conjuntura contemporânea, ainda podemos (e devemos) desenvolver o legado teórico do materialismo dialético. Dentre os quais, mesmo sem compartilharem da mesma ideologia, sonham com a possibilidade de uma sociedade em que os homens exerçam a liberdade em igualdade de condições; que possamos,

então, sonhar todos juntos, e que este sonho nos livre do crime da acomodação, da apatia, que aliena e negligencia a realidade social.

Em especial, agradeço a Deus pelo sentido que o atribuo em minha vida. A quem em todos os momentos recorro, seja para agradecer ou para buscar consolo. É através dessa espiritualidade (que ultrapassa as limitações da delimitação de religião) que projeto alcançar o equilíbrio necessário para prosseguir em minha jornada terrena.

Agradeço a minha mãe, Iara de Fátima G. Ribeiro, e a minha irmã, Viviane G. Ribeiro, pelo simples e intenso fato de fazerem parte da minha vida. Certamente, os aprendizados decorrentes da convivência, do forte vínculo constituído, contribuíram para minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Vocês duas - exemplos de amor, determinação e coragem - são as pessoas mais importantes e especiais que me estimulam nessa caminhada que denominamos de vida; sem vocês eu nada seria.

Agradeço aos amigos de sempre e de toda hora que me alegram e me emotivam, que concedem a distração necessária ante as preocupações, os ouvidos atentos para os desabafos e o consolo que me incentiva. Principalmente, àqueles que manifestaram o interesse constante em relação a minha produção acadêmica e a disposição na leitura da mesma.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPG EDU) da UERJ/FFP e a Turma do Mestrado em que me orgulho de ter feito parte. Observando as articulações e as relações constituídas, percebo mais uma vez em minha vida, que se confirmam a inexistência de um mero acaso - estamos onde deveríamos estar com as pessoas necessárias para o amadurecimento da nossa formação humana.

Agradeço a orientação paciente, respeitosa e democrática realizada pela professora Maria Tereza Goudard Tavares, que em meio às inúmeras responsabilidades, prontamente concedia constante interlocução no desenvolvimento deste trabalho, além de me instigar e incentivar. Agradeço aos professores Márcia Soares de Alvarenga e Aloísio Jorge de Jesus Monteiro pela disponibilidade em participar da Banca Examinadora e pelas relevantes contribuições, principalmente, na ocasião do Exame de Qualificação.

Agradeço as vozes que compuseram este trabalho dissertativo e sem os quais seria inviável o processo de pesquisa, aos entrevistados: Cleisemery Campos da Costa; Marilyn Pires Merolla; Romario Regis Francisco; Cinthia da Silva; Mônica Machado de Oliveira Sá. E as demais vozes, que mesmo sem compor formalmente este trabalho dissertativo, manifestaram as devidas contribuições. Vozes estas, atuantes na arena cultural gonçalense e que através da palavra e contrapalavra construíram a premente interação durante esses dois anos que compreendeu o Mestrado Acadêmico.

Em suma, agradeço a todos que compartilharam de cada experiência que nos produz socialmente. Mas, principalmente, àqueles que acreditaram em mim e que sempre me incentivaram; ao apoio e as orientações experientes.

“O melhor de mim sou eles” (Manoel de Barros)

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.

Antonio Gramsci

Sou um homem comum
de carne e de memória
de osso e esquecimento.
e a vida sopra dentro de mim
pânica feito a chama de um maçarico
e pode subitamente cessar.
Sou como você
feito de coisas lembradas e esquecidas
rostos e mãos, o guarda-sol vermelho ao meio-dia em Pastos-Bons
defuntas alegrias flores passarinhos
facho de tarde luminosa
nomes que já nem sei
bandejas bandeiras bananeiras
tudo misturado
essa lenha perfumada
que se acende e me faz caminhar
Sou um homem comum
brasileiro, maior, casado, reservista,
e não vejo na vida, amigo, nenhum sentido, senão
lutarmos juntos por um mundo melhor.
Poeta fui de rápido destino.
Mas a poesia é rara e não comove
nem move o pau-de-arara.
Quero, por isso, falar com você,
de homem para homem,
apoiar-me em você
oferecer-lhe o meu braço
que o tempo é pouco
e o latifúndio está aí, matando.
Que o tempo é pouco
e aí estão o Chase Bank,
a IT & T, a Bond and Share,
a Wilson, a Hanna, a Anderson Clayton,
e sabe-se lá quantos outros
braços do polvo a nos sugar a vida e a bolsa
Homem comum, igual a você,
cruzo a Avenida sob a pressão do imperialismo.
A sombra do latifúndio
mancha a paisagem
turva as águas do mar
e a infância nos volta à boca, amarga, suja de lama e de fome.
Mas somos muitos milhões de homens comuns
e podemos formar uma muralha
com nossos corpos de sonho e margaridas.

(Ferreira Gullar, 1963)

RESUMO

RIBEIRO, Ladyane. *A questão cultural enquanto formação humana: investigando os interesses em disputa nas políticas culturais da cidade de São Gonçalo*. Dissertação. Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

A presente dissertação para o Mestrado em Educação da UERJ/FFP intenciona apresentar a questão cultural enquanto formação humana, buscando, assim, compreender a intrínseca relação entre a conjuntura histórico-social universal e a formação cultural gonçalense, e sua implicação na formulação de Políticas Públicas de Cultura no município de São Gonçalo. Na construção da pesquisa foi necessário, primeiramente, investigar e conceituar os sentidos ideológicos das palavras cultura e política, que contribuísse para fundamentar o pressuposto dos interesses em disputa que atravessam a formulação das políticas públicas, tendo como referencial a perspectiva gramsciana. Delimitamos a pesquisa empírica no cenário da IV Conferência Municipal de Cultura em São Gonçalo, por se tratar de um dos mecanismos de controle social que congrega a participação do Estado (no sentido estrito) e da sociedade civil, situando essa relação na perspectiva gramsciana em contraposição a perspectiva neoliberal. Através das falas dos cinco entrevistados, dos documentos e dos bastidores do cenário conferencista, foi possível visualizar as possibilidades e limites inerentes a formação humana gonçalense. Sem ter a pretensão de esgotar uma temática tão complexa e abrangente, a produção dissertativa objetiva avançar no debate da questão cultural enquanto uma das ferramentas na disputa por um projeto societário contra-hegemônico.

Palavras-Chave: Questão Cultural. Formação humana. Interesses em disputa. Política Pública de Cultura.

ABSTRACT

RIBEIRO, Ladyane. *The cultural matter as human development*. investigating the interests in dispute in the cultural policies of the city of Sao Goncalo. Dissertation. Masters. Degree in Education. Education School. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

This piece of work for the Masters Degree in Education of UERJ / FFP intends to present the importance of the cultural matter for the human formation, trying to understand the intrinsic relation between the social historical juncture and the cultural formation in São Gonçalo, and their implications for the development of Cultural Political Policies in São Gonçalo County. Firstly, it was necessary to investigate and conceptualize the ideological meaning of the words policy and culture, in order that they could contribute and support the interests in dispute that underlies the Public Policy creation without forgetting the gramscian perspective. The empirical research was defined having as a background the IV Cultural Conference of São Gonçalo because it is one of the mechanisms of social control, which brings the State participation (in the strict sense) and civil society together, placing that relationship in the gramscian perspective in opposition to the neoliberal perspective. Through the speech of five interviewed people, the documents and the conference scenario, it was possible to visualize the possibilities and limits that characterize the human formation in São Gonçalo. The present piece of work has not as an aim to extinguish this so complex and wide question, but to advance in the debate about the cultural matter since it represents a tool in the dispute for an anti- hegemonic social project.

Key Words: Cultural Matter, Human Formation, Dispute Interests, Cultural Public Policy

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

CMC – Conselho Municipal de Cultura

CMC/SG - Conferência Municipal de Cultura em São Gonçalo

CMV - Câmara Municipal de Vereadores

CNC – Conferência Nacional de Cultura

CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural

COMCULTURA – Comissão Estadual dos Gestores de Cultura

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

MinC – Ministério da Cultura

ONG – Organização Não-Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PMC – Plano Municipal de Cultura

PNC – Plano Nacional de Cultura

SECULTUR – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

SESC/SG - Serviço Social do Comércio / São Gonçalo

SMC – Sistema Municipal de Cultura

SNC – Sistema Nacional de Cultura

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO.....	15
1 QUESTÃO CULTURAL ENQUANTO FORMAÇÃO HUMANA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.....	23
1.1 O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-IDEOLÓGICO DA PALAVRA CULTURA.....	26
1.2 A QUESTÃO CULTURA NO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI.....	35
1.2.1 A Formação Humana na Questão Cultural.....	46
1.3 A QUESTÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.....	51
1.3.1 Os Sentidos da Palavra Cultura em São Gonçalo.....	65
2 POLITICAS PÚBLICAS DE CULTURA: OS INTERESSES EM DISPUTA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.....	69
2.1 OS SENTIDOS DA POLÍTICA PARA OS CLÁSSICOS.....	73
2.2 A CULTURA NO ROL DAS PREOCUPAÇÕES DO ESTADO.....	86
2.2.1 As Manifestações e Equipamentos Culturais como Signos Ideológicos das Políticas Públicas.....	95
2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA EM SÃO GONÇALO.....	100
3 A IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA EM SÃO GONÇALO: O MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS.....	108
3.1 A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL NA FORMULAÇÃO GRAMSCIANA E NO IDEÁRIO NEOLIBERAL.....	111
3.2 O CONTROLE SOCIAL NO ÂMBITO DAS CONFERÊNCIAS DE CULTURA: OS NOVOS CONSENSOS.....	119
3.2.1 A IV Conferência Municipal de Cultura em São Gonçalo.....	126
3.2.2 A Participação da Sociedade Civil na Construção Política da arena Cultural Gonçalense.....	135
3.3 A CULTURA COMO FORMAÇÃO HUMANA: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA A CIDADE DE SÃO GONÇALO.....	142
CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
ANEXOS.....	160

APRESENTAÇÃO

Ao discutir a construção de nosso trabalho estamos quase que inevitavelmente reconstruindo a construção... Reconstruímos, principalmente, ao tentarmos dar a nossa experiência a coerência, a inteligibilidade e o charme que ela com grande probabilidade não tinha antes. (José Murilo de Carvalho, 1990)

A escolha da temática sobre a questão cultural é decorrente da junção de duas experiências acadêmicas, enquanto graduanda na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF: o trabalho de monitoria, realizado em 2007, na disciplina Questão Urbana e Rural no Brasil, que proporcionou um aprofundamento teórico do processo de urbanização do Rio de Janeiro e do desdobramento da formação das favelas cariocas; e o período de estágio na instituição Serviço Social do Comércio - SESC/SG, em 2006/2007, que possibilitou uma aproximação com a gestão de projetos sócio-culturais numa perspectiva educativa. O resultado de tais experiências acadêmicas culminou na elaboração da monografia, apresentada no primeiro semestre de 2008, com o tema “As ações culturais em favelas: emancipação social ou manipulação hegemônica?”.

No entanto, a pesquisa monográfica propôs direcionar a análise à problematização das ações sócio-culturais voltadas às favelas cariocas, com enfoque no projeto “Museu a Céu Aberto”, implementado pela Prefeitura do Rio de Janeiro naquela identificada como a primeira favela a se formar no cenário urbano do Rio de Janeiro, o Morro da Providência. A análise do projeto citado só foi possível a partir de uma reconstituição histórica de formação do espaço urbano que gradativamente impôs a metamorfose dos quilombos em cortiços e, posteriormente, adquiriu a forma de favela. Tal abordagem da historicidade do tema possibilitou observar um conjunto de medidas que visam à eliminação física e social, ou mesmo a contenção da população dos quilombos contemporâneos. O que nos instigou a refletir a questão cultural no mundo capitalista sob o aspecto do novo enfrentamento hegemônico, em que ao longo da monografia, procuramos questionar e instigar criticamente à leitura das ações culturais empregadas nas favelas cariocas.

Inicialmente, a proposta para a dissertação do mestrado em tela consistia em realizar uma pesquisa que desdobrasse a análise monográfica, redirecionando apenas o lócus do trabalho para uma região com escassez de fontes bibliográficas da temática. Ou seja, que descrevesse a conjuntura e a formação das favelas no município de São Gonçalo, e apontasse criticamente o atual enfrentamento neoliberal ante a implementação de ações sócio-culturais.

Entretanto, após os encontros de orientação, a pesquisa passou a ser reformulada para uma análise cultural direcionada à realidade gonçalense, com o enfoque na formulação de Políticas Públicas Culturais, num município que se configura como espaço de profundas contradições sociais.

Tal reformulação se fez necessário, principalmente, pelo fato de nos depararmos com a complexidade da abordagem teórica sobre o uso do solo urbano em São Gonçalo - o que dificultaria o trabalho de pesquisa com uma transposição de análise, no período de duração do estudo para a dissertação do mestrado. Mesmo porque é sutil a linha social que separa morro e asfalto em São Gonçalo, tendo o asfalto gonçalense, em parte, o mesmo espectro da segregação.

Por outro lado, esta reformulação, de certo modo, não se distanciou da análise pretendida anteriormente, mas abandona o caráter comparativo, Morro versus Asfalto, para abordar o próprio município como um espaço periférico de outros municípios tidos como mais privilegiados social e culturalmente, possibilitando um movimento dialético que busca compreender a cultura como um processo de formação do ser humano em sociedade, ante a conjuntura desigual proveniente do sistema capitalista e seus rebatimentos no município gonçalense.

Como não há escassez de assuntos a serem pesquisados - sobretudo no amplo leque de desafios colocados pela problemática cultural gonçalense - e tencionando evitar a tendência de se enfrentar questões muito abrangentes, de difícil enquadramento numa pesquisa individual no âmbito de um Mestrado, com apenas dois anos de trabalho, buscamos realizar uma delimitação mais adequada às possibilidades de pesquisa.

Tendo como formação básica marxista a graduação em Serviço Social, inquietou-me a relação espontânea da questão cultural com as manifestações

artísticas e aos equipamentos culturais com base neoliberal, sendo necessário fundamentar a pesquisa nas literaturas que pensem e avancem criticamente a questão da cultura no viés do materialismo histórico e nos conceda a base teórica para compreender os processos contemporâneos. Porém, sem desconsiderar a necessidade similar em trabalhar com autores de outras vertentes, como reconhecimento de suas contribuições e para garantir a dialética necessária ao movimento da construção de um trabalho de pesquisa.

Posto isso, delimitamos a pesquisa dissertativa na investigação da questão cultural em São Gonçalo na formulação de Políticas Públicas de Cultura realizada durante a Conferência Municipal de Cultura - um mecanismo de controle social legitimado com a redemocratização brasileira, que congrega a participação do Estado (no sentido estrito) e da Sociedade Civil.

A escolha desta delimitação do objeto foi imprescindível ao identificarmos a necessidade de realizar as mutações necessárias para adaptar a pesquisa, tanto ao momento histórico político e social quanto seus reflexos na realidade gonçalense e as contribuições concedidas ao longo da trajetória do mestrado. Em linhas gerais, esta pesquisa representa a continuidade de uma linha de pensamento que visa questionar as naturalizações correntes e instigar a reflexão da utilização de um instrumento vital: a cultura, voltada a um espaço social e geográfico marcado por imaginários sociais contraditórios.

Portanto, o caminho percorrido durante a pesquisa foi embalado pelas decisivas e estimulantes contribuições dos encontros de orientação e da fase de qualificação, que deram forma e direcionamento às minhas inquietações acadêmicas. E na instigante tarefa de desbravar a natureza sócio-histórica de São Gonçalo, com uma (re)leitura do que poderemos apreender nesse processo de conhecimento sobre a questão cultural gonçalense, a pesquisa teve que ser adaptada às configurações, limitações e possibilidades já previstas, além daquelas que se atravessaram no decorrer da pesquisa.

Não temos a pretensão de esgotar o debate com a produção desta dissertação, mas este recorte teórico, metodológico e empírico, certamente, é fundamental para o denso exercício teórico-reflexivo. Acredito que este trabalho tenda a adensar, no debate da questão cultural, o processo de luta social "para libertar-se das ideologias parciais e falazes" (Gramsci, 2006, p134).

INTRODUÇÃO

O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário. (Antonio Gramsci, 1991)

A passagem do novo século foi marcada por mudanças no modo de produção capitalista ante a aparente superação de crise estrutural do sistema, a instauração do mercado global, a contra-reforma do Estado, e os mecanismos de regulação e controle social. Tais mudanças tendem a se reproduzir pela falácia hegemônica do “fim da ideologia”¹, engessando os movimentos sociais na tentativa de impedir o fortalecimento da consciência de classe e, assim, da luta contra-hegemônica.

Considerando a hegemonia em Gramsci como “algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre os modos de conhecer” (apud Gruppi, 1978, p.3); a transição para uma ordem mundial de reestruturação do capital estabelece relações de dominação em todos os campos de produção da vida social.

É nesse contexto em que se insere a discussão da presente dissertação para o Mestrado em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais da UERJ/FFP, tendo como objetivo a contribuição acadêmica na temática da questão cultural, direcionada ao município de São Gonçalo, através da problematização dos interesses ideológicos em disputa na formulação das Políticas Públicas de Cultura em São Gonçalo.

As discussões sobre a questão cultural perpassam as mais diversas vertentes teóricas e seus campos de concentração, e em meio a disputa de significados, recebe visibilidade a concepção que correlaciona a palavra “cultura” com os equipamentos e manifestações artísticas na proposição de políticas públicas. E mesmo esta concepção, no entanto, embute as distintas nuances na aplicabilidade e atribuição de sentido, de acordo com as orientações ideológicas vigentes.

¹ Para compreender a abordagem sobre o “fim da ideologia” ver ANDERSON, 1992.

Tendo como pressuposto Bakhtiniano a constatação das palavras enquanto arena de disputa pelos sentidos ideológicos, acreditamos ser conveniente, à produção dissertativa, contextualizar a interferência ideológica nos sentidos das palavras que compõe o nosso objeto de pesquisa e sua intrínseca relação com o respectivo projeto societário hegemônico.

Entender o desenvolvimento histórico dos signos ideológicos que perpassam as palavras, em específico as palavras “Cultura” e “Política”, não se trata simplesmente de um questionamento em relação a uma delimitação conceitual, mas de atentar para o fato de que as diretrizes hegemônicas condicionam o sentido das palavras e, conseqüentemente, a vida em sociedade e as práticas políticas que a regem. Além de contribuir para realizarmos as devidas análises sobre a formulação e gestão das Políticas Públicas de Cultura na contemporaneidade.

A Política Cultural, enquanto uma categoria passível de intervenção do poder público, ao ser inserida institucionalmente no rol de ações do Estado está suscetível a complexidade análoga às demais áreas de política pública. E se por um lado enfrenta limites no âmbito administrativo da gestão pública, por outro, requer considerar, em primeira instância, que corresponde ao desenvolvimento ideológico e político compatível ao projeto societário em voga pelo poder hegemônico.

Assim, embasados no referencial teórico do materialismo dialético em Gramsci, consideramos imprescindível apresentar a atualidade do pensamento deste autor italiano para a questão cultural contemporânea, a partir do sentido gramsciano de formação ético-cultural com perspectivas de construção de um bloco histórico que afirme a contra-hegemonia das classes subalternas.

No âmbito desta pesquisa, entende-se que compreender a atualidade do pensamento gramsciano, com as devidas mutações pertinentes ao atual contexto societário, contribui para realizarmos a (re)leitura da questão cultural inserida no novo marco de ajustes, na dinâmica hegemônica do projeto neoliberal.

Os processos de ajustes propostos pela ideologia do neoliberalismo imprimem na dinâmica cultural e social a idéia de estabilização do sistema capitalista, bem como o caráter conformista e de naturalização das refrações

inerentes ao atual estágio do capitalismo globalizado no bojo da sociedade, destacando-se como mecanismos de implementação o Estado “restrito” e a Sociedade Civil - dotados de signos ideológicos correspondentes aos ajustes.

Dessa forma, instaura-se uma nova relação entre o Estado e a Sociedade Civil, diferentemente das contribuições gramscianas que desenvolvem sua perspectiva marxista ao incorporar Estado (Sociedade Política) e Sociedade Civil, formas coercitivas e consensuais de poder, no que ficou denominado como “Estado Ampliado”. Nesse sentido, considera-se a Sociedade Civil como “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’...” (GRAMSCI, 2001b, p20), como mediadora da infra-estrutura econômica e do Estado “restrito” e que detém a figura social da hegemonia, através da elaboração e difusão da ideologia; e a Sociedade Política como sendo o conjunto de mecanismos que garante o monopólio legal da coerção pela classe dominante. (COUTINHO, 1989)

Ora, as transformações operadas na dinâmica hegemônica pelos ajustes estruturais do atual estágio do capitalismo introduzem novas configurações à relação entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil. No que se refere ao Estado “restrito”, se opera uma perspectiva minimalista de intervenção política, porém com exigências de estabilidade política através de uma atuação que construa uma relação aparentemente equilibrada entre o Estado, o mercado e a Sociedade Civil. No que se refere à Sociedade Civil, existe um esforço em garantir a dissociação do Estado “restrito”, na defesa da Sociedade Civil enquanto uma esfera à parte e que sua atuação se apresente de forma mais eficiente no atendimento às demandas sociais, apregoando o discurso da solidariedade e da livre associação voluntária dos indivíduos.

É sob essa ótica que se pretende analisar a formulação das Políticas Culturais no âmbito dos mecanismos de controle social que congrega a participação da Sociedade Política e da Sociedade Civil, tendo como base empírica a IV Conferência Municipal de Cultura em São Gonçalo – CMC/SG. No período de realização da pesquisa pudemos acompanhar os bastidores, o acontecer e os desdobramentos da IV CMC/SG.

Para tanto, cabe explicitar o caminho metodológico desenvolvido no decorrer do trabalho dissertativo, uma vez que a pesquisa qualitativa é

perpassada por um exercício político composto por intencionalidades. No sentido de que ao ser delimitada a metodologia que compõe determinada pesquisa, com os prováveis sujeitos partícipes, pretende-se apresentar o "caminho do pensamento" e a "prática exercida", na medida em que ambos se encontram intrinsecamente constituídos pela visão societária veiculada pela teoria da qual o pesquisador se pauta. O que significa constatar a existência de diferentes modos de compreender um mesmo objeto, bem como diferentes caminhos metodológicos que envolvem a pesquisa. (MINAYO, 1994)

O contorno da pesquisa será constituído pela narrativa teórica que veiculará a concepção de mundo, responsável pela forma como intencionamos apreender as condições de interação possíveis entre os sujeitos partícipes da arena cultural gonçalense e a conjuntura sócio-histórica; que articulada no caminho metodológico garantirá o exercício da práxis, ao fundamentar e problematizar o nosso objeto de estudo.

Sendo assim, a presente pesquisa se pauta sob a epistemologia do materialismo dialético, como o caminho orientador de todo o processo de investigação e de análise, “por priorizar a dinâmica das relações entre sujeitos e objeto de estudo no processo de conhecimento, valorizar os vínculos do agir com a vida social dos homens e desvelar as oposições contraditórias presente entre o todo e as partes” (CASSAB, 2007). Através da dialética buscaremos encontrar nas partes a compreensão e a relação com o todo, entre a temática da questão cultural e a realidade “local” gonçalense ante o processo de acumulação capitalista, como uma relação constitutiva do “fenômeno” estudado.

Com relação ao instrumental de análise na abordagem empírica, destacamos que a investigação do nosso recorte dissertativo na IV CMC/SG se fundou na participação e observação do *acontecer* da conferência; na análise dos documentos² elaborados e divulgados para (e a partir da) conferência; e em entrevistas.

² Tais como: o regimento interno da IV CMC/SG, aprovado pela comissão organizadora em 21/09/2009; a convocação da conferência, decreto nº. 278 de 24/2009; o regimento interno do CMC; os eixos base para a II CNC; o regimento interno da II CNC; além de demais materiais pertinentes para análise.

A entrevista é utilizada, metodologicamente, como um significativo instrumento para coleta de dados, favorecendo as investigações das práticas sociais e culturais, a partir de dados obtidos através da compreensão dos sujeitos envolvidos no cotidiano dessas práticas. Neste instrumento de coleta de dados optamos pela entrevista não-diretiva, com roteiro semi-estruturado, como parte dos estudos exploratórios de aprofundamento da investigação, pela qual objetivamos captar as percepções dos sujeitos envolvidos na arena cultural gonçalense.

O objetivo traçado para a coleta de dados requer investigar a concepção de cultura, bem como os interesses coletivos em disputa que embasam a formulação das Políticas Culturais no âmbito da IV CMC/SG, entre os representantes da Sociedade Política e da Sociedade Civil; além de compreender a realidade gonçalense a partir do atual projeto hegemônico.

Inicialmente, no projeto de pesquisa para qualificação no mestrado, delimitamos a realização de oito entrevistas. Entretanto, as limitações encontradas ao longo da jornada de pesquisa nos possibilitaram apenas o quantitativo de cinco entrevistas, com os sujeitos engajados no cenário conferencista, a saber: Cleisemery Campos da Costa – Consultoria / COMCULTURA; Marilyn Pires Merolla – COMCULTURA / SECULTUR / CMC; Romario Regis Francisco - COMCULTURA / ex-CMC; Cinthia da Silva – CMV / CMC; Mônica Machado de Oliveira Sá - ICBEU / CMC.

A escolha dos entrevistados se justifica pelo fato de serem sujeitos atuantes como delegados na IV CMC/SG, com representação da “Sociedade Política” e da “Sociedade Civil”. Com relação ao primeiro delimitamos uma representante do executivo (Secretaria Municipal de Cultura) e do legislativo (Câmara Municipal dos Vereadores); e ao segundo delimitamos um representante de uma ONG³ (denominada ONG Terra Verde) que integra, também, o espaço acadêmico da UERJ/FFP (enquanto acadêmico) e uma representante de um importante espaço de investigação da memória cultural gonçalense (Centro Cultural do ICBEU); além de uma responsável pela consultoria e organização da conferência.

³ Entretanto, cabe mencionar que por questões internas (e políticas) o entrevistado deixou de integrar a ONG Terra Verde.

Importante sinalizar que no quadro de entrevistados podemos observar que a maioria dos sujeitos da pesquisa (para ser mais exata, três entrevistados) compõe as cadeiras do Conselho de Cultura eleito na IV CMC/SG. Mesmo não sendo intencional essa relação na escolha, destacamos a conveniência para a investigação, principalmente no que se refere a nossa delimitação no espaço de controle social por excelência da conferência, com o adicional, através dos membros eleitos para compor o conselho.

Com relação ao processo de produção dissertativa, a leitura da questão cultural em São Gonçalo pelo mecanismo de controle social na formulação das Políticas Culturais que nos propomos foi metodologicamente dividida em três capítulos que buscam trazer os apontamentos necessários para entendermos que a cidade estudada reproduz a configuração contemporânea com a totalidade social de uma ideologia que apregoa o aparente “fim da ideologia”, estrategicamente formulada para determinar o conformismo social na reprodução ideológica do capitalismo globalizado.

No primeiro capítulo – A questão cultural enquanto formação humana no município de São Gonçalo – debruçamos a análise nas disputas de sentidos da palavra “cultura”, construindo assim a base de fundamentação teórica para embasar a instrumentalidade do sentido na formulação de políticas culturais ante o cenário contemporâneo; situando no debate a potencialidade das contribuições gramscianas.

Para Gramsci, as esferas cultural e política seriam indissociáveis; sendo a cultura, enquanto arena de formação do ser social através de uma consciência crítica que possibilite a intervenção na realidade, um dos instrumentos da práxis política. O caráter pedagógico atribuído a cultura, e que nos apropriamos para a produção dissertativa, concede os elementos argumentativos de combate às falácias difundidas nos moldes da Política Cultural pelo atual estágio do capitalismo globalizado, pressupondo, assim, que compreender a realidade contemporânea é o primeiro passo que nos capacita à contra-hegemonia.

No segundo capítulo – Políticas Públicas de Cultura: os interesses em disputa no município de São Gonçalo – objetivamos trabalhar a incorporação da questão cultural no rol da institucionalidade política do Estado, ao ser

materializada em objeto de política pública. Com isso, acreditamos ser necessário apresentar um breve “inventário” da teoria política e sua condicionante ideológica, para assim compreendermos a utilização dos equipamentos e manifestações artísticas como objetivo da política cultura na contemporaneidade.

Nesse aspecto, pretendemos apresentar que a formulação e implementação das Políticas Culturais são condicionadas ao contexto histórico e ideológico em voga e que, ante o cenário neoliberal em que prevalece a dinâmica da renúncia fiscal e livre intervenção do setor privado, atua através da expressão da transformação do Estado e da Sociedade Civil na promoção da hegemonia. Pois, na medida em que a Política Cultural naturaliza o ideário mercadológico na utilização dos recursos públicos para garantir a cidadania consumidora dos indivíduos, condiciona-se o afastamento da perspectiva de construção do projeto contra-hegemônico.

Por fim, no terceiro e último capítulo – A IV Conferência Municipal de Cultura em São Gonçalo: o mecanismo de controle social na formulação de políticas culturais – introduzimos o debate da relação entre o Estado “restrito” e a Sociedade Civil, confrontando a formulação de Antonio Gramsci com o quadro contemporâneo de base neoliberal. O entendimento dessa correlação de forças e os sentidos que fundamentam essa relação nos permite realizar uma leitura da base empírica na IV CMC/SG, realizada nos dias 28, 29, e 30 de outubro de 2009, na UERJ/FFP, por representar um instrumento de controle social de ambas correntes.

A questão cultural no município de São Gonçalo compõe a complexidade desse cenário contemporâneo de “novos consensos e subalternidades” (SIMIONATTO, 2003), que se reveste em efeitos perversos de contradições sociais, refletidas nos espaços geográficos e impregnadas pelo conformismo que estabelece barreiras aos sujeitos sociais de se instrumentalizarem com uma visão de mundo contra-hegemônica.

Ao longo do trabalho de pesquisa, distribuída em três capítulos, dispomos de uma interlocução dialética do recorte nas Políticas Culturais gonçalenses com a base de contextualização teórica, ao buscar a historicidade dos objetos de análise para compreender a sua atualidade. Pois, enquanto

sujeitos históricos, construímos e modificamos, de forma dinâmica, a vida social. Assim, só é possível perceber o atual contexto ideológico em que estamos inseridos se compreendermos o caminho que nos trouxe até o ponto presente.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e as coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes de empréstimo os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada (Marx, 1974:17).

Nas considerações (in)conclusivas, mesmo que sabidamente provisório, buscamos registrar nossa apreensão da questão cultural enquanto formação humana em São Gonçalo, tendo em vista a relação dialética entre a conjuntura sócio-histórica e as particularidades inerentes ao município.

O aspecto mais marcante observado no processo de pesquisa sinaliza que, apesar das limitações na formulação de políticas culturais embasadas por um projeto contra-hegemônico, os sujeitos sociais estão em constante movimento na práxis social. Por isso mesmo, os projetos societários são passíveis de serem disputados e pensar na questão cultural enquanto formação humana nos remete ao sentido da educação nesse processo.

Em suma, a produção dissertativa pretende instigar o sentido da palavra “cultura” enquanto política pública (diferentemente de estatal), a partir de uma (re)leitura crítica da contemporaneidade, destacando que o caminho para uma contra-hegemonia passa necessariamente pela questão cultural e que a cidade de São Gonçalo em meio a conjuntura sócio-histórica possui possibilidades e limites inerentes à formação humana gonçalense.

1. A questão cultural enquanto formação humana no município de São Gonçalo

Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade da sua concepção de mundo. (Antonio Gramsci, 2006)

O esforço teórico-metodológico presente neste primeiro capítulo objetiva contextualizar o desenvolvimento ideo-histórico da palavra “cultura”, condicionada às formações societárias; que pressupõe considerar que toda a modificação estratégica do arcabouço ideológico encadeia, concomitantemente, modificações do sentido da palavra. Assim, entender plenamente esses elementos constitutivos requer dialogar, dialeticamente, com a totalidade social.

Nesse sentido, ao iniciar a discussão proposta para este capítulo foi identificada a necessidade de situar a questão da disputa de sentidos das palavras como forma de embasamento teórico e caminho metodológico de análise da diversidade de significações que a palavra “cultura” congrega, e em consequência, as produções e reproduções do signo ideológico nas formações societárias correspondentes. Este aparato teórico visa tão somente garantir a dialética necessária para entender e explorar (e não esgotar) a realidade sócio-cultural gonçalense.

Para tanto, recorreremos à análise central que consta no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Nele, Mikhail Bakhtin (1992), sob o pseudônimo do seu discípulo Volochínov, nos esclarece com precisão a necessidade de uma abordagem marxista sobre a filosofia da linguagem e sua relação com a sociedade. Esta abordagem bakhtiniana remete à análise da palavra como arena de disputa permeada por concepção de mundo, na medida em que expressa o conteúdo ideológico por meio de suas significações. Ora, por mais que a questão etimológica do instrumento dicionário tenha a tendência de tentar estabelecer unicidade aos significados das palavras, o signo como um produto ideológico reverte os sentidos como meios de discurso, dialeticamente dinâmicos, vivos, e por isso mesmo ilimitado a tais páginas de compilação.

A natureza social da palavra é o signo ideológico, na medida em que “possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo” (Bakhtin, 1992, p.31), sendo produzido pelas contradições e conflitos das formações sociais. Dessa forma, tudo aquilo que não possui significado além da sua própria natureza, não materializa ideologia. Além disso, se passar a revestir em representações simbólicas, com uma leitura diferenciada da sua natureza inicial, dispõe assim de sentidos ideológicos.

Partindo da mesma linha de pensamento, Paulo Freire (1988) ao colocar “a importância do ato de ler” relaciona a concepção do significado da educação com o contexto da existência social dos indivíduos, na medida em que a leitura da palavra será sempre precedida pela leitura do mundo. Nas palavras de Paulo Freire “A biblioteca popular como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros, é vista como um fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com o contexto” (p.38).

Nesse sentido, aprender a ler a palavra é aprender a compreender o seu contexto; não numa manipulação mecânica das palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. A palavra, portanto, se relaciona com a complexidade das significações de todas as formas de manifestações ideológicas (sejam elas, a comunicação verbal, escrita, as produções artísticas, o comportamento humano...) estando condicionada à compreensão e interpretação do conteúdo objetivado no contexto correspondente, por requerer a interlocução com o “discurso interior” (BAKHTIN, 1992).

Toda refração ideológica do ser em processo de formação, seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhada de uma refração ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação. (BAKHTIN, 1992, p.38)

Partindo do pressuposto bakhtiniano de que a palavra é impregnada por conteúdo ideológico e seu sentido é determinado pelo contexto das relações sociais, podemos evidenciar que a palavra “cultura” em sua trajetória histórica já recebeu (e recebe) diferentes significações, que se nutrem tanto das formulações teóricas quanto das reproduções de uso cotidiano, revelando o constante movimento na designação de sentido da palavra “cultura” e considerando que a palavra como signo ideológico produz infinitos sentidos.

Tais disputas de significações perpassam por uma gama de vertentes teóricas e áreas de conhecimento que tentam explorar uma específica palavra que embute a complexidade e as inúmeras determinações presentes na sociedade acerca do debate da questão cultural, seja no aspecto sociológico e/ou político, antropológico, tanto quanto nas demais áreas das ciências sociais, a respeito da significação.

Desse modo, o desenvolvimento histórico e semântico da palavra “cultura” já foi objeto de trabalho de inúmeros teóricos que se debruçaram em problematizar uma palavra regida por uma complexidade sócio-histórica influenciada pelos contornos teóricos e conceituais do sentido ideológico correspondente; ou seja, a herança semântica é impregnada pelo contexto em que a palavra “cultura” é formulada. Dessa forma, os sentidos atribuídos passam por transformações em meio à conjuntura sócio-histórica, sem, contudo, anular a significação anterior, que adensa a arena de disputa pelos signos da palavra “cultura”, condizente com a ideologia hegemônica.

Entender, minimamente, o universo de sentidos da palavra “cultura” requer que se reconstitua o desenvolvimento sócio-histórico desta palavra que, antes mesmo de integrar o debate no interior das ciências sociais com demarcação de significação, já era objeto de sentido desde a Idade Média. O desenvolvimento da palavra “cultura” compreende a dialética do discurso em disputa que, impregnada pela cadeia ideológica, integra a consciência dos indivíduos na reprodução social dos signos ideológicos da palavra.

Para isso, iniciamos a discussão do tema deste capítulo introduzindo a perspectiva bakhtiniana sobre a disputa dos signos ideológicos que permeiam as significações das palavras, por entendermos que assim construiríamos a base de fundamentação que faça legível a idéia dos interesses em disputa ante os conflitos e contradições societárias que empregam concepções diferenciadas à palavra “cultura”.

Portanto, no intuito de dialogar com a abordagem escolhida na práxis dissertativa, será pertinente realizar um breve “inventário” da palavra “cultura” que consideramos mais relevantes para o desenvolvimento reflexivo neste capítulo, com a respectiva apropriação do sentido ideológico na perspectiva gramsciana, para investigar a questão cultural gonçalense.

1.1. O desenvolvimento sócio-ideológico da palavra cultura

Como sinaliza Gramsci (2006, p.94-95) “não se pode separar a filosofia da história da filosofia, nem a cultura da história da cultura”. E mesmo sem ter a pretensão de esgotar as possíveis compreensões e interpretações dos sentidos atribuídos à palavra “cultura”, consideramos pertinente realizar um singelo “inventário” selecionado em meio ao seu desenvolvimento sócio-histórico, a partir do desdobramento dos signos ideológicos empregados para (re)significar a palavra.

Sendo fundamental iniciar a discussão proposta sinalizando que o autor Cuche (2002) ao realizar a reconstrução da “noção de cultura” remete o desenvolvimento dos sentidos da palavra à língua francesa e coloca que no final do século XIII, a palavra originária do latim, *cultura*, era utilizada “para designar uma parcela de terra cultivada” (p.19), sendo atribuída ao cuidado com o campo e/ou gado. Posteriormente, com as modificações de sentido da palavra, em latim *Cultura*, o sentido atribuído, inicialmente, a partir do século XIII, enquanto cultivo da terra, passou a ser associada à palavra agricultura (do latim *ager* = campo; *cultura* = cultivo).

Esta, ao que parece, foi a primeira forma de atribuição de sentido à palavra “cultura”, própria dos movimentos das palavras, mesmo sem o respaldo científico-acadêmico.

Importante assinalar que o sentido da palavra atribuída à esfera da terra correspondia ao período sócio-histórico da Idade Média, ainda de relevância econômica e política do meio rural e das atividades que se desenvolviam no campo. Isso revela o destaque ideológico de atribuição à palavra “cultura”, que antes mesmo de se integrar à formalidade científica já representava objeto de significação no discurso da consciência coletiva (como lógica da comunicação ideológica para Bakhtin⁴). Existe um aspecto transitório do sentido da palavra na atribuição do “cultivo” em relação à terra: inicialmente ela designava a passividade da terra que era cultivada, mas no começo do século XVI passou a

⁴ Ver BAKHTIN, 1992.

caracterizar a ação de cultivar a terra; ou seja, o significado foi transposto da terra ao sujeito cultivador, posteriormente, sendo associada à esfera do trabalho pela tradição marxista (CUCHE, 2002 e BAITELLO, 1999).

O sentido formal da palavra “cultura” começa a se modelar com sua inserção no Dicionário da Academia Francesa, em 1700; porém ainda remetendo à noção de cultivo. Nesse sentido, vale destacar que o reconhecimento acadêmico é vital para a legitimidade da palavra em seu “sentido figurado” (CUCHE, 2002), apesar de inicialmente ser referendada com o complemento de outra palavra, a qual receberá a ação do cultivo; e este respaldo científico-acadêmico possibilita o movimento de disputa pelos sentidos da palavra.

A transposição de sentido da palavra nos séculos seguintes acompanha as mudanças históricas e sociais advindas do processo formativo no período correspondente. O período iluminista prepara o terreno ideológico para a instauração da Revolução Industrial, no século XVIII, que apesar de ter como berço a Inglaterra, encontrará na França maior ênfase. Diante desse processo, o meio rural apresenta um recuo significativo em detrimento do avanço no meio urbano que passa a se destacar nas esferas econômica, política e social.

Com isso, o desenvolvimento da Revolução Industrial contribuirá para que o sentido da palavra “cultura” se desprenda da associação à terra e passe a representar o contexto do período; numa conjuntura de transição da produção feudal para a produção capitalista.

Com a influência ideológica do período iluminista, o sentido atribuído à palavra “cultura” embutirá o signo de afirmação da categoria da razão, do conhecimento, em contraposição ao que era empregado na esfera religiosa. A Idade das Luzes produziu na palavra “cultura” o sentido ideológico para designar a “formação” – ou seja, um somatório dos saberes acumulados e transmitidos pela sociedade, como o aspecto diferenciador da espécie humana. É da noção iluminista que receberemos a designação do adjetivo “culto”, oriunda do latim *cultus*.

Para Cuche (2002), encontraremos na noção iluminista o mesmo aspecto transitório presente na significação da palavra “cultura” na Idade Média, só que agora ocorre um movimento de transição do sentido de cultura

enquanto “ação de instruir” para o sentido de cultura como “o estado do indivíduo que tem cultura” (p.20).

No vocabulário francês, a palavra “cultura” estará associada à idéia de evolução individual, na expressão do universalismo e humanismo que garante o emprego da palavra no singular. Este signo se imbricará, em seus aspectos de convergência e contradição, com a palavra “civilização”, associada à idéia de evolução coletiva. A conjugação das palavras “cultura” e “civilização” marca a concepção de um processo que garante a passagem racional da humanidade que supera a selvageria até alcançar civilização, através do conhecimento e controle disciplinar adquirido através de uma cultura – uma característica desenvolvida pela perspectiva evolucionista.

Ainda no século XVIII, e sob a inspiração francesa, a Alemanha inaugura o termo “*Kultur*”, atribuindo-lhe o mesmo sentido de associação à palavra francesa “civilização”. E só posteriormente, com a renovação nacionalista na Alemanha, tem início o processo de afastamento da idéia francesa para a propagação da idéia “*intelligentsia*”, empregada pela burguesia alemã, como uma unidade nacional, associada ao conceito de “nação”. Uma abordagem que correspondia ao contexto histórico e social em curso na Alemanha, na empreitada pela unificação política e na tentativa de estabelecer o caráter de “perpetuação” ideológica pelo viés da cultura. (CUCHE, 2002; BEZERRA, 2006)

A passagem do século XVIII para o XIX perpassa essas duas ambiências que irão atribuir sentido a palavra “cultura”: de um lado a França, com uma visão universalista de associação ao conceito de “civilização”, e do outro a Alemanha, com uma visão particularista de associação ao conceito de “nação”.

No século XX, a rivalidade dos nacionalismos francês e alemão e seu enfrentamento brutal na guerra de 1914-1918 vão exacerbar o debate ideológico entre as duas concepções de cultura. As palavras tornaram-se slogans utilizados como armas. Aos alemães, que dizem defender a cultura (no sentido em que eles a entendem), os franceses replicam pretendendo ser os campeões da civilização. Isto explica o relativo declínio, no início do século XX, na França, do uso de “cultura” na sua acepção coletiva, pois a ideologia nacionalista francesa deveria se diferenciar claramente, até em seu vocabulário, de sua rival alemã. No entanto, o conflito das palavras se prolongará até depois do fim do conflito das armas, revelando uma oposição ideológica profunda que não se pode reduzir a uma simples propaganda de guerra. (CUCHE, 2002, p.30-31)

Entretanto, o conceito etnológico da palavra “cultura” só será definido formalmente pelo antropólogo britânico Edward Tylor, no século XIX, com base nestas duas concepções de origem distinta, para atribuir significação a palavra “cultura”: “*Kultur*”, de origem alemã, expressa o lado “espiritual de uma comunidade”, ou seja, tudo aquilo que é imaterial compartilhado pelos indivíduos de uma mesma comunidade; e “*Civilization*”, de origem francesa, simboliza todo o bem “material de um povo”, ou seja, tudo aquilo que é produzido e compartilhado de forma material e concreta pelos indivíduos (apud LARAIA, 2002).

Tanto a palavra “*Kultur*” quanto o “*Civilization*”, apesar da diferença terminológica, referiam-se a produções compartilhadas pela comunidade e transmitidas socialmente. Ao sintetizar tais termos, Tylor (apud LARAIA, 2002) define o vocábulo inglês “Culture” como um “todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (p. 25).

Esta abordagem realizada por Tylor representa um marco na medida em que estabelece o primeiro conceito científico da palavra “cultura”, dando início a seu afastamento da perspectiva biológica ao defender a não hereditariedade cultural. Cabe, entretanto, mencionar que o sentido da palavra “cultura”, tal qual formalizada por Tylor, já era objeto de consistentes formulações de autores como John Locke e Jean Jacques Rousseau.

O amplo significado atribuído à palavra “cultura” pretendia romper com as perspectivas em pauta, que consideravam ser a cultura transmitida pelos genes. Uma lógica representada e reproduzida pelo ditado popular “filho de peixe, peixinho é”. Desse modo, todos os indivíduos já estariam formatados culturalmente pela genética dos seus ancestrais. Com isso, os aspectos biológicos passaram a ceder espaço, cada vez com mais intensidade, aos esforços teóricos dos antropólogos em determinar o seu afastamento em relação ao campo da cultura. E, a partir desse esforço, a concepção seria “filho de peixe... pode ser o que quiser, inclusive, peixe”. Entre os primitivos e os civilizados existiria um processo evolutivo essencialmente cultural, presente nos ensinamentos estabelecidos socialmente.

A partir do processo iniciado por Tylor, e complementado pelos demais antropólogos como Kroeber - no rompimento entre as esferas cultural e biológica -, o esforço passou a ser, posteriormente, intensificado pelo afastamento crescente de duas esferas ainda mais intrínsecas, o cultural e o natural - com destaque nos trabalhos de Lévi-Strauss (1982).

Sendo assim, o sentido antropológico, a partir da significação etnológica, passa por um processo de desenvolvimento acerca da acepção dos sentidos que perpassa os conceitos generalizados de Tylor, à tendência de delimitar e enaltecer as diferenças, iniciado por Franz Boas; “que ao contrário de Tylor, de quem ele havia, no entanto, tomado a definição de cultura, Boas tinha como objetivo o estudo ‘das culturas’ e não ‘da cultura’” (CUCHE, 2002, p.42). Com isso, introduz-se a concepção de “relativismo cultural” a partir da abordagem exercida, principalmente, por Boas – mesmo não sendo este o primeiro e único a pensar a questão da relatividade no âmbito da cultura.

Laraia (2002) também se apropriará da necessidade em delimitar a amplitude do sentido da palavra para estabelecer a cultura enquanto um sistema regido por uma lógica própria. O que requer afirmar que cada grupo social irá determinar respostas específicas as suas necessidades, pressupondo uma teoria explicativa da realidade, que é diversa aos vários segmentos societários. Sendo assim, a cultura seria dinâmica e inerente a cada convívio social, revelando uma intensa e incontestável negação de uma uniformidade.

Porém, percebe-se uma grande dificuldade em se estabelecer um limite aceitável entre o que é natural e o que é cultural, porque, apesar de apresentarem aspectos diferenciados, andam entrelaçados em diversos momentos, sendo possível apenas, diferenciá-los, analiticamente, na caracterização do sentido. Porque, enquanto o natural tem como característica a espontaneidade e a universalidade, sendo tudo aquilo que irá nos igualar, a cultura será aquilo que nos diferenciará. (LARAIA, 2002)

Segundo Lévi-Strauss (1982), o ser humano vivendo em coletividade pressupõe quatro elementos que o distingue do mundo natural: instrumentos, linguagem, valores e instituições⁵. Somente o ser social é capaz de projetar as

⁵ Para apontar a cultura enquanto um conjunto de códigos construídos socialmente Lévi-Strauss caracteriza o ser humano em suas particularidades que possibilitam a projeção desses mesmos códigos.

suas futuras realizações e com isso ter habilidade, a partir de necessidades impostas tanto pelo meio quanto por si mesmo, de produzir instrumentos que irão transformar a natureza e a si próprios. O que nos permite evidenciar que “o homem é o único ser possuidor de cultura” (LARAIA, 2002, p.29), na medida em que é um produto do meio ao qual pertence, através de um diálogo constante entre indivíduo e convívio social.

Ao mesmo tempo em que a cultura aproxima os indivíduos em uma determinada comunidade que compartilha das mesmas regras sociais, também irá diferenciá-los dentro deste mesmo grupo. Com isso, Lévi-Strauss (1982) contribui com o esforço teórico em atribuir sentido à palavra “cultura”, ao estabelecer a diferenciação do plano natural do plano cultural, e a diferenciação inerente ao próprio homem na sociedade em que vive.

Assim, o desenvolvimento da palavra “cultura”, enquanto um desdobramento da principal característica humana, revela a necessidade de realizar uma abordagem do homem como um ser social que em meio a sua complexidade interage com o meio em que vive e com outros indivíduos, constituindo, assim, um convívio social propício para o estabelecimento da cultura. Partindo de tal perspectiva, Geertz (1978) irá trabalhar as diferentes concepções de homem para entender o que seria a cultura, por considerar preciso partir, primeiramente, do complexo e assim torná-lo inteligível.

Para isso, o referido autor estabelece as diferentes noções sobre ‘o homem’ para os iluministas, com a idéia de uniformidade humana, e para os evolucionistas, com a idéia de que todos os indivíduos possuam um tronco comum, tendo a mesma origem (selvagem) e, conseqüentemente, o mesmo fim (civilização) ⁶. Assim, as diferentes descrições teóricas em relação ao homem procuravam entendê-lo como um ser genérico, visando somente a

A partir de tais elementos, aos quais não iremos debruçar nossa análise para não perder de foco o objetivo de realizar um recorte em meio à generalização do tema, embora não se possa deixar de pelo menos citá-los, o autor coloca que o homem é o único ser possuidor de cultura.

⁶ Há uma corrente ideológica, anterior à antropologia, que considera que o homem passa por estágios de evolução. Uma distribuição natural entre a civilização e a barbárie. Seja o selvagem (assim consideradas as pessoas que não compartilham dos mesmos códigos sociais daqueles que os analisam, por exemplo, os portugueses “civilizados” em relação aos índios “selvagens”), ora encarado como bom, ora encarado como mau. Em ambos são objetos pretextos, servindo para justificá-los como objeto de investigação, para a exploração européia.

compatibilidade dos seres. Em contrapartida, Geertz (1978) contribuirá com a perspectiva de analisar o ser social, a partir de suas diferenças, na medida em que cada homem é produto do seu tempo e do contexto correspondente ao meio em que vive.

O homem como um ser social, complexo, interage com o meio em que vive e com outros indivíduos, constituindo assim um convívio social propício para o estabelecimento de uma cultura; e por ser antes de tudo um ser social diverso histórica, geográfica e sociologicamente, produz uma diversidade cultural na medida da sua diversidade e não de forma uniforme e monolítica. Com isso, Geertz (1978) determinará como significação à palavra “cultura”, a materialização dos códigos sociais compartilhados por determinados povos ou grupos sociais.

Desse modo, o sentido atribuído corresponde a uma cultura que produz e é produzida pela interação social dos indivíduos, no momento em que inseridos em determinados grupos sociais elaboram e compartilham “seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 3).

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do provir. (LARAIA, 2002, p.105)

Diversas correntes antropológicas ainda se debruçaram em atribuir significação à palavra “cultura”, enquanto um desdobramento da principal característica humana, sobretudo os trabalhos de Boas, Kroeber, Benedict, Malinowski, o estruturalismo de Lévi-Strauss, dentre outros, aos quais não dedicaremos uma análise específica e detalhada em relação aos aspectos de convergência e divergência entre as abordagens de cada vertente antropológica, até pelo fato de não representar o recorte e foco adotado na pesquisa dissertativa.

É necessário registrar, ainda, para efeito da proposta de discussão dissertativa, o sentido sociológico que compreende a palavra “cultura” a partir de uma abordagem mais restrita: com a idéia dos equipamentos, manifestações ou expressões culturais. O sentido atribuído à palavra “cultura”,

pela vertente sociológica, está condicionada à lógica da conjuntura histórica de desenvolvimento da ordem mundial capitalista. Num contexto de exacerbação do mercado, a cultura passa a integrar, propriamente, o mercado, enquanto um produto incorporado à arena de ação política.

A perspectiva sociológica pretende enquadrar a cultura na normatização vigente, condicionando uma distinção, ao nível do sentido da palavra, que irá incidir na elaboração diversificada de estratégias de atuação no âmbito da política cultural e estará ainda mais suscetível aos interesses em disputa na sociedade. Ou seja, o sentido atribuído à palavra “cultura” é apropriado pelo circuito organizado da esfera pública, ou até mesmo na esfera privada - de acordo com a realidade neoliberal, das leis de incentivo à cultura - numa perspectiva burocratizada, que embute um carácter especializado de uma produção elaborada com determinados sentidos e distribuída ao alcance de determinados tipos de públicos, através de meios específicos de expressão. (BOTELHO, 2001)

O crítico marxista americano, Fredric Jameson (2007), expõe em sua obra as implicações culturais, políticas e sociais advindas do pós-modernismo, em que a compreensão das várias manifestações da cultura contemporânea requer a capacidade de ligar o texto ao contexto sócio-histórico que faz a mediação entre o homem e o mundo.

A lógica cultural, intrinsecamente condicionada às determinações concretas inerentes ao terceiro estágio do capital, nomeado como globalização, devido à expansão global da forma mercadoria, embute um ordenamento diferenciado proveniente da ideologia deste novo cenário sócio-histórico. “Assim, na cultura pós-moderna, a própria ‘cultura’ se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem” (p.14). Será a materialização do produto artístico, com carácter tipicamente de mercadoria, que se configurará com a interferência de políticas na esfera pública (e privada) através da produção, circulação e consumo dos bens culturais.

Não nos cabe, para efeito da pesquisa dissertativa, desbravar o terreno das discussões sobre as questões referentes à “pós-modernidade” que, partindo da linha de pensamento construída, também embute uma disputa

ideológica de significações; além do fato de Fredric Jameson (2007) já ter nos contemplado teoricamente com as suas análises sobre “a lógica cultural do capitalismo tardio”. Entretanto, é preciso sinalizar que será recorrente a utilização desta abordagem na questão cultural ante à conjuntura contemporânea, intensificada pela lógica da globalização, na medida em que transfigura rebatimentos nos sentidos atribuídos à palavra “cultura”. Uma lógica que embutirá a concepção de uma elaboração materializada, que integra um conjunto de bens artísticos na garantia de uma visibilidade; um “produto cultural” palpável que, por sua vez, transcreve a formação social e ideológica de uma determinada sociedade.

Por conseguinte, mesmo que o sentido da palavra “cultura”, na contemporaneidade, seja associado, muitas vezes de forma unívoca, às manifestações artísticas, o que corresponde à lógica mundializante do fragmentário, é imprescindível realizar uma (re)leitura (no sentido freiriano) do universal no particular e do particular no universal, dialeticamente; na medida em que as manifestações culturais são impregnadas pelas figurações da estrutura sócio-econômica.

“Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito. A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavar o solo à divisão do átomo. No linguajar marxista, ela reúne em uma única noção tanto a base como a superestrutura. (EAGLETON, apud BEZERRA, 2006, p.27)

A partir desse itinerário, podemos constatar que a palavra “cultura”, de acordo com a sua polissemia conceitual e ideológica, constitui-se historicamente como um produto coletivo inerente à vida humana. Tais formulações teóricas acerca do debate da cultura no interior das ciências sociais, descritas brevemente, remetem a uma potencialidade da palavra; e a complexidade na atribuição de sentido perpassa pela arena dos interesses em disputa na sociedade, desencadeada pelo contexto social, político e econômico. Desse modo, ao inserirmos a temática na dinâmica das relações produtivas, preparamos o terreno ideológico para a compreensão e questionamento da estrutura societária na arena cultural, em especial na cidade de São Gonçalo, contexto de nossa pesquisa.

1.2. A questão cultural no pensamento de Antonio Gramsci

Para efeito do recorte epistemológico, entendemos ser relevante aprofundarmos o desenvolvimento ideológico das concepções e produções gramscianas acerca da questão político-cultural, a partir da unidade substancial quanto ao método e conteúdo do seu pensamento teórico. Além do mais, inserir o uso de categorias gramscianas na discussão da questão cultural goçalandense requer considerar o contexto histórico das suas formulações e capturar a “atualidade de Gramsci”⁷, ou seja, o espírito da reflexão gramsciana com as necessárias “mutações” para análise do objeto dissertativo.

Coutinho (1997) coloca que esta atualidade

...resulta do fato de que ele foi intérprete de um mundo que, em sua essência, continua a ser o nosso mundo de hoje... Ora, precisamente porque o capitalismo e suas contradições permanecem, o socialismo continua a se pôr como uma questão central na agenda política contemporânea. Gramsci, desse modo, é um intérprete do nosso tempo... como as reflexões de Gramsci sobre o socialismo podem nos ajudar não só a compreender as razões do fracasso do modelo de socialismo imposto nos países que se intitularam "comunistas", mas também - o que talvez seja mais importante - a elaborar um novo conceito de socialismo, mais adequado às condições e às demandas de nosso tempo... Gramsci foi certamente, no interior do pensamento marxista, o autor que mais desenvolveu uma reflexão criativa e original sobre esse tema, reflexão que, de resto, parece-me capaz de fornecer preciosas pistas para superar muitos dos impasses em que se tem debatido até hoje a teoria democrática. (p.1)

A “atualidade de Gramsci”, apesar de não ser consenso, é assegurada pelas suas contribuições ao pensamento social da teoria marxista e até dos não-marxistas. Em geral, temos a tendência de apreender apenas aquilo com que nos identificamos; e se podemos considerar isso uma qualidade, igualmente se revela um problema. Temos ainda muito que aprender com aquilo que confrontam nossas idéias – princípio metodológico da dialética⁸ – e Gramsci encarna, além da denominação de “clássico”, sobretudo uma

⁷ “Atualidade de Gramsci” já foi objeto de análise do tradutor e pesquisador das obras de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, sendo inclusive o título de um artigo de sua autoria, disponível no site “Gramsci e o Brasil” (<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=293>)

⁸ Método que permitiu que o teórico Marx ao defender o socialismo realizasse uma profunda análise das relações capitalistas (seu oposto, o que confronta o socialismo), tendo como principal obra a coletânea denominada Capital.

atualidade que garante a leitura de suas obras como imprescindível para qualquer vertente teórica.

Para tanto, é necessário conhecer o pensamento de Antonio Gramsci em meio ao contexto histórico em que se insere este autor e que de certa forma o permite avançar teoricamente na formulação de conceitos amplamente difundidos e fundamentais para se pensar os processos contemporâneos.⁹

Antonio Gramsci, filósofo e político italiano, nasceu em 22 de janeiro de 1891, no norte da ilha mediterrânea da Sardenha, numa família da classe trabalhadora. Freqüentou a faculdade de letras da Universidade de Turim, nos anos de 1911 a 1913, onde entra em contato com a ideologia marxista e ingressa no Partido Socialista da Itália (PSI). Passou pela experiência dos Conselhos de Fábrica, atuando pela participação do proletariado na política e na organização de conselhos de trabalhadores fabris; tanto que, em 1917, organiza a greve dos operários de Turim contra a continuação da guerra.

Num contexto de restabelecimento da paz européia e, mais especificamente, a Itália vivenciando uma fase de graves perturbações sociais, em 1919, Gramsci rompe com o partido, e enquanto jornalista e escritor, articulado, da teoria política, tem a possibilidade de acumular significativa produção crítica escrevendo para o "*Avanti*" – órgão oficial do Partido Socialista – e para vários jornais socialistas na Itália; entre os quais o jornal de esquerda "*L'Ordine Nuovo*", fundado por Gramsci, juntamente com Ângelo Tasca, Palmiro Togliatti e Emberto Terracini, - todos bastante influenciados pelo idealismo historicista de Benedetto Croce - como o principal órgão de elaboração e veiculação das idéias gramscianas. Isto corroborou para que Gramsci organizasse, em 1921, com os militantes e intelectuais de esquerda, o Partido Comunista da Itália (PCI).

Enquanto isso, o fascismo conseguiu superar a crise mais grave do seu regime e a indignação moral do país depois do assassinato de Giacomo Matteotti¹⁰, em 1924; dando início à intensificação da opressão fascista, acarretando inclusive a dissolução do PCI, por Benito Mussolini¹¹.

⁹ Ver Carpeaux, 1997.

¹⁰ Giacomo Matteotti (1885-1924) foi um político socialista italiano que, enquanto deputado, atuou no Parlamento contra Benito Mussolini e a autoridade fascista. Após denunciar a violência utilizada na fraude

Em consequência, Gramsci foi detido em 08 de novembro de 1926 e confinado na ilha de Ustica e, em seguida, condenado a 20 anos de reclusão na Penitenciária de Turi¹²; permanecendo no cárcere fascista durante o período de 1926 a 1934; quando recebeu liberdade devido aos problemas de saúde. A doença fez progressos dentro do cárcere. Por isso, como as autoridades fascistas não queriam que o fundador do PCI se transformasse num mártir, morto no interior do cárcere, concederam a liberdade condicional. Nos dois últimos anos de vida, Gramsci foi acometido pela tuberculose e ficou hospitalizado, morrendo no dia 27 de abril de 1937, aos 46 de idade, logo após receber a liberdade.

No cárcere fascista, Gramsci produziu os 32 cadernos do cárcere, através da interlocução com a sua cunhada Tatiana Schucht, sendo publicados postumamente com o título de "*Quaderni del Carcere*" (Cadernos do Cárcere) a partir de 1947, e agrupados em temas sob a orientação editorial de Felice Platone e Palmiro Togliatti. Somente em 1975 foi publicada uma edição crítica, através de Valentino Gerratana.

Por mais decisivas que sejam suas contribuições, não se esgotam em si mesma, mas servem como ponto de partida para o amadurecimento teórico e os avanços pertinentes. Em primeiro lugar, os princípios formulados por Gramsci estão constantemente sujeitos às compreensões e interpretações; e em segundo, tais formulações, por mais criativas e dignas de total reconhecimento intelectual, estão condicionados a uma conjuntura histórica. O que nos permite apropriar o espírito das suas contribuições e continuar

cometida nas eleições de 1924 pelos fascistas, Matteotti foi sequestrado e assassinado; o que provocou críticas generalizadas ao fascismo. Mussolini reassume o controle e estabelece o início da ditadura fascista na Itália.

¹¹ O líder do fascismo italiano Benito Mussolini (1883-1945) iniciou sua carreira política no Partido Socialista Italiano (PSI), em 1900. Durante a Primeira Guerra Mundial defendeu a participação da Itália no conflito, contrariando a deliberação do partido, sendo então expulso do PSI; constituindo, depois da guerra, o que seria o núcleo do movimento fascista. Mussolini liderou o Partido Nacional Fascista e instaurou a ditadura fascista na Itália, em 1925; no mesmo ano que Gramsci aderiu ao socialismo, Benito Mussolini saiu do partido socialista para entrar no que seria depois o berço do fascismo.

¹² Ficou célebre a frase dita pelo juiz que o condenou: "Temos que impedir esse cérebro de funcionar durante 20 anos".

construindo as reflexões societárias ante o contexto contemporâneo (com a denominação em pauta de “pós-modernidade”).

Mesmo levando em consideração toda a complexidade da sua condição humana, a peculiaridade e o avanço teórico das análises gramscianas consistem no fato que, ao contrário da maioria dos teóricos que se dedicaram às análises das relações entre política e economia – iniciada pelo trabalho intelectual do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) –, Gramsci incorporou o método da filosofia da práxis¹³ e inovou ao colocar, particularmente, o papel da cultura e dos intelectuais no debate dos processos de transformação histórica.

Nesse sentido, e tendo por base o pressuposto que nos fez iniciar o debate deste capítulo, com a contribuição de Bakhtin (1992) a respeito da disputa de sentido ideológico das palavras, e como afirma a linguagem Weberiana de que não há “neutralidade axiológica”, cabe ainda ressaltar que a forma e a intensidade da categoria gramsciana, atribuída neste breve itinerário, está sujeita a nossa compreensão e interpretação das posições políticas e ideológicas sobre este autor.

Nesse sentido, vale destacar que a teoria gramsciana tem como premissa a concepção marxista acerca das relações da sociedade capitalista, inerente a contraditória relação entre classe hegemônica e classe subalterna. Entretanto, objetivando uma análise crítica em relação ao modo de conceber os movimentos complexos da realidade, Gramsci propõe uma (re)leitura (no sentido Freireano) do marxismo, fundamentado essencialmente no papel da ação humana na história.

Para um melhor entendimento das reflexões de Gramsci acerca da questão da cultura, é necessário explorar o conjunto dos elementos teóricos do seu pensamento. Um pressuposto básico é de que “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, um conjunto complexo e contraditório, onde a superestrutura é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1991, p.52); além disso, a posse privada dos meios de produção da vida material na infra-estrutura da sociedade gera um rebatimento no plano da superestrutura ou da esfera ideológica da sociedade.

¹³ A expressão “filosofia da práxis” foi utilizada por Gramsci para designar o marxismo, como forma de despistar as censuras fascistas.

Porém, com o adendo de que a relação entre superestrutura e infra-estrutura não se estabelece no âmbito abstrato; pelo contrário, acontece de maneira concreta, no processo histórico.

A principal formulação pautava que a superestrutura seria a base sustentadora das relações de classe, e que essa dominação se efetivaria pelos mecanismos de hegemonia do Estado e da Sociedade Civil. Nessa perspectiva, a superação da hegemonia burguesa aconteceria mediante o desenvolvimento de uma contra-hegemonia, o que poderia ser viabilizado através da criação e desenvolvimento de uma “nova cultura” pela classe trabalhadora, com grande destaque aos intelectuais socialistas.

Esse processo culminou na formulação de duas novas teorias marxistas, a saber: uma teoria do estado e uma teoria da revolução. Tais reformulações partiram do método e de determinadas definições marxistas, com relação ao elemento coercitivo existente em toda a formação de estado, e da própria noção do estado enquanto sociedade de classe¹⁴ - na medida em que o Estado resultaria da correlação de forças entre diferentes classes sociais, que se manifesta no interior dos movimentos, com a hegemonia de uma classe em relação à outra.¹⁵

A partir do histórico e contexto em que se insere o fundador do PCI na discussão do pensamento social, podemos observar que o método e conteúdo expressam que Gramsci foi um intelectual que teve a questão das relações sociais como princípio norteador de seu pensamento político-filosófico, na medida em que pautava as análises de um contexto histórico concreto a partir da complexidade que envolve as relações sociais. Sendo assim, a questão das relações sociais perpassa as formulações de bloco histórico, hegemonia, intelectuais, Sociedade Civil, política e teoria ampliada do Estado, encadeadas dialeticamente; e por se tratar de um autor que pensava em termos de

¹⁴ É importante frisar que, para Gramsci, coerção e consenso não são opostos.

¹⁵ O estado socialista seria fruto de uma correlação de forças, na qual o predomínio será da classe trabalhadora. Esta correlação de forças se realiza no estado em seu sentido inteiro, ou seja, não se constitui somente na sociedade civil, mas também no interior da sociedade política, do estado no sentido estreito.

relações, seu entendimento sobre as formações sociais era “global”, inerente à categoria da totalidade social.

Portanto, entender a base política e ideológica gramsciana é imprescindível para explorar o desenvolvimento das formulações de sentido da palavra “cultura”. Ao longo das próprias obras de Gramsci, evidenciamos que as questões acerca da esfera cultural foram constantemente revistas e desenvolvidas, ao ponto da definição pré-carcerária de cultura não encontrar nos Cadernos do Cárcere a apresentação de uma conceituação teórica definida envolvendo esta palavra; tornando-a assim mais completa e complexa em meio ao caráter dialético do pensamento (FORGACS & NOWELL-SMITH apud BEZERRA, 2006).

Bezerra (2006) aponta que "desde sua passagem pela Universidade de Turim... teria ficado, para Gramsci, uma compreensão, ainda restrita, de que a palavra escrita é o centro da formação cultural em indivíduos e sociedades inteiras" (p.42). Com isso, podemos observar que o período pré-carcerário caracteriza, de certo modo, uma perspectiva “tradicional” de cultura na medida em que atribui sua relação, unicamente, à educação formal enquanto unidade de consciência e autoconhecimento. Sem perder o viés da questão, Gramsci realiza posterior ampliação do sentido da palavra, relacionando-a com a totalidade do processo histórico.

Já existia, no entanto, a certeza de que esta educação não poderia ser desinteressada, ou seja, alheia e desvinculada da perspectiva de um projeto societário mais amplo. Nesse sentido, já existia, segundo Gramsci, uma luta ideológica que envolvia, em projetos diferenciados, tanto a educação quanto a cultura. (BEZERRA, 2006, p.44)

Desse modo, cultura e educação sempre estiveram no cerne das preocupações teóricas das obras gramscianas, uma vez que a última, enquanto uma instituição de formação humana impregnada por perspectiva societária, preconizava um dos caminhos privilegiados para se alcançar a primeira. Esta abordagem questionava a organização do sistema educacional que se configura para favorecer uma determinada condição de classe, como um caráter de privilégio à educação formal e, conseqüentemente, à cultura. As análises de Gramsci se configuram pela crítica ao contexto de instituição do modelo de escolas técnicas e profissionais, elaborando uma concepção ao seu oposto.

Assim, a cultura enquanto formação humana, para Gramsci, em nada se assemelha com à perspectiva liberal que compreende a cultura apenas sob o viés do intelecto, de um maior acúmulo possível de conhecimento como categoria que expressa a relação de poder entre classes sociais e que determina, através da educação formal, os indivíduos classificados como “cultos”, ou seja, aqueles portadores da cultura dominante. Os interesses liberais em pauta consistem na noção do “privilégio” de determinados indivíduos no acesso à cultura. A visão liberal prima pela cultura no indivíduo, renegando a cultura enquanto bem público, constituída para e a partir do coletivo. Nesta perspectiva, Gramsci inclusive realizará uma intensa crítica à visão liberal.

Precisamos nos livrar do hábito de ver a cultura como conhecimento enciclopédico, e os homens como simples receptáculos a serem preenchidos como fatos empíricos e um amontoado de fatos brutos isolados, que têm de ser catalogados no cérebro como nas colunas de um dicionário, permitindo a seu proprietário responder aos vários estímulos do mundo exterior. Essa forma de Cultura é realmente perigosa, em particular para o proletariado. Serve apenas para criar pessoas mal-ajustadas, pessoas que acreditam ser superiores ao resto da humanidade por terem memorizado um certo número de fatos e datas, e que os desfiem em todas as oportunidades, assim quase que os convertendo numa barreira entre eles e os outros. Serve para criar o tipo de intelectual fraco e inexpressivo... que gerou uma massa de falastrões pretenciosos que têm um efeito sobre a vida social mais prejudicial do que os germes da tuberculose ou da sífilis sobre a beleza e a saúde física do corpo... eles acabam se considerando diferentes e superiores até mesmo ao mais qualificado trabalhador, que realiza uma tarefa precisa e indispensável na vida e é cem vezes mais valioso em sua atividade do que eles nas suas. Mas isso não é cultura, e sim pedantismo, não é inteligência, e sim intelecto, e é absolutamente correto reagir contra isso. (GRAMSCI apud SCHELLING, 1990:35)

Gramsci sinaliza que a qualidade do ser culto é inerente a todo o homem, que não é somente através da educação formal, na perspectiva liberal, que o indivíduo irá pensar a constituição da sua própria vida social. A compreensão da cultura pelo prisma gramsciano requer o entendimento que o processo de formação humana é produzido pela (e na) luta social, perpassando as diversas ambiências societárias que o compõe. Mais do que uma engrenagem que privilegia o projeto hegemônico societário, na medida em que os homens em sociedade produzem os elementos culturais de formação da própria sociedade, que, conseqüentemente, irá reproduz tais projetos hegemônicos. (BEZERRA, 2006)

Nesse sentido, a cultura estabelece um modo de ser do sujeito que irá incidir no atendimento às necessidades coletivas, tendo por base a consciência

crítica do homem, que historicamente se diferencia de seus antecedentes ao potencializar-se como sujeito capaz de transformar a si e ao meio social. Até porque será na dimensão coletiva que se instituirá a esfera cultural “como altamente dinâmica, estando sujeita a constantes transformações oriundas do quadro social mais amplo no qual a cultura é gestada” (BEZERRA, 2006, p.39). Dessa forma, é através dos processos formativos, como alicerces da questão cultural, que a sociedade constrói concepções de mundo, o que requer uma reformulação crítica dos mesmos.

A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. (GRAMSCI, 2004, p.58)

No entanto, a compreensão da questão cultural na perspectiva de Antonio Gramsci foi aprofundada no período do cárcere fascista, ao vislumbrar a cultura como um elemento histórico que compõe e transforma uma estrutura societária, um pressuposto para a luta hegemônica dos projetos ideológicos de conquista do poder.

Coutinho (2005) sinaliza que mesmo não sendo recorrente nos Cadernos, a expressão “organização da cultura” incorpora o espírito do pensamento gramsciano em conformidade com a concepção de Sociedade Civil. De modo geral, a Sociedade Civil, tal qual a concebemos na literatura do autor dos Cadernos do Cárcere, depende da existência de uma “organização da cultura” na sociedade.

Depois de longos anos de contexto histórico, o sentido atribuído a Sociedade Civil vêm sofrendo alterações significativas e adaptáveis às intencionalidades de tais formulações. Para análise dissertativa, é imprescindível assinalar que a noção reformulada por Gramsci de Sociedade Civil, como elemento partícipe de uma ampliação do Estado, demarca o embate ideológico central da teoria socialista contra o capital; em contraposição ao sentido atribuído na contemporaneidade, que passa a ser resignificada pela ênfase concedida à noção de Sociedade Civil em detrimento de um recurso do capitalismo para justificar a minimização da ação política.

Na noção geral de Estado (ampliada) entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada)

de coerção). (...) Significa que por 'Estado' deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil. (GRAMSCI, 2002b, p. 244; 254-255)

A teoria política de Gramsci analisa o Estado não somente no sentido estreito de governo. Nesse sentido, o autor dos “Cadernos do Cárcere” estabelece as funções das arenas que formam o Estado, a saber: a Sociedade Política, enquanto arena legal das constituições políticas, corresponderia à coerção, o domínio e a ditadura, tendo como base material o aparelho executivo e representativo do Estado; e a Sociedade Civil, enquanto arena das associações, um momento da superestrutura política e ideológica, corresponde à hegemonia, o consenso, e a direção político-ideológica, tendo como base material os aparelhos “privados” (de adesão voluntária) de hegemonia.

A noção de “Ocidente” e “Oriente” expresso nas análises de Gramsci não corresponde ao sentido geográfico, mas se baseiam numa diferenciação entre o papel do Estado “restrito” e da Sociedade Civil, em ambas as formações. Ou seja, a formação do “oriente”, corresponderia aos países menos desenvolvidos, e a formação do “ocidente” corresponderia aos países mais desenvolvidos; levando em considerações as gradações entre um pólo e outro. Estas são diferenciações que permitem definir linhas gerais das formações sociais capitalistas, na medida em que no “oriente” o Estado “restrito” é a base e a Sociedade Civil é “primitiva” e pouco desenvolvida, enquanto no “ocidente” há uma relação equilibrada entre Estado “restrito” e Sociedade Civil. Cabe ressaltar que o “ocidente” não representa simploriamente uma oposição do “oriente”.

No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional. (GRAMSCI, 2002b, p.262)

Nesse sentido, a “ocidentalidade” é um processo que tanto indica uma situação sincrônica, como indica um processo diacrônico, histórico, pelo qual uma sociedade sob forma “oriental” se torna cada vez mais “ocidental”; o que na segunda metade do século XIX se constituiu nos “aparelhos privativos de hegemonia”, sendo denominada de Sociedade Civil.

A idéia gramsciana de “aparelhos privados de hegemonia” corresponde às instâncias de legitimação ideológicas - que passam a ser “privado” em relação ao “público”, a partir das revoluções democrático-burguesas de “laicização do Estado”. Esta seria a denominação dos organismos da Sociedade Civil, no sentido gramsciano da expressão, a partir de uma “ampliação” da teoria marxista do Estado.

Gramsci vê que, numa formação do tipo “ocidental”, a organização da cultura já não é algo diretamente subordinado ao Estado, mas resulta da própria trama complexa e pluralista da sociedade civil. Mais que isso: aparece como momento necessário da articulação e da afirmação da própria sociedade civil. (COUTINHO, 2005, p.19)

Esta categoria de pensamento gramsciano também acarreta no desenvolvimento da acepção denominada como “intelectual orgânico”. Com a reformulação da noção de Sociedade Civil, os intelectuais deixariam de se restringir ao “núcleo duro” da Sociedade Política, no “aparelho ideológico do Estado” e passariam a ser atributo de articulação nas classes em prol da hegemonia, nos “aparelhos privados de Estado”. Os intelectuais constituiriam, assim, uma categoria especializada, em determinados grupos sociais, “de origem ou de adoção”, que desempenhariam a função essencial de “criação e difusão da cultura” (p.19).

Para Gramsci, o intelectual é:

Um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isso é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 1978, p.8)

Nesse aspecto, os intelectuais possuem uma função orgânica essencial no processo de reprodução social, na medida em que ocupam espaços decisórios na práxis social. Considerando que os intelectuais da classe hegemônica exercem a função de estabelecer e garantir a hegemonia burguesa; igualmente, os intelectuais orgânicos pertencentes à classe subalterna também possuem o potencial para exercer uma função equivalente na criação de um novo bloco histórico no qual a classe proletária seja hegemônica.

Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no

mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001b, p. 21)

No conjunto de seu pensamento, enfoca a temática dos intelectuais no âmbito da divulgação ideológica na qual a educação e a escola, propriamente, exercem um papel decisório. A (re)leitura dos elementos gramscianos composto pela educação, formação humana e perímetro escolar, como instrumentos “privados” de hegemonia, estão relacionados à reprodução ideológica e, conseqüentemente, à subordinação das classes subalternas na medida em que se tornam reprodutoras da cultura hegemônica.

Isto significa que um grupo social, que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente, isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha. (GRAMSCI, 2006, p.97)

Por isso, é necessária a construção de uma nova ordem ideológica e cultural contra-hegemônica, proveniente organicamente dos intelectuais da classe subalterna, na perspectiva da conquista do Estado. E a atribuição orgânica aos intelectuais estará intrinsecamente relacionada à sua vinculação com as questões culturais, históricas e políticas das classes subalternas.

Ainda realizando uma interpretação dos textos em que Gramsci discute a questão dos intelectuais e da relação deles com os mecanismos de reprodução cultural, Coutinho (2005) acrescenta que

A “organização da cultura”, em suma, é o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo. (p. 20)

Assim, a necessidade de elaborar uma nova cultura expressa à luta capaz de superar criticamente as concepções de mundo que precisam ser reformuladas, visando um modo de pensar historicista do sujeito. Trata-se de romper com as visões, até então hegemônicas, e construir uma nova cultura que permita aos indivíduos pensarem criticamente a ordem societária. Essa nova cultura estará inserida no que Gramsci considera como nacional-popular, uma ampla abordagem que constitui a luta econômica, social e política; e a cultura, por não representar uma esfera autônoma, está relacionada com a totalidade da vida social.

A perspectiva gramsciana da questão cultural aponta a necessidade de construção de base ideo-política, através de processos formativos que ofereçam condições favoráveis para se criar uma nova cultura. Os indícios da luta cultural sugerem a luta pela hegemonia dos projetos societários que atuam historicamente na formação dos indivíduos, uma questão a ser disputada na práxis cultural e política, fruto de uma “guerra de posições”. Esta perspectiva corroborou com a nossa intenção de investigar como problema dissertativo, as formulações, os bastidores e o próprio *acontecer* da IV Conferência Municipal de Cultura de São Gonçalo, na luta hegemônica cultural travada pelos diferentes interesses em disputa.

1.2.1 A formação humana na questão cultural

Ao partimos da perspectiva gramsciana que vincula a questão cultural ao processo de formação humana, nos deparamos com os questionamentos que pressupõem a noção de formação: “o que é formar, para que se forma, onde se forma e como se forma”. Mais uma vez temos que nos remeter a Bakhtin (1992) para apontar a polifonia das palavras e a complexidade que embute os sentidos ideológicos que perpassam os contextos sócio-históricos em que as mesmas são gestadas, para assim podermos constatar a pluralidade de significados ideológicos nas discussões acerca da idéia de formação.

...a idéia de formação é inseparável de um determinado campo teórico e do contexto histórico no qual é formulada a proposta pedagógica, de sorte que esta não pode ser compreendida sem a compreensão do papel atribuído ao pedagogo com relação a sociedade, à política e ao saber. Lembradas estas obviedades, a questão colocada – que é ‘formar’? – permanece inteiramente aberta à procura de resposta. (CHAUI apud SANTOS, 2001, p.09)

Certos de que a resposta a essas questões não será saciada neste trabalho, nos cabe situar o debate que perpassa a formação humana enquanto pressuposto da questão cultural. E para tal, é necessário destacar, minimamente, alguns pontos relevantes sobre a idéia de formação para embasar a discussão a que nos propomos.

Marilena Chaui (apud SANTOS, 2001) ao apresentar a discussão “*As humanidades contra o humanismo*”, realiza uma breve, mas fundamental, reconstituição da expressão ‘humanismo’ para nos estimular a indagarmos a lógica do “formar”.

A Idade Média representa o palco das influências teológicas, sendo o homem uma referência de ordenamento hierárquico a Deus; e o humanismo, certamente, inaugura a história do pensamento no século XIX, como um divisor de águas que demarca o terreno para se pensar no homem vinculado a idéia de formação. E não por mero acaso, as palavras “cultura” e “formação” receberam a influência dos movimentos das idéias proveniente do declínio da Idade Média. Porém é preciso destacar que o movimento das idéias representa um processo contínuo que vai se modificando de acordo com as influências ideológicas.

...a trajetória consiste num processo pelo qual o homem do humanismo cede lugar ao homem protestante, do qual provém a idéia da consciência de si que, consciência de si reflexiva, se torna princípio do saber. Esse princípio do saber pressupõe a separação entre o homem e o mundo. O homem se torna, agora, o sujeito do conhecimento e, esse sujeito transforma o mundo num objeto do conhecimento. (CHAUÍ apud SANTOS, 2001, p.29)

O humanismo, então, pensa a formação como princípio da totalidade dos saberes, por ter acesso a essa mesma totalidade e pelo fato da variedade de conhecimentos, de que era dotado o homem renascentista, advir da ideologia do humanismo que compreendia a formação do ser em sua realidade inteira. As modificações que advêm dessa trajetória possuem influência ideológica do processo de transição ao capitalismo, que coloca o homem como parte de uma engrenagem mercadológica da produção. E para que o capital possa vigorar plenamente, o homem precisa ser refratado para ter acesso parcial à totalidade do real, com a justificativa do progresso e pluralidade do saber.

Na sociedade capitalista, formar pressupõe formatar o homem às condutas morais da razão para a preservação do capital, pois somente através da educação liberal que o homem será capaz de alcançar o patamar da moralidade, que implicará na formação do caráter. A idéia de formação no pensamento liberal tende a interligar sua significação ao saber enciclopédico, acumulado. Nesse aspecto, Kant (2006) inaugura o pensamento do homem

como sujeito do conhecimento, reafirmando uma perspectiva mais antropocêntrica de mundo.

Com isso, a formação humana passa a ser atributo individual, um privilégio do sujeito em deter o maior acúmulo possível de saber especializado, ante a divisão social das funções; e a educação, na figura da instituição escolar, será o agente formador do homem conforme os ideais pregados pelo iluminismo, na medida em que “o ser humano é a única criatura que precisa ser educada” (KANT, 2006, p.11). Nessa perspectiva, educar implica em civilizar para a obtenção do progresso universal, tornando o indivíduo capaz de pensar e decidir individualmente, através de uma razão, uma formação moral estabelecida no decorrer do processo educativo.

Assim como a noção de formação estará atrelada à proposta de educação, ambas acompanham a disputa ideológica que as constituem. A esse respeito Gramsci aponta a transição do ideário de modelo escolar:

Assim, ao lado do tipo ideal de escola que poderíamos chamar ‘humanista’ (e que é o tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferentes níveis, para inteiros ramos profissionais ou para profissões especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização. (1978, p.117)

Em contraposição a uma “pedagogia libertadora”, verificamos a crítica que Gramsci realiza à idéia do indivíduo completo em si mesmo. A formação humana em Gramsci consiste na análise marxiana que expressa a capacidade do desenvolvimento educativo, em seu sentido ampliado, como um produto histórico. Nesse sentido, o considerado potencial individual é, na verdade, o reflexo das relações sociais que se manifestam nas diversas ambiências em que o sujeito faz parte, sendo o homem uma formação histórica.

É comum a tendência de enfatizar em Gramsci o momento cultural, humanístico; e nada haveria a objetar a essa tendência, já que, ao lado das precisas proposições da proposta marxiana quanto ao nexo entre ensino e trabalho, existe em Gramsci uma ênfase consciente quanto à exigência cultural, que, no contexto supracitado, ele define como ‘humanística’ e ‘formativa’. (MANACORDA, 1991, p.136-137)

Assim, o processo educativo se apresenta na perspectiva da “filosofia da práxis” como um meio para a formação de homens omnilaterais¹⁶, que sejam

¹⁶ O homem omnilateral se opõe ao homem unilateral presente na sociedade capitalista. Não será objeto de discussão o aprofundamento do homem omnilateral, em Marx, mas apenas situá-lo no debate. Para acesso do conceito de homem omnilateral verificar o capítulo III em MANACORDA, 1991.

dotados da totalidade da vida social. Para além dos parâmetros estruturais da instituição escolar, a formação acontece em todas as ambiências da vida social dos sujeitos. Sendo assim, a questão da educação apregoa uma proposta de ensino rigorosa que conserve ao máximo de omnilateralidade no que ficou definido como a “*escola única inicial de cultura geral*”, que seja humanista e formativa. Desse modo, não podemos pensar em formação sem remetê-la aos processos educativos, e estes à questão cultural. O princípio da totalidade, bem como as demais características do materialismo dialético, constituem elementos diferenciadores para esta abordagem. (MANACORDA, 1991; GRAMSCI, 1978)

Gramsci evidencia uma preocupação com a dicotomia no processo educativo entre educação para a classe subalterna e para a classe hegemônica. Principalmente, no que se refere a proposta educativa para a classe subalterna: entre a idéia de uma “escola do trabalho” proposta pelo estado burguês, sendo interessada e cujo significado social e estrutura básica estão fundados somente na preparação de mão-de-obra para o mercado; e a proposta pelo movimento socialista, sendo desinteressada, com a proposição de uma formação integral que considere os elementos técnicos, filosóficos e políticos.

Com isso, Gramsci realiza uma crítica à escola profissionalizante pensada pela burguesia para ser oferecida à classe trabalhadora, sinalizando o caráter elitista e discriminatório. Porém, sem com isso deixar de considerar a necessidade de desenvolvimento técnico da sociedade, ao propor um modelo de escola única, formativa, de cultura que englobava as dimensões escolares: formação geral e técnica.

A discussão relativa à função da escola unitária introduz o homem na vida estatal e da Sociedade Civil, a partir do conhecimento das leis naturais e sociais, com a leitura não somente do texto, como do contexto em que se insere. Esses conhecimentos deveriam dirimir as visões individualistas (e localistas) de mundo, que impedem o homem de superar o “senso comum”, por meio da crítica filosófica, na efetivação do princípio educativo.

A formação humana, entendida como a base primordial para intervenção na práxis social, é um constante desafio posto para os educadores

comprometidos em meio ao contexto da sociedade capitalista. O que distingue a educação que prima pela formação do ser social é o fato de ser elemento de intervenção política, segundo Paulo Freire (1988) e cujo pensamento foi influenciado por Gramsci.

Gramsci rompe com alguns paradigmas teóricos estabelecidos ao propor uma inversão conceitual (de base ideológica). Ao colocar a questão da formação humana no cerne do debate, requer considerar a atividade humana como correspondente a uma determinada concepção de mundo. Nesse aspecto, todo o homem estaria predisposto a ser um filósofo.

A compreensão de que todo o homem é um filósofo pretende considerar as inúmeras relações (com a natureza, os outros homens, e o próprio indivíduo) que potencializam o homem para além da sua individualidade. Tais relações não são mecânicas, mas dinâmicas e conscientes, na medida em que o ser social transforma a si mesmo, continuamente, com as transformações do conjunto de relações sociais de que o indivíduo faz parte.

É preciso destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia é qualquer coisa de muito difícil pelo fato de ser atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos (GRAMSCI, 1978, p. 21).

É nesse processo de compreensão do homem que se insere o aspecto educativo. Dessa forma, Gramsci compreende que a educação é imprescindível para o processo formativo dos homens, correspondendo a um dos elementos que compõe a “organização da cultura”.

O pressuposto básico para alcançar uma visão mais unitária e concretizar uma cultura é sempre o de libertar os homens do “senso comum” e da sua “filosofia espontânea” (GRAMSCI, 1978).

A elaboração de uma visão organizada de mundo não se faz arbitrariamente em torno de uma ideologia qualquer, vontade de alguma personalidade, de grupos fanáticos filosóficos ou religiosos. A não adesão ou adesão da massa a uma ideologia demonstra a crítica da racionalidade histórica dos modos de pensar. As construções arbitrárias são as primeiras a serem eliminadas na competição histórica; já as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre por se impor e prevalecer, ainda que atravessem muitas fases intermediárias nas quais a sua afirmação ocorre apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas. (GRAMSCI, 1999, p. 111).

Nesse aspecto, pensar em “visão organizada de mundo” requer a necessidade de caracterizar os sentidos das formas e dos instrumentos de

produção e reprodução da cultura no processo educativo e formativo como constituintes do princípio dialético correspondente à totalidade social.

Com o crescimento dos partidos de massa e com a sua adesão orgânica à vida mais íntima (econômico-produtiva) da própria massa, o processo de estandarização dos sentimentos populares, que era mecânico e casual, isto é, produzido pela existência ambiente de condições e pressões similares, torna-se consciente e crítico.”(GRAMSCI, 1978, p. 153)

No processo contra-hegemônico, o caráter educativo encontra terreno fértil na vinculação ao caráter político, na medida em que a arena política perpassa pela questão formativa que caracteriza o sujeito como agente da sua história.

Interessante ressaltar que o autor dos Cadernos do Cárcere articula os aspectos teóricos de forma intrínseca, sendo impossível discutir a questão cultural sem remeter aos conceitos formulados de homem, educação, formação humana, política, e assim por diante.

Diante do exposto, a resposta aos questionamentos apontados inicialmente, neste item sobre ‘formação humana’, estará sujeita às ideologias que cada estrutura societária estabelecerá para si, e que irá influenciar o movimento das idéias na atribuição de sentido da formação e suas finalidades educacionais e culturais.

1.3. A questão cultural no município de São Gonçalo

A palavra “cidade” deriva do latim *civitas*; o urbano, *urbis* em latim, também apresenta conotação do termo cidade, ao qual Lefebvre (1969) definiu como a “projeção da sociedade sobre um dado território”. Diversas foram as formas de definição utilizadas por grandes teóricos, mas o que se pode observar em comum é a busca por fatores históricos para fundamentar a análise da palavra em questão; e geralmente a conceitualizam como produto de diferentes causas econômicas, sociais e políticas.

A cidade não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito as leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis de acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais de

produção – das quais a urbanização é componente essencial (LOJKINE, 1997, p.159).

A cidade de São Gonçalo se insere no processo de urbanização ante o complexo conjunto de fatores que exigem considerações teóricas, diferentes do fatalismo demográfico, que caracteriza a população pertencente a um determinado perímetro urbano das sedes municipais; ou geográfico que se utiliza da oposição cidade e campo, urbano e rural, sem ao menos conseguir visualizar que mesmo tal oposição é resultante, historicamente, da divisão entre trabalho intelectual e material; ou simplesmente do reducionismo que aponta a cidade como reflexo somente da reprodução da força de trabalho, limitação essa constatada na formulação de Castells (apud SILVA 1989:16). Por outro lado, também é inviável uma ligação unívoca com o capitalismo, pura e simplesmente, como bem esclarece Lojkine (1997), mesmo porque a formação das cidades é anterior ao capitalismo, estando presente nas mais diversas estruturas sociais, diferindo-o de um mero espaço de reprodução.

O que é irrefutável nessa análise é o determinante de que a cidade revela-se para além de um mero território ao funcionar como palco das relações de poder existentes em uma sociedade marcada por significativas mudanças. “Pensamos, antes de tudo, que o espaço não é uma estrutura de aceitação, de enquadramento ou coisa que o valha, mas uma estrutura social como as outras” (SANTOS, 2007, p.108).

Entender o processo de urbanização é antes de tudo perceber que a cidade capitalista, com sua peculiaridade acumulativa, representa o resultado de uma dupla socialização que visa a manutenção da organização econômica. Conseqüentemente, carrega um embate entre capital e trabalho, e com isso, da luta de classes que este mesmo embate produz, na medida em que se emprega o aumento da produtividade, através da fórmula que sintetiza um menor tempo de produção e de circulação em contraposição a um maior acúmulo de trabalho morto, ou seja, do trabalho alienado da classe assalariada. Sendo assim, Silva (1989) contribui para a análise em questão atribuindo a seguinte característica ao espaço urbano:

O urbano, enquanto categoria de análise é aqui percebido como um fenômeno historicamente construído, expressando a organização social do processo de reprodução do capital como o domínio da instância econômica sobre a estrutura social, sendo que, ao mesmo tempo em que constitui uma

expressão de exigência do modo de vida capitalista, é também espaço da luta entre as classes sociais desse modo de produção. (SILVA, 1989, p.17)

As transformações conjunturais incidem não apenas sobre os sistemas sociais em grande escala, mas também sobre contextos locais. Com base na leitura geral que constitui o urbano historicamente como um “fenômeno” por excelência da acumulação capitalista, partiremos para uma abordagem mais focalizada na realidade sócio-cultural gonçalense.

Problematizar a questão cultural gonçalense, tendo por base a concepção gramsciana, requer contextualizar o local e destacar que a história dessa cidade perpassa as contradições de produção e reprodução sociais do solo urbano, em face das exigências de acumulação do modo de produção capitalista. Tais fatores condicionam a formação social e, conseqüentemente, a identidade coletiva gonçalense.

São Gonçalo é uma cidade feia, e as pessoas não gostam do que é feio, então ela não é muito amada. Porque você tem os gonçalenses natos, os gonçaleses adotivos e os gonçalenses circunstanciais. Os gonçalenses natos, como eu, que nascem aqui, que conseguem ter uma referência, e gostar de viver aqui, é uma coisa; os gonçaleses adotivos, aqueles que vêm para São Gonçalo e gostam de vir para cá e resolvem se dedicar aqui; e tem os gonçalenses circunstanciais que vêm porque estão vindo de outros lugares onde não conseguiam viver e aqui, por ser próximo da metrópole - separados pela Baía [de Guanabara], mas nada que a ponte não resolva. Aí que a gente tem essa explosão demográfica, dessa imigração que São Gonçalo sempre sofreu...¹⁷

Devemos, entretanto, sinalizar que o movimento de pesquisar a história da cidade de São Gonçalo se revela uma árdua tarefa em meio aos obstáculos impostos, ora pela quantidade reduzida de fontes bibliográficas, ora pela complexidade e controvérsias inerentes às interpretações que permeiam a história gonçalense; entendendo que cada memória individual e/ou coletiva é produzida e preservada sob o viés da intencionalidade.

Cabe ressaltar que não intencionamos expor as diversas interpretações e tão pouco resgatar e demarcar uma linha de acontecimentos históricos sobre a cidade. A pesquisa em pauta objetiva, por outro lado, expressar alguns pontos relevantes da realidade local do objeto de estudo dissertativo, como parte do processo de reprodução do capital. Na medida em que a questão cultural compreende a totalidade social dos sujeitos será necessário assinalar,

¹⁷ Fala transcrita da entrevista realizada em 24 de junho de 2010, com Mônica Sá (ICBEU/CMC).

brevemente, o contexto “local” de formação da cultura (no sentido gramsciano) gonçalense.

O processo que desencadeou a formação da cidade de São Gonçalo perpassa uma longa e complexa trajetória que se iniciou “através da doação de uma Sesmaria (06 de abril de 1579), que se transformou na Freguesia de São Gonçalo (1647), e em Vila, Município e logo Cidade (1890)” (BRAGA, 1998, p.16); sem deixar de destacar que nesse ínterim, por interesses políticos, fez parte da cidade de Niterói em dois momentos (1819-1890 e 1892-1892), o que aparenta explicar a corriqueira associação, equivocada, de São Gonçalo como parte de Niterói. Importante assinalar, inclusive, que a data de aniversário da cidade de São Gonçalo remonta ao período de emancipação político-administrativa, instituída pelo decreto 124, de 22 de setembro de 1890, perfazendo 120 anos em 2010.

Até a década de 1930, a cidade de São Gonçalo possuía características fundamentalmente rurais, em que predominavam propriedades com produções agrícolas voltada para os mercados locais. E num contexto crescente de urbanização brasileira em andamento no governo de Getulio Vargas, a paisagem rural do município começou a sofrer alterações com a incorporação das indústrias, que viera substituir o sistema de produção agrário. E já nos anos de 1940 a 1950, a cidade é considerada o mais importante parque industrial do Estado do Rio de Janeiro, sendo conhecida, inclusive, como “*Manchester Fluminense*”, favorecido, em parte, pela estratégica posição geográfica do município. (ARAUJO, 2008; BRAGA, 1998)

Uma das conseqüências desse desenvolvimento econômico foi a expansão populacional, decorrente tanto da migração quanto da imigração, que vieram em busca de oportunidades no mercado de trabalho. Porém, o crescimento populacional desordenado, sem ser devidamente acompanhado de investimentos básicos, corrobora para enaltecer os problemas advindos dessa precária urbanização; e ainda na década de 1950, a imagem do progresso alavancado pelo desenvolvimento industrial passou a se reconfigurar com os indícios de caos urbano. (ARAUJO, 2008; BRAGA, 1998; COSTA, 2009; TAVARES, 2003)

Outro ponto negativo da cidade é o crescimento desordenado da cidade. A cidade hoje cresce, vem indústria para cá, pessoas vêm morar para cá, graças a COMPERJ, por exemplo. Sendo que as pessoas, o poder público, não tem consciência de que tem que ter planejamento, que as pessoas vão crescer, que vai precisar de mais moradia, de mais posto de saúde, precisar de mais escolas. Então nesse sentido, na cidade, é um erro em não ter planejamento.¹⁸

A configuração do novo cenário gonçalense, acrescido da conjuntura desenvolvimentista, contribuiu para que a cidade fosse considerada uma área totalmente urbana, através da Deliberação Municipal nº 370 de 10 de novembro de 1962. Por outro lado, o mapa do zoneamento municipal, de 1998, estabelece que uma parte considerável do território do município ainda apresenta o caráter de uma área “predominantemente rural”. Essa realidade envolve uma disputa de compreensão do espaço territorial, que apresenta as nuances que variam entre urbanas versus rurais e periferia versus centro. (BRAGA, 1998; COSTA, 2009; TAVARES, 2003)

Com a conjuntura de crise política e recessão econômica no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, a cidade gonçalense passa a perder espaço no pólo industrial, e uma das repercussões negativas será a diminuição da oferta de emprego (ARAUJO, 2008; BRAGA, 1998; COSTA, 2009; TAVARES, 2003). Os trabalhadores, para manterem as mínimas condições de sobrevivência, precisam vender sua força de trabalho para o mercado formal e informal das cidades limítrofes a São Gonçalo.

São Gonçalo é uma cidade com predominância operária... A cidade não comporta a mão-de-obra local que, então, recorre às cidades vizinhas em busca de emprego e São Gonçalo passa a ser chamada de cidade dormitório. Para comprovar o porquê de tal título, um levantamento de 1995 aponta que dos 450 mil habitantes que trabalham apenas 150 mil trabalham na cidade. (BRAGA, 1998, p.127-128)

É nesse contexto que se insere esta cidade gonçalense situada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no lado oriental da Baía de Guanabara e que tem como regiões limítrofes ao Norte, Itaboraí e a Baía de Guanabara; ao Sul, com Maricá e Niterói; a Leste, com Itaboraí e Maricá; a Oeste, com a Baía de Guanabara e Niterói; sendo atravessada pela a Rodovia Amaral Peixoto, que se dividem nas RJ-104 e RJ-

¹⁸ Fala transcrita da entrevista realizada em 02 de junho de 2010 com Romario Regis (COMCULTURA)

106 e a Niterói-Manilha, integradas ao sistema BR-101, além de passagem para áreas turísticas, como a Região dos Lagos.¹⁹

O território da cidade de São Gonçalo possui, aproximadamente, uma área de 249 km²²⁰; sendo, administrativamente, dividido em 05 distritos (Centro, Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes), que somam 91 bairros oficiais (além de mais 18 bairros reconhecidos pela população)²¹. Essa grande extensão territorial foi assinalada pelos entrevistados ora como ponto negativo, ora como ponto positivo:

Um ponto negativo é a extensão. A cidade é muito grande. É difícil realmente de você administrar. É muito grande. Eu só fui ter noção da extensão da cidade quando fui fazer minha campanha do conselho tutelar, em que me candidatei em 2007, e que passei por Guaxindiba, Monjolos. Uns lugares que parecem "Terra de Malboro", mesmo sabe?! Aquela coisa assim, sem poste de luz, terra de chão, eu fiquei assim, isso ainda é SG? E ainda era São Gonçalo. Então a extensão dificulta tudo.²²

São Gonçalo é uma cidade enorme, grande até demais, eu acho até que poderia ser menor... É um município que tem tanta diversidade, tanta gente fazendo coisa bacana, tanta instituição, grupos, trabalhos voluntários que você fica de boca aberta. Então é impressionante como é uma cidade com tantas possibilidades, mas não sei o que acontece que parece que é tudo sufocado. Eu vejo São Gonçalo assim um jardim florido cheio de nuvens em cima. Pela própria imensidão da cidade a diversidade vai se alastrando, parece até que dá mais espaço. É uma contradição, dá mais espaço e as pessoas vão criando, vão fazendo, vão se descobrindo. É um ponto positivo.²³

O contingente populacional gonçalense equivale a 991.382 habitantes (em 2009) e com crescimento para 999.901 habitantes (em 2010)²⁴, sendo a segunda cidade mais populosa do estado, depois da capital. Modificam-se os números levantados anualmente pelo IBGE e com eles acentuam-se as contradições sociais presentes no município gonçalense, que "segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), em janeiro de 2002... existiriam na cidade cerca de pelo menos 20 mil pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, em estado de miserabilidade" (TAVARES, 2003, p.141). Esse

¹⁹ Fonte: http://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao_goncalo.php

²⁰ Segundo estimativa da base territorial do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Cabe sinalizar a divergência de tal informação; no site da Prefeitura de São Gonçalo existe a estimativa de que o território gonçalense corresponde a 251 Km²: http://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao_goncalo.php.

²¹ Dados obtidos no site da Prefeitura de São Gonçalo: <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/mapas.php>.

²² Fala transcrita da entrevista realizada em 24 de junho de 2010, com Mônica Sá (ICBEU/CMC).

²³ Fala transcrita da entrevista realizada em 19 de julho de 2010, com Marilyn Pires (SECULTUR/CMC)

²⁴ Estimativa populacional do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

cenário social está vinculado a práticas assistencialistas e coronelistas, que perpassa a precarização das políticas públicas, que se configura no poder público municipal.

Apesar da cidade se destacar no cenário político-econômico estadual por representar o segundo maior colégio eleitoral fluminense²⁵, o status de cidade-dormitório, bem como a imagem da repercussão econômica negativa e os problemas de infra-estrutura urbana, ainda persistem na realidade identitária gonçalense. “Nesse ponto, além das questões estruturais já registradas, o não reconhecimento da cidade por boa parte da população, figura uma questão essencialmente cultural... em estreita ligação com a história da cidade, sua formação” (COSTA, 2009, p.65).

Devido a essa cultura de dependência das esferas governamentais e de menos-valia em relação a outras cidades, como Niterói e Rio de Janeiro, produz-se, na própria população, uma descrença sobre si mesmos, como incapazes de produzir transformações que possibilitem quebrar essa idéia endurecida pelo senso comum e criar novas formas de se olhar para sua cidade. (GODOY-DE-OLIVEIRA, 2007, p.15)

O caminho percorrido pela “urbanização inversa” (TAVARES, 2003) entre os cerca de 91 bairros que constituem a cidade, revela a complexidade da questão urbana gonçalense e da condição social da população local, além de apontar alguns fatores relacionados aos alicerces da formação identitária gonçalense.

A identidade pode ser entendida por dois significados inerente ao “senso comum” que divergem entre si. O primeiro sentido corresponde àquilo que distingue os indivíduos, e podemos exemplificar com a idéia do documento de identidade (Registro Geral - RG), a identidade de cada indivíduo representada por uma série de números associada à determinada impressão digital que identifica particularmente um indivíduo em sua singularidade; o segundo sentido corresponde àquilo que identifica os indivíduos em sua semelhança.

No entanto, para além do “senso comum”, Gramsci sinaliza que o elemento da identidade social se apresenta no âmbito da coletividade, a partir da consciência de classe. O princípio de identidade coletiva corresponde às práxis das relações sociais que situam socialmente os indivíduos, na medida em que caracterizam os aspectos das classes sociais. Ou seja, a identidade de

²⁵ Segundo dados obtidos pelo censo IBGE 2002

um grupo corresponderia ao posicionamento de seus membros em relação antagônica entre capital e trabalho, ou de acordo com representações coletivas socialmente reproduzidas.

A identidade coletiva é uma identidade de classe. Nesse sentido, a condição de pertencimento a uma classe social é determinada estruturalmente, pela posição que ocupa no sistema de produção, bem como pela gradação organizativa e de mobilização. A classe social, entretanto, requer a constituição de uma consciência social.

Criou-se o conceito de classe social como elemento explicativo da ação social, ou melhor, para designar os sujeitos que intervêm na história, que a partir das condições objetivas de vida são capazes, na luta política, de criar uma consciência social. A classe é, para o trabalhador, a formação social que organiza o seu confronto com a ordem, portanto, só se pode falar em consciência na luta de classes, em política, a qual se forja nas lutas sociais, pela ação coletiva, implicando uma organização que seja a portadora de uma ideologia própria. (VENDRAMINI, 2000, p. 34)

Gramsci, em um contexto histórico de consistência na luta pelo socialismo, apresenta a funcionalidade das classes sociais, de modo a articular com a cultura na disputa pelo projeto societário. As classes sociais seriam os atores participativos de construção e reconstrução das estruturas societárias.

Em contrapartida, o contexto referente à conjuntura do terceiro estágio capitalista, denominado como capitalismo tardio - ou, segundo Ianni (1996), a era do globalismo, cuja forma é a cultura pós-moderna, na acepção de Jameson (2007) - nos exige apontar a configuração social em que as classes sociais e suas lutas aparentemente tenham perdido centralidade, e até mesmo sentido de auto-referência para os grupos humanos, com a lógica fragmentada presente na pós-modernidade. Este cenário retrata um desdobramento das transformações societárias em curso desde a década de 1970, em decorrência das estratégias de superação da crise do capital; inclusive, as cidades passam por um processo de refuncionalização dos espaços urbanos.

Como tentativa do sistema capitalista pela superação de uma crise estrutural e de “uma série de transformações pelas quais vem passando a economia capitalista em escala internacional ao longo das últimas três décadas” (MATTOS, 2007, p.49), o conceito de classe social foi sendo esvaziado do signo ideológico enquanto categoria de explicação histórica. As constantes estratégias empregadas pelo capital para reerguer-se da crise, a

exemplos das superações capitalistas em períodos históricos anteriores, tiveram uma correspondência maior com as mudanças na organização da produtiva, a chamada “reestruturação produtiva”, associada à emergência de políticas neoliberais.

Diante de tantas transformações econômicas e políticas, com reflexo na organização produtiva, ocorreu um processo contraditório na composição da classe trabalhadora: a realidade social contemporânea deixou de ser analisada a partir dos critérios de classe. Com o neoliberalismo, saem de cena as classes sociais e entra a noção dos segmentos sociais; esgotando e esvaziando, assim, qualquer possibilidade de luta pela hegemonia da categoria dominada.

Na medida em que a sociedade se torna cada vez mais complexa, sob o prisma do enfrentamento capitalista, é possível constatar o que Francisco de Oliveira nos alerta ao colocar que “quanto mais avançado é o desenvolvimento capitalista, mais difícil é aprender a natureza e estrutura das classes sociais fundamentais” (apud, FRIGOTTO, 1997, p.90). Nessa conjuntura, o conceito de classe, decorrente das relações estruturadas na sociedade, aparentemente não possui espaço político-ideológico garantido no processo de explicitação das relações em sociedade; o que não quer dizer que as classes sociais não existam mais e sim que se estabelece um movimento que objetiva o enfraquecimento e pretensão desuso deste conceito.

Considerando a população gonçalense como um coletivo construído historicamente pelo processo de formação e desenvolvimento da cidade ante as relações sociais capitalistas, buscamos compreender e interpretar suas raízes históricas e o seu sentido atual em meio ao contexto da dita “pós-modernidade”.

A identidade coletiva gonçalense sofre abalos profundos com a representação social produzida pelo imaginário da população e do olhar externo; decorrente da leitura (no sentido freireano) que se faz da cidade. Essa leitura, entretanto, passa por dispositivos formadores e intencionalidades inerentes às contradições sociais do contexto de acumulação capitalista ao longo da construção histórica da cidade.

Como ponto negativo, um problema muito grave da nossa cidade... no campo do abstrato, uma coisa que me incomoda muito na cidade, é a pouca importância que a própria cidade tem para o gonçalense, que é a falta de

identidade que as pessoas tem com a cidade, é a falta de localização com a história, eu sinto uma ausência muito grande da historia de São Gonçalo na vida das pessoas. Aquela ceninha antiga do sujeito que mora em São Gonçalo e diz que mora em Niterói, tem vergonha de dizer que mora em São Gonçalo, eu acho muito chato, muito feio, muito triste isso, porque tem a ver com essa desconstrução, as pessoas não se sentem aqui, não se sentem donos, e isso me incomoda: o não pertencimento. Isso gera o descuido, o descaso, gera o pouco querer, acho que é um fato em cadeia. De certa forma há uma mão do governo, das políticas de educação, até mesmo de cultura, porque não há um estímulo, não há uma movimentação das nossas escolas, principalmente nas escolas, de trabalhar essa construção da história, da identidade; e você entra naquela lógica de que você ama aquilo que você conhece...²⁶

A aparente “falta de identidade”, assinalada no trecho da entrevista, com o sentido da não identificação da população enquanto gonçalense e co-participante da cidade, na verdade se configura, na perspectiva gramsciana, não como uma ausência de identidade da população, mas representa a própria identidade coletiva, uma identidade de reprodução da ideologia dominante.

A identidade, no âmbito coletivo, associada ao vínculo com o mundo do trabalho que demarca as classes sociais, a partir da lógica neoliberal de concepção pós-modernista, fragmenta a classe trabalhadora ao ponto de seus membros não se identificarem enquanto classe, minando, assim, a luta pela hegemonia. Nessa perspectiva, não se estabelece uma “falta de identidade”, mas a interiorização da identidade fragmentária da atual conjuntura histórica.

A história de formação da cidade gonçalense, tendo como o espectro a negativa imagem associada à ausência de planejamento urbano, de políticas públicas, e as repercussões econômicas desfavoráveis, configurando uma área geográfica que agrega uma população de baixa renda, integrantes da classe trabalhadora e que pela conjuntura não se identifica enquanto classe, corroborando para que se formem grupos específicos provenientes das refrações da questão social que, analisados fora do quadro da totalidade, enfraquecem a mobilização coletiva nos movimentos de lutas sociais.

O que se coloca em discussão é que a auto-estima e o sentido de pertencimento (ou seja mais oportuno frisar, que a ausência destes) partilham espaço/tempo na totalidade da vida social gonçalense, ao expressar as contradições das relações sócio-espacial em que a identidade é gestada. Como aponta Castells (1999) “a construção das identidades se desenvolve em

²⁶ Fala transcrita da entrevista realizada em 14 de maio de 2010, com Cleisemary Campos da Costa (COMCULTURA)

contextos marcados por relações de poder” (p. 2), e pelo imaginário social que se produz e reproduz.

Em reportagem sobre a cidade de São Gonçalo, transmitida pela emissora “Globo” no programa “Jornal Nacional”, do dia 21 de setembro de 2010, véspera do “aniversário” da cidade, foi retratado um território com muitos “não tem”: não tem água encanada, não tem esgoto, não tem segurança, não tem, não tem... Essa foi a imagem que os telespectadores de um canal aberto puderam ter acesso.

O outro aspecto, eu acho que fica na base do concreto, é a desgovernabilidade que a gente tem aqui, eu acho que isso é um grande problema. Eu poderia dizer para você do caos urbanos que essa cidade é hoje, da cidade que é feia, das ruas que são pequenas, dos engarrafamentos, da falta disso, daquilo; mas eu acho que tudo isso é fruto do desgoverno que a cidade tem, é fruto do nosso não planejamento político, e aí eu estou falando da política que pensa a cidade, que governa a cidade. Eu podia trazer isso primeiro para o âmbito local, a sucessão de desgoverno que a gente tem, que gera esse cenário concreto dessa cidade caótica; e no segundo também no estadual e também no federal, trazendo inclusive um chamamento e uma cobrança dos próprios parlamentares que são eleitos por São Gonçalo, tanto para Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, quanto para o Congresso Nacional. É um desgoverno muito grande.²⁷

No blog produzido por Alfredo Bokel, consta uma coletânea das reportagens exibidas na série “JN no AR” e nos deparamos com um depoimento do editor do programa, Alexandre Mattoso, que chamou a atenção:

Foi um trabalho intenso, uma correria, mas conseguimos abordar aspectos importantes da cidade”, contou, para logo em seguida revelar uma expectativa frustrada. “Confesso que estava torcendo para Niterói, minha cidade, ser sorteada. Já tinha até levantado várias pautas. Foi quase. Saiu a vizinha São Gonçalo²⁸

Além do constante espectro que assola a relação São Gonçalo e Niterói, a questão social perpassa esse conjunto de informações evasivas e nos convida a reconhecer os muitos “não tem” que ainda persistem na cidade para que de forma consciente da realidade social local, os gonçalenses possam assumir a responsabilidade de (re)significar a cidade.

²⁷ Fala transcrita da entrevista realizada em 14 de maio de 2010, com Cleisemary Campos da Costa (COMCULTURA)

²⁸ <http://g1.globo.com/platb/jnnoar/2010/09/page/3/>

Entretanto, no mesmo Blog pudemos encontrar o que poderíamos denominar de “contrapalavra”²⁹ de uma gonçalense, referente à abordagem da reportagem sobre a cidade de São Gonçalo:

São Gonçalo ainda não é a cidade maravilhosa, porem ainda é um lugar bom de viver, não temos lindas praias, mais temos lindas praças. A cidade ainda não tem uma boa estrutura, falta muita coisa, e muita coisa boa, pena que a cidade não é tão bem vista assim, sem contar com o grande aumento da população nos ultimos anos, o crescimento imobiliario cresceu muito, as pessoas estão dando atenção para a moradia nesta cidade, pois em meio de tanta coisa ruim, ainda é um bom lugar pra dormir em paz. Cresce São Gonçalo, pois ainda quero ter orgulho de dizer que sou gonçalense³⁰.

A manifestação dos gonçalenses continuou...

Fiquei feliz em saber que o JN estaria em SG, porém quando assisti a reportagem fiquei triste em ver tanta sujeira, tantos lugares feios, tanto esgoto...acredito que o propósito do JN seja realmente mostrar a estrutura das Cidades, mas poderiam ter mostrado também os pontos positivos... AFINAL SG É UM LUGAR MUITO BOM DE SE VIVER. Eu esperava que o Ernesto finalizasse a reportagem como em outros lugares AO VIVO, na Cidade, mas a finalização foi no aeroporto...já indo embora...não gostei. Amo SG e torço para que esta Cidade cresça e melhore em todos os aspectos. QUE DEUS ABENÇOE ESTA CIDADE E QUE OS GOVERNANTES TENHAM GARRA E VONTADE DE MUDAR E MELHORAR SG.³¹

E até depoimento de uma gonçalense que não reside mais na cidade, aderiu à “contrapalavra”:

Minha cidade natal, parabéns pelos seus 120 anos! Hoje moro em Nova Friburgo e os contrastes são imensos. Mas sou grata a São Gonçalo e espero um futuro melhor para todos que vivem lá. Espero que descubram o grande potencial que a cidade possui. Ela tem muita terra e um pedacinho de mar. Tem um claro potencial industrial e condições físicas para abrigar um aeroporto, uma estação de barcas e até um pequeno porto. É cruel pensar que uma cidade com tantas possibilidades esteja fadada a ser sempre um dormitório, ou seja, um local onde as pessoas trabalham na capital e depois enfrentam horas de engarrafamento, chegando esgotadas no final da noite apenas para dormir. Não é à toa que faltam forças para lutarem pelos seus direitos. Estamos em época de eleições. Que tal começar por ai? Chega de políticos que se aproveitam desta evasão diurna da população e, pior, mantém o seu estado de sono para explorarem os seus recursos em prol de causas mesquinhas e egoístas. São Gonçalo merece este lindo presente de aniversário: o início da construção de uma nova história de vitórias e respeito por um povo que sofre o descaso de mais de um século.³²

Nas palavras de Geraldi (2002), “um leitor que não oferece as palavras lidas as suas contrapalavras, recusa a experiência de leitura” (p.6). E ler a realidade gonçalense requer considerar as múltiplas possibilidades de

²⁹ Tendo por base o sentido Bakhtiniano da “contrapalavra” como o lugar de construção das compreensões pelo leitor.

³⁰ Postado por Danielle Coutinho em 21 de setembro, 2010 às 20h39min.

³¹ Postado por Neiva em 22 de setembro, 2010 às 10h31min.

³² Postado por Martha em 22 de setembro, 2010 às 05h39min.

compreensão e interpretação condicionadas às concepções de mundo inerentes a cada classe social (mesmo que a classe trabalhadora já não se reconhece de forma coesa, enquanto classe).

Mas e o que a cidade de São Gonçalo tem? Segundo a reportagem, tem apenas o piscinão e o shopping. E para a população gonçalense?

Teve uma vez, que eu tava na secretaria, e em pouquíssimo tempo tinha que pensar numa lembrança de São Gonçalo para dar ao prefeito de Niterói, os dois prefeitos estavam trocando uma carta, um convênio, um consorcio, o que seja, e Niterói ia dar de presente pro prefeito de São Gonçalo uma maquete do Mac e a gente não tinha nada para dar de São Gonçalo, nada, nada, pensava dali, pensava daqui, capela da luz, Fazenda do Columbande, não é conhecido não tem uma marca, o dia chegando. E ai numa conversa de bar, conversando, quebrando a cabeça com outras pessoas, disse: Cleise, São Gonçalo não tem nada que preste, a única coisa boa de São Gonçalo são as pessoas, eu acho que, dá uma figura de um gonçalense. E outra pessoa ouvindo esse comentário disse dá lá o carequinha, dá uma foto do carequinha, que é uma figura ilustre. E uma escultora plástica fez uma estatueta, escultura, do carequinha. Acho que uma das coisas melhores que a gente tem são as pessoas, tem gente muito boa em São Gonçalo... Penso que a cidade tem esse patrimônio que é riquíssimo e que são as pessoas.³³

Diante do quadro reproduzido pelo imaginário externo e interno sobre a cidade de São Gonçalo, remete alguns questionamentos: será que se trata apenas de conceber uma nova consciência, e em conseqüência, uma nova visão em relação à cidade? Como é possível alcançar essa consciência social da realidade local? Como se forma uma nova identidade coletiva em meio à conjuntura de aprofundamento da individualidade?

Entretanto tais questionamentos que permeiam o imaginário da história da cidade não requerem respostas prontas, mecânicas. Mas que possam nos instigar a reflexão.

A pesquisa realizada evidenciou nas falas das entrevistas a escassez e a precariedade dos instrumentos públicos destinados a atender essa população, ou que não foram utilizados devidamente pelo Poder Público para promover as melhorias necessárias. Essa precariedade no oferecimento de políticas públicas, com rebatimento no aprofundamento das questões sociais que conferem à cidade o atributo de “periférica”, corrobora para o atual quadro cultural da cidade.

³³ Fala transcrita da entrevista realizada em 14 de maio de 2010, com Cleisemary Campos da Costa (COMCULTURA)

A cidade de São Gonçalo pode ser expressa para além da idéia limitada ao território geográfico, com o rótulo de “periferia”³⁴ - como uma contraposição ao centro que representa o poder; mesmo porque tal formulação “dependentista” restringe a cidade à simbologia do atraso. Entretanto, Gramsci (1987) sustenta uma visão de “periferia” como uma formulação em constante movimento dialético. Assim, entendemos como pertinente o movimento de (re)pensar a “dependência” e o “desenvolvimento” da “periferia” gonçalense, na atual conjuntura, como prerrogativa da questão cultural.

Nesse aspecto, Gramsci formula a idéia de revolução cultural que se processaria em dois momentos: primeiramente, corresponde ao processo de preparação para que a classe dominada tomasse o poder, na medida em que tal preparação representa uma nova cultura, uma cultura própria dos subalternos em oposição à cultura dominante, caracterizada como contra-hegemonia; e posteriormente, a própria assunção do poder dessa classe. A obtenção e diluição do caráter hegemônico, em contraposição à ideologia dominante, requerem um processo cultural que conceda as condições necessárias para tal.

Trazendo essa formulação para a realidade gonçalense, podemos considerar que a construção da identidade coletiva é essencial para que melhorias na organização e acesso aos direitos da população gonçalense ocorram de uma maneira em que os próprios gonçalenses se reconheçam como sujeitos capazes de promover as transformações desejadas e de sustentá-las adequadamente. A partir do momento em que os sujeitos gonçalenses se reconhecerem como pertencentes da mesma classe que possui vivências, percepções e dificuldades em comum, poderão também reconhecer uma luta comum. Assim, acredita-se ser possível uma transformação da realidade, verdadeiramente emancipatória, na qual aqueles que irão usufruir dos benefícios dessa mudança não serão apenas recipientes passivos como ocorre nas políticas públicas de caráter assistencialista, mas ao contrário, se sentirão sujeitos co-participantes.

³⁴ A idéia da cidade gonçalense como periferia das cidades vizinhas consideradas privilegiadas social e economicamente.

A interação e busca de compreensão das discussões da presente pesquisa dissertativa entre pesquisadores e os sujeitos da investigação (atores sociais e institucionais) é uma constante, pois estes não são meros objetos de pesquisa, pelo contrário, enquanto gonçalenses, somos cooperadores e partícipes de todo o processo de pesquisa, produzindo e reproduzindo a arena cultural gonçalense.

A complexidade que envolve a questão cultural da cidade de São Gonçalo nos convida a essa instigante tarefa acadêmica na produção de conhecimento que visa tão somente contribuir com uma história ainda em construção e, em paralelo, enaltecer a constatação gramsciana que coloca a formação humana como premissa da questão cultural.

1.3.1. Os sentidos da palavra cultura em São Gonçalo

Como podemos observar nos itens anteriores, ao longo da sua trajetória histórica, a palavra “cultura” está impregnada por signos ideológicos correspondentes ao projeto societário hegemônico. Entender, portanto, o desenvolvimento das (re)significações da palavra “cultura” permite a (re)leitura dos sentidos que embasam a formulação de políticas públicas de cultura em São Gonçalo, no âmbito do mecanismo de controle social da CMC/SG.

Não cabe, entretanto, a demarcação na utilização de um determinado significado. A proposta dissertativa é analisar o movimento das idéias para sinalizar a possibilidade ainda premente da contra-hegemonia, o que pressupõe a intrínseca relação entre o universal e o particular nesse contexto de produção e reprodução ideológica. Ou seja, a disputa ideológica pelos signos da palavra “cultura” que ocorre na esfera “macro” encadeia rebatimentos na esfera “micro”. Conseqüentemente, os sentidos da palavra cultura, expressa pelos entrevistados, não é uma peculiaridade da cidade. Dessa forma, ressaltamos, também, a inquietação durante o processo de pesquisa, em relação à identificação da lacuna entre o discurso e o praticado na cultura gonçalense.

O fato é que sem a proposição de um sentido que enseja ideologicamente a atuação na arena cultura, a suscetibilidade em reproduzir o signo hegemônico é premente. Sendo assim, iniciamos a abordagem com uma fala que demonstra a complexidade que envolve a palavra “cultura”.

Concepção de cultura... acho que é muito abstrato falar assim. Cultura tem a cultura artística, tem a cultura de hábito, eu acho que não tem como fazer uma definição de cultura porque eu acho que está impregnada em todos os espaços, por isso eu acho que não dá pra fazer uma definição lógica, não tenho nenhuma idéia de como.³⁵

Que os significados para designar a palavra “cultura” são inúmeros e dos mais diversos, não há dúvidas. Porém, mesmo sem uma definição aparente, os sujeitos que atuam na área assumem na prática os signos ideológicos, seja de reprodução hegemônica ou uma postura contra-hegemônica.

E quando se expressam as interpretações sobre o significado da palavra, constatamos a existência de duas fortes correntes de pensamento que estruturam o discurso dos entrevistados que atuam na área cultural gonçalense.

Uma delas seria o pensamento antropológico que caracteriza a palavra cultura enquanto códigos sociais transmitida pelos sujeitos que compõem cada grupo da sociedade. A fala a seguir, de uma profissional atuante da política cultural da cidade gonçalense, expressa essa sinergia que compreende os signos antropológicos e neoliberais do pensamento.

É uma pergunta muito, mas muito, complicada de se responder, porque cultura tem vários significados. Eu tava até vendo ainda agora, é engraçado porque a cultura dá essa oportunidade de cada um ter a sua visão, a cultura é subjetiva mesmo, então ainda agora a gente tava na reunião e a subsecretaria tava falando sobre os trabalhos que a secretaria fez, e ela deu mais ou menos a visão dela sobre a cultura, e eu fiquei pensando: gente é impressionante como cada um tem um jeito de ver e falar sobre cultura. Eu acho que cultura é uma via de duas mãos, uma cultura nossa, que cada um tem a sua cultura independente de cor, credo, nacionalidade, idade, cada um tem a sua cultura, que transmite pro outro e absorve a cultura de seu meio. Então a cultura pra mim é o que vem primeiro. Não é porque eu trabalho com cultura não, mas acho que cultura é a coisa mais importante que tem nesse mundo. Porque eu acho que ela vem antes de qualquer coisa. Se você for, por exemplo, dentro de um hospital, e você diz assim: não tem cultura aqui dentro. Tem sim. Quantas pessoas diferentes entram e saem desse hospital todos os dias. Então se você for pensar ao pé da letra, em termos de cultura, eu acho que deveria ter um atendimento diferenciado em todos os lugares, porque cada um que chega lá, chega de uma forma diferente, é um modo de falar diferente, é um modo de agir diferente, são detalhes de cada um, é uma individualização. Então assim, existe em cada pessoa um modo de ser, e esse seu modo de ser, de fazer as coisas, de falar, isso tudo faz parte da

³⁵ Fala transcrita da entrevista realizada em 02 de junho de 2010 com Romario Regis (COMCULTURA)

cultura dela. Então cultura pra mim é o todo e o uno, é o primeiro, é o alfa e o Omega mesmo, essa via de mão dupla que eu falei, é o dar e o receber, tudo aquilo que você transmite ao outro é a sua cultura, faz parte da sua cultura, e o que você absorve do outro, você tá absorvendo a cultura do outro também, dele e do ambiente. É muito abrangente³⁶.

Outra corrente de pensamento, e a mais recorrente, corresponde à assimilação instantânea da cultura com as manifestações e equipamentos culturais. O talento artístico mencionado na fala representa essa configuração de uma corrente de pensamento (legítimo, cabe ressaltar), entretanto, lesado pelas transmutações ideológicas do atual estágio capitalista, impregnado pelo ideário mercadológico.

Cultura é tudo aquilo que a gente promove, e o que a gente promove? Tudo o que as pessoas promovem, tudo o que as pessoas fazem em prol de algo ou de alguém tem que ser filtrado, e acho que cultura é isso: filtrar o que é de melhor pra você doar a alguém, ou seja a comunidade em que você está inserido. E infelizmente isso aqui em SG, a coisa acontece, mas tá muito escondida, eu não sei o que o outro tá fazendo, e a gente tem uma cultura de não divulgar, a comunicação é muito pouco desenvolvida, e acho que é por isso que a cultura ainda não se deslança, porque tem muita gente boa. Eu tenho um grupo de amigos, que eles são muito bons no que fazem, que eles falam assim, você sempre pergunta tem sempre alguém de SG, e aí traz a reflexão de que tem muita gente boa, só que a gente não conhece por não divulgar, ou então por não procurar, por não investir. As pessoas ficam desestimuladas de tentar. Eu conheço muita gente que tenta querer mostrar o seu trabalho, mostrar o que faz de bom, e não consegue por falta de investimento, e é uma tristeza porque a gente acaba perdendo, porque essas pessoas vão para outros lugares onde se sintam melhor, mais valorizadas, e o nosso município que é grande não só por tamanho, mas com pessoas talentosas, perde com isso, são pessoas que poderiam estar aqui conosco, contribuindo com o seu talento pra nossa comunidade³⁷.

Os significados da palavra cultura estão, e sempre estarão, em disputa nos discursos dos atuentes da esfera cultural. Em contrapartida, ainda que o sentido seja expresso no discurso, muito se questiona em relação à aplicabilidade na formulação das Políticas Públicas de Cultura em São Gonçalo. Ou seja, a atuação na esfera cultura estará condicionada à instrumentalidade nos signos da palavra, livre das amarras hegemônicas e, sendo assim, passível de elaboração contra-hegemônica.

Eu continuo me pautando no prisma democrático em que Marilena Chauí estabelece; aliás, passei, inclusive, introspectar muito mais nesse conceito dela e misturando muito com Gramsci. Eu acho que eles têm uma fala, quando eles estabelecem tanto a educação quanto a cultura como base primeira para a transformação; se eu estou numa cidade como São Gonçalo que precisa passar pelos processos de transformação na sociedade e eu entendo que a educação e a cultura são as molas fundamentais para isso, eu continuo bastante pautada nesse conceito da Marilena Chauí. Infelizmente eu

³⁶ Fala transcrita da entrevista realizada em 19 de julho de 2010, com Marilyn Pires (SECULTUR/CMC).

³⁷ Fala Transcrita da entrevista em 30 de julho de 2010, com Cinthia Silva (Câmara dos Vereadores)

não posso visualizar um cenário que tenha tido garantido ou mesmo ampliado em São Gonçalo. Eu não vejo, hoje, muitas mudanças, ainda que uma coisa ou outra tenha acontecido, é muito pouco ou é muito pequeno pra ser tratado como uma condição de referência. A gente tem uma cidade muito grande pra pouquíssimas ofertas de bens culturais, a gente tem um volume de jovens e crianças imenso pra pouquíssimas agendas de cultura, no que diz respeito às expressões artísticas. Se eu falo de cultura como bem, como direito, e o acesso é uma das necessidades primeiras, e se isso não tá garantido até hoje, eu não vejo uma mudança muito grande, e o pior se o que a gente conseguiu conquistar há sete, seis, cinco anos atrás, e foi alterado, ou foi desprezado, ou não foi mantido, ou não está sendo garantido, então eu acho que temos é uma regressão, é um desserviço. Então eu posso concluir que o meu conceito de cultura, o meu embasamento, o meu prisma democrático de direito, a cultura não tem sido realidade na cidade de São Gonçalo.³⁸

Trata-se de uma lacuna entre o discurso e o praticado, de fundo ideológico. Uma das estratégias de superação de crise do capital, na busca da retomada do seu ciclo reprodutivo, através do Consenso de Washington nos anos 1990, foi densamente marcada pela agenda neoliberal, na promoção da “reforma” do Estado. Intensificaram-se as falácias de um sistema político e econômico, que frente à crise do “socialismo real” e do Welfare State, perpetuando uma teoria de ratificação do mercado como a principal instância na sociedade. A nova estratégia de legitimação do sistema capitalista implica nas ações e rebatimentos que condicionaram a passagem da “lógica do Estado” para as “lógicas da sociedade e do mercado” (MONTANO, 2003, p.109).

O fato é que no caminho do pensamento hegemônico contemporâneo – neoliberal – foram impressas as falácias que instauram uma aparente deturpação da essência ideológica, fazendo dos elementos de reivindicação como a democracia, a cidadania e o direito, objetos de reprodução ideológica, e com o adendo da legitimação da sociedade.

Assim, os discursos que situam a palavra “cultura” na essência ainda esbarram na aparência do que é praticado; ou seja, o pensamento hegemônico está tão impregnado culturalmente (no sentido gramsciano) na sociedade que ainda não se consegue avançar numa organização contra-hegemônica.

É nesse aspecto que a Sociedade Civil continua a materializar a categoria de mediação social na figura de uma hegemonia ou contra-hegemonia. No entanto, com o adendo de que as transformações societárias

³⁸ Fala transcrita da entrevista realizada em 14 de maio de 2010, com Cleisemary Campos da Costa (COMCULTURA)

advindas do atual estágio do capitalismo globalizado desestabilizaram a organização de classe, e através da falácia da aparente democracia e direito, parecem induzir ao conformismo e naturalização das questões postas à sociedade.

Portanto, tais premissas adensam a reprodução hegemônica - e a transmutação das refrações hegemônicas - da questão cultural em toda a sociedade e, conseqüentemente, reflete na esfera da localidade gonçalense, em meio às particularidades inerentes à realidade social.

2. Políticas Públicas de Cultura: os interesses em disputa no município de São Gonçalo

...as ideologias (...) são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente por razões de luta política. (Antonio Gramsci, 2006)

Este segundo capítulo objetiva discutir a disputa do signo ideológico que insere a questão cultural no rol de preocupações do Estado, através da proposição de políticas públicas. Para tal, e assim como foi trabalhado no primeiro capítulo, será necessário recorrer a um “inventário” dos signos ideológicos que configuram a palavra “política”, para fundamentar o pressuposto dos interesses em disputa que regem a formulação das políticas públicas, e no nosso interesse acadêmico, as políticas públicas de cultura.

As Políticas Públicas correspondem à materialização dos princípios ideológicos norteadores da ação do poder público, atuando como mediações entre a Sociedade Civil e a Sociedade Política, se manifestando, assim, como resultado do embate ideológico dos diferentes atores no cenário societário - e que de alguma forma envolvem a aplicação de recursos públicos.

Há de se considerar que os sentidos atribuídos à formulação e implementação das políticas públicas estarão condicionados à estrutura ideológica vigente na sociedade e, por conseguinte, à orientação política e a formação estatal correspondente. Inclusive, podemos compreender que a

aparente *não* realização da política significa na verdade uma determinada expressão da orientação político-estatal que produz e reproduz sentidos.

Elaborar uma política pública significa definir quem decide *o quê, quando*, com que *conseqüências* e *para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

A contribuição sobre a “representação de interesse, formulação de políticas e hegemonia”, desenvolvida por Carlos Nelson Coutinho (1989), remete aos interesses em disputa na formulação de políticas e que envolve a questão da legitimidade/hegemonia nas ações políticas. O referido autor considera que toda e qualquer formação política e/ou governamental é precedida por interesses, seja universal ou particular³⁹ - sendo que ambos se formam na dimensão sócio-histórica e nas respectivas ideologias.

Entretanto, enquanto o particularismo admite múltiplos interesses e significações da realidade, o universalismo admite a representação do interesse comum na totalidade social. Mas cabe salientar que tal dualismo é intercalado por matizes que complexificam, inclusive, os sentidos da categoria do universalismo, ao ser aderido pelo discurso hegemônico enquanto ferramenta da classe dominante, através de uma apropriação particularizante; sendo necessário identificar a própria distinção entre os interesses. (RODRIGUES, 2008)

A palavra “público” expressa a idéia do acesso de todos os indivíduos aos denominados bens públicos, ao Estado enquanto materialidade histórico-política; diferentemente, entretanto, de mero sinônimo da palavra “Estado”. Na esfera cultural, por exemplo, quando divulgamos experiências artísticas individuais que materializam as questões coletivas, o privado pode se tornar de acesso público; o que pressupõe que os indivíduos compartilhem a totalidade da realidade social, remetendo a idéia do “interesse comum”⁴⁰ elaborada pelos Clássicos, na *polis grega*.

³⁹ Ver Lukács (1979b e 1967).

⁴⁰ “Aristóteles distinguia entre o bom e o mau governo em função dos interesses representados pelos governantes. Só se representar o interesse comum é que o governo é legítimo” (COUTINHO, 1989, p. 48)

Para os clássicos, o coletivo como um todo, seja de forma ampla na sociedade ou de forma restrita na comunidade ou grupo, preconiza alcançar um conjunto de interesses que sejam comuns aos mesmos, mediante atividades realizadas pelo ser coletivo, e que gerem benefícios tanto para o ente coletivo, em específico, como para os seus respectivos membros.

O “interesse comum”, no pensamento liberal se transfigura em “interesse de todos”⁴¹, de cunho privado, e que pode ser resumido como a soma das vontades particulares. O liberalismo concatena o direito privado em sobreposição ao direito público, como base do princípio do individualismo, apregoadado pela ideologia deste pensamento político.

Em contrapartida, os marxistas formulam a idéia de “interesse de classe”⁴², ao realizarem a análise histórica da sociedade, configurada pelo dualismo das classes sociais - fundamentalmente, a classe trabalhadora e a classe burguesa. Nesse aspecto, a arena política representa e articula os interesses e conflitos presente nas classes sociais.

Ante o contexto emergente, os interesses de classe passam a ser perpassados pela “relação de consenso”, que será analisado por Gramsci enquanto instrumento de direção e dominação do Estado, sendo este formado pela Sociedade Política (de cunho coercitivo) e pela Sociedade Civil (de cunho consensual), que possibilitam a criação de mecanismos políticos e jurídicos para atenuar as disputas de interesses, na mediada em que

a velha ordem liberal, pressionada pela expansão dos direitos políticos, tenda a se converter cada vez mais em liberal-democracia; e que, por outro com a ampliação dos direitos sociais, chega-se finalmente ao que se conhece como Estado do Bem-Estar (COUTINHO, 1989, p. 54).

Entretanto, esta ampliação é exercida sob os limites precisos de preservação da sociedade capitalista, em que os direitos sociais e políticos avançam até o ponto em que a lógica de acumulação capitalista na divisão social do trabalho ainda é conservada.

⁴¹ “O Estado representaria o interesse de todos, mas tal interesse expressaria precisamente na conservação de uma esfera de interesses singulares situada num mundo ‘privado’, no qual o Estado não deve intervir” (COUTINHO, 1989, p. 49)

⁴² “... ao definir o Estado em sua relação com os interesses, Marx vai defini-lo como a instituição que representa o interesse comum de uma classe, o interesse da classe burguesa, dos proprietários do meio de produção” (COUTINHO, 1989, p. 52)

Nesta perspectiva, o cenário político e social passou a ser reestruturado com a representação de uma pluralidade de interesses empregados pelos sujeitos coletivos demandantes da Sociedade Civil (no sentido gramsciano) e como descreve Coutinho (1989):

Essa pluralidade de interesses, quando se organiza, cria o que Gramsci irá chamar de “sociedade civil”, uma nova esfera da superestrutura jurídico-política, que juntamente com o Estado-coerção, forma o Estado no sentido “ampliado”. (p. 55)

A análise política e social se complexifica a partir da pluralidade de interesses disputados socialmente, passando a demandar, em contrapartida, novas formas de enfrentamento que pense a consolidação hegemônica da classe subalterna ante o cenário contemporâneo; um cenário em que a sociedade capitalista continua se superando a partir de cada crise, criando estratégias para conservar a lógica de acumulação do capital. Pois, com a instauração e perpetuação da lógica socioeconômica do neoliberalismo, que intensifica o livre funcionamento do mercado, com uma intervenção estatal mínima para a classe trabalhadora e máxima para o capital, o caráter de “público” das políticas passa por uma metamorfose ideológica na garantia da legitimidade de intervenção da esfera privada.

Dessa forma, no âmbito das ações políticas neoliberais, privilegiam-se as formas distributivas, pelo caráter seletivo e, conseqüentemente, a distribuição dos benefícios consiste numa abrangência reduzida a segmentos ou frações societárias e impregnados pelo clientelismo. O caráter universalista estabelecido pela redemocratização brasileira, com a Constituição Federal de 1988, se reconfigura nos princípios políticos e econômicos da nova (des)ordem mundial, que formula estratégias para ratificar o estabelecimento da esfera privada em relação à esfera pública⁴³.

Portanto, entender, minimamente, a relação dos interesses políticos na formação estatal, e os desdobramentos no cenário contemporâneo, oferece elementos de análise para focarmos no nosso interesse acadêmico da questão cultural gonçalense em relação às alusões do contexto ao qual se insere - um contexto nomeado, por ventura, de “pós-moderno”.

⁴³ No texto “*As esferas pública e privada*”, Arendt (1997) realiza uma análise da relação entre a dualidade da ação política correspondente à esfera daquilo que é comum aos cidadãos - a esfera pública - e à esfera daquilo que é particular - a esfera privada.

Nesse aspecto, a expressão “Política Cultural” que congrega uma razoável quantidade de significações teórico-práticas, concebidos por autores das mais diversificadas correntes de pensamento, que se dedicaram ao estudo desse campo de conhecimento, corresponde a conjuntura sócio-política, em seus avanços e retrocessos, aparentes e concretos, da sociedade contemporânea.

O caminho metodológico da análise dissertativa aponta que a palavra “cultura”, ao se inserir na agenda das Políticas Públicas, precisa atender às funcionalidades, e intencionalidades, organizacionais da estrutura política vigente; sendo, por vezes, associada a uma política de caráter governamental e que embora sejam aplicadas, direta ou indiretamente, pelo Estado, enquanto Sociedade Política, não se configura como um bem de caráter público.

Portanto, os encaminhamentos para a formulação e implementação das Políticas Culturais estará condicionada ao entendimento dos sentidos atribuídos a duas palavras imprescindíveis: Cultura e Política. Partindo do direcionamento teórico presente no pensamento do Coutinho (1989), o sentido de tais palavras e a correspondente práxis efetivada estão em constante disputa de interesse, sendo apropriado o sentido que incorporar a ideológica hegemônica. E para além, será na participação e controle social da Sociedade Civil (no sentido gramsciano) que a política cultural congregará o caráter público.

2.1. Os sentidos da política para os clássicos

Para analisar os sentidos que perpassam a palavra “política”, partimos do pressuposto de que a Teoria Política já foi objeto de inúmeras concepções teóricas, em diferentes momentos históricos; e que cada análise teórica é realizada conforme o contexto histórico-ideológico ao qual se vincula. As análises sobre a Teoria Política têm sido reformuladas, ao longo da trajetória histórica, por importantes filósofos políticos, passando pelos filósofos antigos como Platão, Aristóteles, pelo fundador da política moderna Nicolau Maquiavel,

pelos contratualistas Thomas Hobbes e John Locke, pelos filósofos do iluminismo como Montesquieu, Rousseau, e pelo pensador “pós-revolucionário” Hegel, pelos materialistas dialéticos Marx, Lênin, Gramsci, pelos liberais como Burke, Kant, Benjamin Constant, Tocqueville, Stuart Mill, e pelos demais pensadores que se seguiram na Teoria Política. Sendo assim, esta constatação nos permite traçar um breve “inventário” do desenvolvimento histórico dos sentidos da política, intencionando unicamente assinalar as contribuições para discussão dissertativa no cenário contemporâneo.

- Os Filósofos Antigos: Platão e Aristóteles

Podemos demarcar na Grécia Antiga⁴⁴ a inauguração da Teoria Política, uma vez que os filósofos antigos desenvolveram as contribuições teóricas referentes às três formas clássicas de governo (a Isonomia - Democracia, a monarquia, e a Aristocracia). É pertinente destacar que a etimologia do termo Política, inclusive, deriva do adjetivo grego “*politikós*”, que por sua vez, deriva da palavra grega “*pólis*”, ao englobar tudo que se refere à cidade, ao espaço público, *lócus* por excelência no exercício da política.

A reflexão de Platão⁴⁵, no contexto em que a particularidade rompe com a totalidade, objetiva a conservação da *Pólis*, fundamentando sua análise política a partir da noção de dois mundos distintos, a saber: o “mundo das aparências”, corruptível; e o “mundo real”, que seria o mundo ideal, incorruptível. Com isso, a *Pólis* deveria ser governada por aquele que desenvolve uma razão a serviço da comunidade, e não ao interesse individual; tanto que, para evitar o desenvolvimento do individualismo e preservar a cidade, os reis filósofos não deteriam propriedade (nem família) privada.

Em sua obra *República* (1993), verifica-se uma íntima relação entre a forma política e a organização social. Sendo assim, a melhor forma de governo no “mundo das aparências” seria a Timocracia (governo pelo mérito) e a pior

⁴⁴ Os gregos se organizavam em cidades-estados uma formação privilegiada pela dimensão geográfica e populacional reduzida, o que favorecia o contato interpessoal e conferia condições favoráveis para o estabelecimento da democracia grega, que priorizava o público sobre o privado.

⁴⁵ Platão nasceu em Atenas, em 427-347 a.C.

forma de governo seria a Tirania. E mais, o que distinguiria uma boa e uma má forma de governo seria a existência de leis, no sentido da moralidade.

Já o filósofo grego clássico Aristóteles⁴⁶ será responsável pela Teoria Clássica das formas de governo na obra intitulada *Política* (2001). Nela, ele avança no sentido da defesa da *Pólis* (cidade-estado), como a melhor forma de organização do homem, sendo este por natureza um animal político (*zoon politikón*).

Para Aristóteles, a natureza projeta homens desiguais e complexos e a *Pólis* possibilitaria a associação - em que uns possuem atributos para mando e outros possuem atributos para obediência; o que seria determinado pelas virtudes. A virtude, na política, seria a capacidade da palavra, uma vez que conduzem os seres humanos à possibilidade de emitir juízo, o que só seria possível em associação.

Quanto às formas de governo, propriamente, Aristóteles realiza uma distinção na figuração entre formas boas e más: no governo de um só, sendo a forma boa representada pela Monarquia e a forma má pela Tirania; no governo de poucos, sendo a forma boa representada pela Aristocracia e a forma má pela Oligarquia. Entretanto, a melhor forma de governo seria a *Politéia*, temperada pela Aristocracia e pela Democracia, visando à estabilidade da sociedade pelo aumento da classe média, uma vez que é menos propensa a revoluções. (ARISTÓTELES, 2001)

É a partir de Aristóteles que se parte para a análise da política, considerando a existência de uma divisão social, sendo, posteriormente, aprofundada por teóricos como Maquiavel, Marx e Gramsci (CHAUI, 2007). Entretanto, nem os filósofos antigos e os teólogos medievais, se preocuparam em estabelecer uma distinção entre Sociedade e Estado.

- O fundador da Política Moderna: Nicolau Maquiavel

⁴⁶ Aristóteles nasceu em Estagira, em 384-322 a.C.; foi aluno de Platão, preceptor de Alexandre, o grande.

No início do século XVI, o pensamento de Nicolau Maquiavel⁴⁷ estabelece uma nova classificação das formas de governo, retratada na sua obra *O Príncipe* (1999). Maquiavel estabelece uma ruptura com os autores clássicos, na medida em que a visão tríplice das formas de governo de Aristóteles é substituída pelo dualismo Monarquia, governo de uma pessoa, e República, governo de muitos; sendo a monarquia considerada a forma mais adequada pela garantia do poder do principado. A busca de Maquiavel será analisar a questão: como conquistar e manter o Estado, tendo em vista o contexto de instabilidade política do momento histórico em que é gestado o seu pensamento?

Cabe ressaltar que os pressupostos de análise do pensador florentino consistem em considerar, primeiramente, a idéia cíclica de que a história se repete continuamente, bem como a natureza imutável do homem; o que justifica a utilização do procedimento empírico/comparativo em observar a realidade do principado e buscar um acontecimento histórico semelhante que norteie a ação do governante. Vemos, com isso, ainda que embrionariamente, uma postura “científica” no pensamento de Maquiavel.

Nesse aspecto, a política deixa de ser idealizada, como assim o era para os clássicos, e recebe o destaque do pensador florentino, que consiste em introduzir o uso da força não só como parte, mas principalmente, como determinante para a política. Na verdade, Maquiavel irá recorrer aos fatos históricos e constatará que o uso da força sempre esteve presente na política como um jogo de correlação de interesses; sendo, portanto, o pioneiro ao constatar o elemento da força como determinante de uma política em disputa.

Diferentemente de Aristóteles, o pensador florentino considera uma separação entre a ética pública e a ética privada, em que o governante tem por virtude usar os meios necessários para manter o poder do Estado – sendo que o poder não é o fim da política, mas um meio para a obtenção dos fins que são

⁴⁷ Maquiavel nasceu na Florença de 1469 e faleceu em 1527, sendo um dos principais pensadores políticos e considerado o fundador da Política Moderna por realizar um resgate das concepções analisadas por seus antecessores e influenciar a nova tendência moderna acerca da teoria política. Viveu durante a renascença italiana, num período historicamente marcado pela transição do feudalismo para o capitalismo. Essa localização e momento temporal concedem um contexto marcado por uma intensa conturbação política, com conflitos internos constantes, e descentralização do poder, com mudanças instantâneas de governante.

circunstanciais para a manutenção do Estado; o que, em parte, justifica o legado caricatural distorcido pelo adjetivo pejorativo de “maquiavélico”.

- Os Contratualistas: Thomas Hobbes e John Locke

Na base do contratualismo, a reformulação do sentido da política emerge num momento histórico concreto de transformação das relações individuais, com o movimento renascentista que apregoava a valorização do homem, a partir do estabelecimento das bases do capitalismo e emergência da burguesia; além do quadro de caos político marcado pela efervescência da Guerra Civil. Os pressupostos do contratualismo são compartilhados pelo pensamento liberal; sendo assim, a base argumentativa hobbesiana (2009) corresponde à passagem do “Estado de Natureza” para o “Estado Civil”, através de um contrato.

O contratualismo hobbesiano compreende as transformações das condições em que os seres humanos se encontram em “Estado de Natureza”, para a concepção de “Direitos Naturais”; não que haja leis, propriamente, para controlar o comportamento humano, entretanto, será a própria prudência natural que fará com que o homem evite a guerra. Nesse sentido, o que funda o “Estado Civil”, na concepção de Hobbes, será o aparecimento da soberania, ao deslocar o governante da sociedade para impor regras, como um poder de última instância. A legitimidade do Estado se processa pela garantia dos “Direitos Naturais” através do poder de imposição do soberano, sendo a liberdade do indivíduo reconfigurada e regulada pelo contrato social que permitirá a associação dos homens. Com isso, podemos considerar que o contrato social de Hobbes é de justificação ao poder soberano.

O contratualismo de Locke (1994) segue a base argumentativa do contratualismo de Hobbes, em que o contrato social origina o “Estado Civil”. Em contrapartida, configura uma perspectiva diferenciada, redesenhando o “Estado de Natureza”, em que a “guerra de todos contra todos” se explicaria pela inexistência de leis, juízes e poder, que pressupõe a associação, atribuindo aos indivíduos direitos naturais inalienáveis, entre os quais se inclui o direito à propriedade como fundamento de todos os direitos.

O contrato social, em Locke, caracteriza que cada indivíduo conceda, em contrato, o exercício da defesa dos direitos fundamentais ao corpo político, sendo que esses mesmos indivíduos não renunciam aos “direitos naturais” que lhes são inerentes, podendo, inclusive, oporem-se ao poder estabelecido caso as prerrogativas na garantia dos direitos fundamentais não sejam cumpridas. Além disso, contribui para estruturação de um sistema constitucional, com a Teoria da Divisão de Poderes, que será sistematizada, posteriormente, por Montesquieu.

- Os Filósofos do Iluminismo: Montesquieu e Rousseau

No século XVIII, convergiram grandes teóricos ao âmbito da França, no contexto em que o iluminismo inicia como um movimento ideológico de uma determinada classe social que apregoa os interesses da burguesia e prepara, assim, o terreno ideológico para a instauração da Revolução Francesa.

A partir de Maquiavel observa-se, de certo modo, um caráter ‘pré-revolucionário’ em grande parte dos pensadores que se seguiram, no sentido de que contribuíram para a Teoria Política ao vislumbrar uma nova ordem societária. Entretanto, veremos a seguir dois autores, Montesquieu e Rousseau, que embora não foram explicitamente revolucionários, antecipam corrente de pensamento de influência decisiva na Revolução Francesa⁴⁸.

O que marca as obras de Montesquieu⁴⁹ (2001) na Teoria Política será a profunda historicidade de seu pensamento, com a idéia de que os homens mudam no decorrer da história (com mais intensidade do que em Maquiavel, Hobbes e Locke); atributo que é retomado pelos teóricos subseqüentes.

Apesar de Montesquieu não ser um contratualista, se aproxima dos textos de Locke, no sentido de apresentar a separação dos poderes (Executivo,

⁴⁸ A Revolução Francesa inicia quando, pressionado e vivendo forte crise, o Rei resolve convocar uma Assembléia com os três estados (estamentos) e se convertem em Assembléia Nacional Constitucional, o que gerou a Monarquia Constitucional. As idéias da igualdade, liberdade e fraternidade se apresentam com limites, e a burguesia já começa a se distinguir das demais classes sociais. Sendo assim, a Revolução Francesa reflete as lutas de classes, não só entre os estamentos, como no interior do terceiro estado.

⁴⁹ Montesquieu, de família nobre francesa, nasceu na cidade de Bordeaux (França), em 1689, e faleceu em Paris, em 1755. Considerado um dos grandes filósofos do iluminismo, que tinha como preocupação manter, na ordem burguesa da Revolução Francesa, um lugar garantido para a aristocracia.

Legislativo, Judiciário); entretanto a idéia principal de Montesquieu não se trata de simplesmente limitar o poder, mas um equilíbrio das forças sociais, na medida em que os poderes limitam os próprios poderes, tendo como condição o respeito às leis. Foi o primeiro pensador a aplicar na sociedade a concepção de “lei” que vinha sendo elaborado na ciência natural desde o Renascimento, ou seja, entendendo as leis, em seu sentido mais amplo, como as relações necessárias que derivam da natureza das coisas; como fatos objetivos que estabelecem relações que regulam a sociedade e que são obedecidas pela coerção ou convicção.

Jean-Jacques Rousseau⁵⁰ foi um pensador de concepção contratualista, e iluminista, que se configurou como referencial à Revolução Francesa, embora apresente aspectos críticos em relação às contradições inerentes ao próprio iluminismo, como as contradições do progresso.

Rousseau antecipa alguns conceitos que Marx e Hegel irão desenvolver ao atribuir, de certa maneira, às forças produtivas a configuração de diferentes formas de estruturas sociais. Em sua obra “*O Discurso sobre a Desigualdade Social*” (1984) - uma crítica ao ser presente no período histórico de análise deste autor - não condena o progresso em si, mas somente em algumas formas de socialização. Ao iniciar sua linha de pensamento, colocando a desigualdade como fato irreversível, Rousseau determina a origem da desigualdade na propriedade privada, que ele não considera como um direito natural. Sendo assim, Rousseau defenderá a limitação da propriedade privada (e não a socialização).

Para Rousseau, a soberania popular deve ser “absoluta”, uma democracia direta (indivisível) e irrevogável, na medida em que o povo é quem legisla as leis universais gerais; sendo revogável, entretanto, o governo que aplica as leis nas particularidades, através dos decretos. O governo em Rousseau é um mandato imperativo em que o governante só pode atuar

⁵⁰ Rousseau nasceu em Genebra, na Suíça, em 1712, e faleceu em Ermenonville, nordeste de Paris, França, em 1778. De língua francesa, filho de artesão (relojoeiro), adotou o aspecto de classe em sua obra na defesa da pequena propriedade.

conforme as decisões do povo, diferentemente do mandato representativo que depois de eleito o governante age conforme seus interesses.⁵¹

Rousseau será contra a sociedade burguesa, em nome de uma forma de sociedade mercantil simples que estava sendo destruída pelo capitalismo. Desse modo, há dois limites em Rousseau, a saber: o primeiro por defender uma ordem societária que está em extinção, e o segundo por apresentar propostas consideradas utópicas.

- O Pensador “pós-revolucionário”: Hegel

A teoria política de Hegel nos fornece uma tentativa de compreender as principais determinações do Estado burguês que resultam da Revolução Francesa, particularmente no período de Napoleão.

Para Hegel⁵² (2001), nas primeiras décadas do século XIX, o Estado que realiza plenamente os direitos, contrapondo-se ao jusnaturalismo com a idéia de “Direito Natural”; e o conjunto dos direitos constitui o que denominou como liberdade realizada. Sendo assim, a forma adequada do espírito objetivo estatal seriam as manifestações tal como existiam, sobretudo, na Prússia de seu tempo.

Cabe destacar, ainda, as três formas de poder para Hegel, a saber: o poder soberano (monárquico e hereditário); o poder governativo (burocracia, que interpreta a vontade universal); e o poder legislativo (formada por uma câmara alta e uma câmara baixa, sendo corporativa). Hegel é contra a idéia de soberania popular, uma vez que o povo só existiria organizado em instituições.

É o pensador Hegel que, pela primeira vez, cunha o termo “Sociedade Civil”, ao estabelecer sua diferença em relação ao Estado e atribui a cada uma das duas instâncias sua própria esfera de ação; sendo a Sociedade Civil denominada, também, como “sistema das necessidades” particulares.

⁵¹ O que requer a distinção entre vontade geral e vontade de todos, a saber: a vontade geral se volta ao interesse comum, enquanto que a vontade de todos se volta à soma dos interesses particulares. A soberania seria assim pela vontade geral. Rousseau condena o pluralismo, na possibilidade de que os interesses particulares iriam degenerar o interesse geral.

⁵² Hegel nasceu em Stuttgart, Alemanha, em 1770, e faleceu em Berlim, Alemanha, em 1831. Trata-se de um pensador pós-revolucionário e que, de certa forma, tentou sintetizar a tradição dos filósofos que o antecederam, além do fato do próprio pensamento de Marx ser realizado em interlocução com o pensamento deste filósofo alemão.

Em suma, Hegel recolhe, sintetiza e supera formulações dos seus antecessores: dos gregos recolhe o princípio da sociabilidade e o domínio do todo sobre a parte, em que o homem é um animal social; de Maquiavel recolhe a noção do indivíduo histórico universal, definido pela paixão que move o ser; de Locke e Kant recolhe a noção de direito, sendo o Estado que administra; de Montesquieu recolhe a inspiração metodológica de historicidade e totalidade; de Rousseau recolhe a noção de vontade, com a diferenciação de uma vontade universal do espírito. Já a herança de Hegel consta um método revolucionário, representado pela idéia da dialética; entretanto emprega um sistema conservador na forma como procede à dialética.

- Os Materialistas Dialéticos: Marx e Lênin

O ponto de partida do pensamento de Karl Marx⁵³ será a crítica da Política, tendo como objeto o título da sua obra "*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*" (2005), e ao investigar o pensamento de Hegeliano, Marx associaria definitivamente a compreensão das relações jurídicas na sociedade, com as suas condições materiais.

A filosofia de Marx deriva de três fontes, a saber: da filosofia alemã, sendo que de Hegel recolhe a concepção dialética e de Feuerbach recolhe o materialismo, constituindo, assim, o materialismo dialético como a totalidade dinâmica determinada materialmente; dos socialistas franceses; e da economia política.

De maneira simplificada, um dos elementos mais contundentes da crítica contra Marx seria a de uma visão determinista ao aspecto econômico. Entretanto, para Marx a economia é entendida como produção e reprodução social da vida, que corresponde à base que determina a superestrutura política, jurídica, e de consciência social; havendo, assim, uma determinação no sentido em que a depender da forma em que os seres humanos produzem materialmente a sua existência, também produzirão suas formas políticas, da

⁵³ Karl Marx, de origem judaica da classe média, nasceu em 05 de maio de 1818, na Alemanha, antigo Império Prussiano, e morreu em 14 de março de 1883, em Londres. Sendo um profundo admirador da Revolução Francesa e fundador da doutrina comunista moderna.

mesma forma como tentaram compreender essa materialidade através de um conjunto de idéias, valores que conformam a consciência social.

A questão de análise em Marx é a mudança social, em como a sociedade muda, pelo viés da totalidade, na medida em que a utilização contínua de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas constitui um novo patamar de avanço dessas mesmas forças produtivas; ou seja, a mudança social é fruto de contradições entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas com a antiga forma das relações de produção. Para Marx, o avanço das forças produtivas materiais gera contradições das relações sociais, base para uma nova formação política.

Marx analisa o contexto histórico da Revolução Burguesa para analisar a ideiação da Revolução Proletária, no sentido de que o avanço do grau de desenvolvimento das forças produtivas (através dos elementos natureza, força de trabalho e tecnologia) alcançaria o patamar evolutivo ao ponto de gerar as contradições com as relações sociais, necessárias para a mudança social. Para ele, o sujeito da história não são as forças produtivas materiais; além disso, a mudança da sociedade não se produz através do automatismo do avanço das forças produtivas, mas as classes sociais que representam o campo de seus interesses.

O termo leninismo ou marxismo-leninismo é uma expressão utilizada para designar a corrente política surgida pelo rompimento com o determinismo economicista da social democracia europeia no começo do século XX. Com base no método marxista, que permite compreender o processo histórico em sua determinação concreta, Vladimir Ilitch Lenin⁵⁴ investiga a específica situação histórica Russa, do modo pelo qual o capitalismo se desenvolve como fundamento para demarcar a posição proletária ante a democracia burguesa, vislumbrando a necessidade hegemônica. Lênin observa a conjuntura de uma nova fase do desenvolvimento da formação econômico-social capitalista, o imperialismo, como o momento máximo de desenvolvimento do capitalismo e, em contrapartida, do momento de sua crise.

⁵⁴ Lênin nasceu na cidade russa de Simbirsk em 1870 e faleceu na Gorki, próximo a Moscou, em 1924. Foi um revolucionário e estadista russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do partido comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissionários do Povo da União Soviética.

Se por um lado a capacidade normativa da Teoria do Estado em Lênin seja reduzida, certamente é ampla na teoria marxista, com a formulação do partido em 1902. Enquanto o marxismo da II Internacional representava um determinismo, Lênin possui como característica marcante a valorização dos sujeitos na realização da revolução. Desse modo, o sujeito revolucionário consiste no partido, que a partir das contradições econômicas encaminha o processo revolucionário.

A consciência socialista, entretanto, estaria fora do movimento operário, na medida em que a consciência imediata do proletariado conserva o quadro do trabalho assalariado, base do capital, não colocando em discussão a própria relação salarial, perpetuando, assim, a consciência capitalista; o que contribui para conceder uma importante função aos intelectuais na construção do partido. Com isso, Lênin realiza uma distinção entre movimento e partido, em que o primeiro será sempre pactual de uma demanda, enquanto o segundo generaliza e universaliza as demandas dos diferentes movimentos sociais.

A eliminação de mediação da II Internacional na relação de Lênin com Marx e Engels foi o momento necessário de uma importante operação ideológica que culminou com a construção da noção de "marxismo-leninismo", um desenvolvimento do marxismo realizado por Lênin. Existem elementos em Lênin que representam, além de novos desenvolvimentos da teoria e de novas tarefas da ação revolucionária por ele enfrentadas, condições históricas que não existiam em Marx.

- Os Liberais: Burke, Kant, Benjamin Constant, Tocqueville, Stuart Mill

A palavra "liberal" deriva do latim *liber* ("livre") e está associada à palavra "liberdade", sendo assim, o liberalismo como forma de organização social, política e econômica caracteriza-se basicamente pelo discurso da liberdade individual e do direito de propriedade. Além disso, o pensamento liberal é caracterizada pela valorização do conflito submetido às regras, como uma forma de desenvolvimento da ordem social.

A teoria política do liberalismo recebe forte influência de pensadores como Burke (1729-1797), um conservador liberal, defensor do reformismo moderado, e expressa o movimento de passagem de uma posição de "esquerda" para uma posição centrista; Emmanuel Kant (1724-1804), um

pensador liberal, com restrições aos princípios mais radicais do liberalismo; Benjamin Constant (1787-1830), um pensador liberal centrista, com uma posição antidemocrática, a partir da concepção de uma liberdade liberal; Tocqueville (1805-1859), um aristocrata, com concepção de uma inexorável tendência à equalização das condições de vida; e Stuart Mill (1806-1873) que, embora tenha concepções parecidas com Tocqueville, representa uma concepção mais progressista.

Na virada do século XIX para XX emerge uma corrente de pensamento conhecido como elitismo, que coloca que o sujeito da ação política é a elite, dividida em riqueza, força e inteligência; ou seja, a sociedade seria formada por três elites, a saber: os ricos, os militares e os intelectuais. Um dos representantes do elitismo será Max Weber⁵⁵.

- A base para entender a palavra “Política”

Sem ter a pretensão de descrever a palavra “política” de forma aprofundada, o fato é que a partir do século XIX, adentrando o século XX, a Sociedade se modifica com a ampliação dos direitos políticos e sociais, apontando para a necessidade de incorporação de interesses diversos dentro do Estado para a manutenção da ordem societária. Isso não quer dizer que o Estado incorporará a equidade de interesses em sua estrutura; no entanto, passará, pelo menos, a estabelecer concessões políticas para manter a relação de hegemonia.

A tipologia moderna das formas de poder analisada pelo filósofo italiano Norbert Bobbio (1990) distingue três blocos classificatórios de poder, a saber: o poder econômico seria aquele correspondente à posse de bens materiais, podendo ser exemplificado pelas sociedades capitalistas em que a posse dos meios de produção condicionará o exercício do poder, ou seja, para aqueles que não detêm os meios de produção restará somente a venda da própria força de trabalho, determinando a relação entre os que mandam e os que obedecem; o poder ideológico trata-se da posse de conhecimentos, em que um determinado saber instituído a uma determinada figura condiciona o

⁵⁵ Max Weber nasceu na Erfurt, Alemanha, em 1864, e faleceu em Munique, Alemanha, em 1920. Foi um intelectual oriundo da classe média, liberal, influenciado pelo contexto de uma Alemanha marcada pela expressão política da monarquia.

comportamento de outrem; e por fim, o poder político é determinado pelo uso da força física, mas para tal é preciso que seja legitimado em sua exclusividade no uso da força.

O poder político, exercido pelas instituições políticas, monopoliza a coerção física legítima em detrimento da subordinação que garantirá o domínio de uma classe sobre outra. É nesse sentido que toda e qualquer forma de poder é essencialmente repressivo, como uma esfera de dominação, sendo a política uma arena de exercício do poder. O poder não é um fim da política, mas um meio para a obtenção dos fins que são circunstanciais, dependendo da proposição de cada grupo político organizado; ou seja, a política não visa o poder, o uso da força, como sua finalidade em si, mas o meio para alcançar a meta que se propõe, sendo essencialmente indispensável sua obtenção através do uso da força.

Segundo Chauí (2007), alguns filósofos contemporâneos, dentre eles Foucault, também realizaram uma extensa análise das relações de poder na definição de política. No caso de Foucault, vale destacar que ele abandona a discussão de classe quando não menciona as condições materiais que perpassam todo o contexto do poder enquanto disciplina. O que mais marca a análise foucaultiana é a abordagem da reprodução social, em que o poder é incorporado pelas instituições e espalhados por toda a sociedade.

Dos contratualistas aos liberais, dos liberais aos marxistas, muito foi escrito e feito na política, mas sem perder de vista a divisão social – seja à maneira liberal, para ocultá-la nas figuras do Estado e da Nação como unidade indivisa imaginária, seja à maneira revolucionária de reinvenção da política sem e contra o Estado. E evidentemente, sem abandonar o núcleo da modernidade, configurado na afirmação de Maquiavel de que toda a política é o exercício do poder. (CHAUI, 2007, p.31)

A política, nesse caso, não se limita ao aparelho estatal; sendo que a figura do Estado compõe apenas o exercício político que perpassa as relações de poder legitimados na sociedade. O Estado constituirá a esfera de atuação política e a sua forma de intervenção dependerá do que Coutinho (1989) analisa como representação de interesses.

As inúmeras concepções de formação estatal, assinaladas brevemente neste “inventário”, permitem visualizar, a partir do entendimento dos interesses ideológicos em disputa na sociedade, a relação de forças que permeia as diretrizes políticas. Como bem formula Chauí (2007), diferentemente de

Aristóteles, para quem o homem nasce político, o sujeito se torna político na relação entre os homens, e o poder político se manifesta a partir do conflito imposto pela divisão social de classe.

Em suma, a esfera política, para além da materialização do Estado, será lócus de ação na relação entre os homens e a arena cultural, que passa a ser cada vez mais objeto de ação política, mas nem sempre de ação direta público estatal. Com isso, as formulações das diretrizes da política cultural estarão condicionadas a interesses específicos que irão atribuir signos ideológicos à palavra “cultura”, determinando a ação política de interesse.

2.2. A cultura no rol das preocupações do Estado

Entender os elementos teóricos que envolvem as palavras “política” e “cultura” permite compreender que seus significados, e as práticas correspondentes, se encontram em constante disputa de interesses na sociedade. E a apropriação do sentido que melhor atender à perspectiva ideológica hegemônica, presente em cada momento histórico-político, será materializada nas formulações das diretrizes políticas - para análise dissertativa em específico, nas Políticas Públicas de Cultura.

O resumido, porém, indispensável, panorama conceitual e ideológico realizado com as palavras “política” e “cultura” é fundamental, até mesmo para destacarmos a disputa que congrega estas duas esferas, em separado, a fim de percebermos que a relação que as permeia nem sempre foi amistosa, com choque de embates diretos entre cultura (em seu sentido ideológico) e Estado; ou mesmo, com a incorporação da cultura enquanto estratégia política no País.

O pressuposto básico norteador da investigação dissertativa aponta que a incorporação da cultura como uma esfera de formulação de políticas estará condicionada aos interesses hegemônicos representados em cada formação do Estado. No momento em que a cultura passa a integrar o rol de preocupações do Estado, sendo inclusive objeto das diretrizes políticas, se desprende, em parte, de seu caráter de bem universal, acessível a todos os

homens, passando a integrar, na dimensão política, a lógica dos processos produtivos, na expressão do capitalismo tardio.

O determinante nessa perspectiva é a relação da cultura no âmbito do Estado a partir da conjuntura histórica e política vigente, que requisitará a construção de estratégias para a intervenção na sociedade; inclusive, no que se refere à cultura. E se por um lado essa relação entre Estado e Cultura (no sentido gramsciano ou no sentido das manifestações artísticas) seja evidenciada desde a formação estatal, por outro, não se pode considerar o mesmo da formulação de diretrizes enquanto Política Pública de Cultura propriamente, sendo recente a inserção da cultura na agenda de políticas públicas.

Na Grécia, por exemplo, o teatro e a reconstrução arquitetônica eram garantidos pelo Estado. Em Roma, o ministro Mecenas patrocinava a produção de obras que cultuavam o imperador Otávio Augusto, (FEIJÓ, 1986) Contudo, após a Revolução Industrial e, principalmente com a superação do liberalismo Clássico cresce a preocupação do Estado com a cultura. (SILVA, 1993, p. 30)

A Revolução Industrial, sinalizada por Silva, representou um divisor de águas, desencadeando a fase do capitalismo industrial e financeiro, com transformações e desafios no decorrer do século XX, contribuindo para a estruturação do cenário global do século XXI.

Nesse ínterim, podemos destacar como fator condutor, preponderante, a “ameaça comunista” que se instaurou na Europa e dividiu o mundo em dois blocos econômicos (capitalismo versus comunismo), exigindo que o Estado se preocupasse em incorporar a palavra e os signos materiais da cultura no organograma das políticas públicas. Tal preocupação corresponde a uma estratégia na disputa de interesses pela significação ideológica da palavra, visto que para os opositores do sistema do capital o sentido atribuído à cultura seria o de instrumento na transformação social.

Nesse contexto de “ameaça comunista”, vale mencionar que a Revolução Russa, originada basicamente na Primeira Guerra Mundial, apesar dos equívocos e das circunstâncias que provocaram severas derrotas – sendo analisadas, muitas vezes, pelo viés da compreensão e interpretação liberal – representou, na verdade, um marco histórico da humanidade, a partir da consciência do potencial do movimento organizado por operários na

transformação societária. Não cabe, para efeito da dissertação, debruçar uma discussão aprofundada da Revolução Socialista, mas apenas apresentar a relevante atenção e instrumentalização das questões culturais no debate das relações societárias, propostas pelo Estado Socialista em contraposição ao Estado Capitalista.

Nesse sentido, a contribuição de Leon Trotski (2007), socialista revolucionário e líder da Revolução Russa, em sua obra "*Literatura e Revolução*", produzida entre 1922 e 1923 e publicada no Brasil somente em 1968, nos permite destacar a compreensão da relação da questão econômica e cultural para o pensamento político socialista.

Mesmo a solução das questões elementares - alimentação, vestuário, habitação e educação básica – de forma alguma significaria a vitória total do novo princípio histórico, isto é, do socialismo. Só o progresso do pensamento científico em escala nacional e o desenvolvimento de uma nova arte mostrariam que a semente histórica não só germinou, como também floresceu... (TROTSKI, 2007, p.33-34)

Para Trotski (2007), a arte como uma expressão de desdobramento da cultura seria a "soma orgânica de conhecimento e informações que caracteriza toda a sociedade" (p.9), representando, nesse aspecto, um elemento constitutivo da ordem societária, sem o qual seria impossível o pleno estabelecimento do socialismo.

Para tal, a arte não deve ser dissociada dos aspectos práticos da vida social, uma vez que representa propriamente um produto social, expressando os anseios e dificuldades que compõe a sociedade. A cultura artística transfigura a vida dos homens, a realidade de um determinado momento histórico e suas respectivas contradições, através de seus conteúdos e tendências.

Seguindo a mesma linha de pensamento, o líder do Partido Bolchevique e presidente do Conselho dos Comissários do Povo, Vladímir Ilich Lênin, no caminho da (ou tentativa de) construção do projeto socialista na URSS, defendia a tomada (e a destruição) dos "meios de produção e expressão do pensamento burguês". Nesse caso, caberia à ordem emergente estabelecer o controle estatal, num primeiro momento, dos "meios sociais de produção", incluindo os veículos de comunicação, estabelecimentos de ensino e a produção cultural, responsáveis pela propagação ideológica das metas

revolucionárias dos operários (PONTES, 2009). O que, por outro lado, não significava a utilização da cultura artística como instrumento de veiculação da propaganda partidária, nos moldes da sociedade burguesa, como se propunha o movimento *Proletkult*, e como sugere as interpretações de Pontes (2009). Pelo contrário, o controle proposto por Lênin seria para preservar a cultura artística de tal ideologia.

O *Proletkult* era uma organização independente, com formação anterior à Revolução de 1917, que tinha como proposta a definição de uma única cultura, denominada de "a cultura proletária", que serviria, segundo eles, para informar e inspirar o desenvolvimento da classe trabalhadora. Este tipo de "arte dirigida" - uma forma de utilização da arte como instrumento de propaganda política - foi continuamente criticada por importantes representantes do pensamento socialista (como Trotski e Lênin), por considerarem que a produção artística de uma nação não poderia ser controlada por nenhum órgão, inclusive socialista.

O artista não pode ser o responsável por elaborar a resolução histórica, a partir de uma sistematização ideológica, mas apenas refletir a realidade. A denominada "cultura proletária", para Trotski e Lênin, se tratava de uma proposta que contradiz o preceito marxista e histórico, uma vez que, a partir do momento que a classe operária estivesse apta para o desenvolvimento de uma cultura ideológica própria, esse seria também o momento de seu desaparecimento enquanto classe. Sendo este, um pressuposto básico do pensamento socialista.

Por outro lado, a "cultura socialista" representa as possibilidades históricas da revolução, o que requer liberdade para a produção e recepção. Entretanto, Trotski aponta a desigualdade de acesso e conhecimento técnico da cultura artística para a classe proletária, sendo que sua produção literária e artística não deveria conceber a ignorância a que foram submetidos pela exclusão. Para tal, a "cultura socialista" "só levará a uma realização literária séria se a eles [classe trabalhadora] fossem dados liberdade, tempo e incentivo para absorver e utilizar a história cultural que antes lhe era negada". (p. 12)

O proletariado será capaz de preparar a formação de uma cultura e de uma literatura novas, isto é, socialistas, não por métodos de laboratório, à base de pobreza, necessidade, da ignorância de hoje, mas a partir de meios sociais,

econômicos e culturais consideráveis. A arte necessita de bem estar e abundância. Os fornos ainda devem esquentar, as rodas devem girar mais rapidamente, as lançadeiras devem correr mais depressa, as escolas devem funcionar melhor. (TROTSKI, 2007, p. 34)

E mais, na sociedade socialista, a arte inserida no viés da humanidade pretende superar o dualismo cultura/arte burguesa e cultura/arte proletária. Por outro lado, o estabelecimento da “cultura proletária” deve prevalecer no período de preparação da sociedade para o devido estabelecimento do socialismo, uma vez que a denominada “ditadura do proletariado”, por exemplo, possui a função de libertar a sociedade das amarras burguesas para posteriormente desaparecer gradativamente, vigorando assim uma sociedade sem divisão de classe social. Nesse aspecto, a “cultura de classe” cede espaço à “cultura da humanidade” em uma sociedade completamente liberta da situação de classe.

A significação histórica e a grandeza moral da revolução proletária residem no fato de que ela planta os alicerces de uma cultura que não será de classe, mas pela primeira vez verdadeiramente humana. (TROTSKI, 2007, p. 37)

O que nos cabe salientar é que a influência significativa da tendência que permeia o pensamento dos teóricos que defenderam o socialismo, como Marx, Engels, Lênin, Trotski, Rosa Luxemburgo e Gramsci (dentre outros importantes autores), coloca como questão central o primordial estabelecimento de uma “nova cultura”, entendida como “cultura socialista”. A proposta de transformações, comumente denominadas revoluções, em suas diversas nuances (presente, por exemplo, no pensamento gramsciano, com a noção de Revolução Passiva), identificava na questão cultural o respaldo imprescindível para o estabelecimento da hegemonia dos subalternos, num primeiro momento, e posterior extinção da sociedade de classe.

Entretanto, a proposta de formação socialista - que não saiu da sua primeira fase, conhecida como a “ditadura do proletariado”⁵⁶ -, após a morte de Lênin em 1924, e durante o decorrer da década de 1920, apresentou acirrada a luta política dentro do Partido Bolchevique com a ofensiva dos setores contrarrevolucionários liderados, principalmente, por Stalin e seus apoiadores dentro do aparato burocrático estatal. A emergência e disputa política se refletiram nas propostas culturais com o projeto stalinista para cultura na Rússia, uma

⁵⁶ Uma vez desapareceu do poder o proletariado, permanecendo apenas a ditadura e a hierarquia.

antítese das propostas leninistas, com a propagação das idéias defendidas pelo movimento *Proletkult*.

Joseph Stalin, intencionando a consolidação e manutenção do controle do aparato burocrático em relação à difusão ideológica da criação artística, tinha como proposta promover a eliminação das possibilidades da livre iniciativa de manifestação artística, visando uma “arte oficial”, que pudesse servir de instrumento para exaltar as ações do governo, através das “imagens artificiais” que retratassem o país. Tendo a participação primordial do integrante do Comitê Central do Partido Comunista, Andrei Aleksandrovich Jdanov, considerado como formulador da política cultural do regime soviético e do “realismo socialista”, ele tinha como princípio veicular a criação artística como forma de propagar a ideologia política. (PONTES, 2003, p.1)

A concepção de política cultural stalinista se contrapõe às propostas da “cultura socialista”, abordadas anteriormente. Isso nos instiga a analisar que até mesmo no interior do mesmo “bloco econômico”, seja capitalista ou socialista, observamos a disputa de interesses presente na formulação de sentidos atribuídos à palavra “cultura”, com o correspondente respaldo na formulação e implementação das políticas culturais a partir dos signos ideológicos que se quer veicular.

Mesmo com as contradições existentes no interior da URSS, nas concepções formuladas pelos seus dirigentes - que encontrou no stalinismo o totalitarismo -, o pensamento socialista passa a representar uma ameaça ideológica em meio à conjuntura da Guerra Fria, recebendo, conseqüentemente, a devida atenção da oposição. Concomitantemente, outro fator preponderante trata da necessidade premente de legitimação estatal capitalista através das formulações de políticas para obtenção do consenso da sociedade, o que preservaria a hegemonia ideológica dominante (na concepção gramsciana).

Por conseguinte, a “ameaça comunista” foi desmontada a partir da queda do socialismo, no leste europeu, e das tendências stalinistas⁵⁷, levando

⁵⁷ A “queda do socialismo” ativou um processo teórico reflexivo, onde emergem outras leituras do marxismo e outras concepções de Estado, no interior da dialética histórica.

o capitalismo a galgar as fronteiras do mundo, conseguindo, inclusive, se superar nos períodos de crise e se expandir.

Quando termina a Guerra Fria, inclusive como decorrência do modo pelo qual o capitalismo estava bloqueando e penetrando o mundo socialista, o “Segundo Mundo”, são outros espaços que se abrem. Sob vários aspectos, é como se o mundo todo se tornasse o cenário das forças produtivas acionadas e generalizadas pelas corporações transnacionais, conjugadas com ou apoiadas pelos governos dos países capitalistas dominantes. (IANNI apud BEZERRA, 2006, p. 139)

Atualmente, evidenciamos a consolidação de uma nova lógica que conquistou o terreno ideológico, incidindo nas esferas constitutivas da vida social. As mudanças advindas da globalização, com um aparato tecnológico, atribuem um caráter efêmero e obsoleto a toda a produção de uma sociedade em constante processo numa engrenagem mercadológica. Com isso, toda a produção da sociedade é constantemente reinventada, a partir do momento em que se tornam ultrapassadas em um curto espaço de tempo. Por sua crescente cadeia de circulação global, preenchem os requisitos de mercadoria num comércio de “entretenimento cultural”. (ver BEZERRA, 2006, HALL, 1997 e ORTIZ, 1996)

A dinâmica cultural do capitalismo tardio que se vem flexibilizando esta paramentada por dois vetores: a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (produção, divulgação, consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a chamada multimídia). O traço mais notável dessa cultura é que ela incorpora as características típicas da mercadoria – sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediaticidade reificante [...] (NETTO, 1996, p.97).

Em meio ao denominado terceiro estágio do capitalismo, que dissolve e ultrapassa as fronteiras, a política cultural estará condicionada ao modelo ideológico e à base econômica correspondente no modo de produção do capital. A formação estatal hegemônica contemporânea, concebida como neoliberal, conduz a globalização da cultura, ou seja, sistemicamente a dominação na esfera cultural estará intrinsecamente relacionada com a dominação na esfera socioeconômica. Assim, através da economia cultural – produção, distribuição e consumo – é possível dispor da lógica do mercado na reprodução do cotidiano e do comportamento que reflete a esfera ideológica no contexto social.

Nesta perspectiva, a denominada “cultura burguesa” precisou metamorfosear a forma das políticas culturais socialistas (deformando-as) e se

adaptar às demandas do contexto contemporâneo, com a incorporação da cultura na normatização vigente, condicionando uma distinção, ao nível da noção de cultura, que irá incidir na elaboração diversificada de estratégias de atuação no âmbito da política cultural; ou seja, a noção de cultura sendo formatada pelo circuito organizado da esfera pública, ou até mesmo na esfera privada - de acordo com a realidade neoliberal, das leis de incentivo a cultura - por uma perspectiva burocratizada, que embute um caráter especializado de uma produção elaborada com determinados sentidos e distribuída ao alcance de determinados tipos de públicos, através de meios específicos de expressão; um produto artístico com caráter tipicamente de mercadoria. (BOTELHO, 2001; ORTIZ, 1996)

Assim, na cultura pós-moderna, a própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica a mercadoria e um esforço de forçá-la a autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo. (JAMESON, 2007, p. 14)

No entanto, não nos debruçaremos a discutir questões acerca dos investimentos na esfera da cultura artística do Estado Socialista em relação ao Estado Capitalista. O objetivo dessa reflexão foi instigar a crítica da implementação de “dirigismo cultural”, a exemplo da experiência stalinista que rompeu e sufocou a liberdade; a construção da arte presente no modelo de cultura leninista que a Rússia pôde desfrutar por pouco tempo; e, principalmente, apontar a falácia da concepção de “fim da história”⁵⁸, que não deve nos levar a perder o rumo do horizonte histórico da humanidade, em constante movimento de (re)construção.

Cabe, ainda, registrar que nesse contexto contemporâneo emergiram (re)leituras do marxismo e da formação do Estado a partir do declínio da proposta socialista, que contribuiu para a formação de países progressistas de esquerda com várias tendências que oscilam de moderadas ao socialismo. Nas últimas décadas do século XX, com a expansão do capitalismo sob a denominação de globalização, vai se congregando, ao mesmo tempo, a incorporação ideológica da mundialização do capital, e também a configuração

⁵⁸ ANDERSON, 1992.

dos países que no discurso democrático buscam alternativas na formação Estatal, disputando os interesses na sociedade.

A discussão dos sentidos atribuídos à palavra “cultura” em cada constituição política já aponta a complexidade presente na formulação de diretrizes das políticas públicas de cultura. Na verdade, o Estado brasileiro vem apresentando níveis de intervenção diferentes, em que a definição e efetividade das políticas culturais vêm sendo condicionadas ao contexto político e ao nível de abrangência do poder público na sociedade. Ou seja, a difusão da cultura à ação política é complexa e perpassa pelo projeto político em voga; e disputar o espaço na arena política requer o que Gramsci coloca como tomada de consciência da realidade, a partir de uma “nova cultura”, de um novo ‘modo de ser’ do sujeito, impetrada por um processo de formação humana que reflita criticamente a constituição social.

A partir da contextualização da arena cultural, apresentado de forma sucinta, a partir da compreensão das relações entre os projetos culturais no rol de preocupações dos Estados, de qualquer natureza ideológica, seja capitalista ou socialista, objetivamos nos instrumentalizar teoricamente na reflexão dissertativa das disputas de interesses que perpassam essas relações.

Em suma, na sociedade nada pode ser considerado imutável, inclusive a lógica mercadológica de um capitalismo perverso a que também foram adicionadas as políticas culturais, convivendo em tensão com as propostas de políticas culturais democratizantes. Atentando para estas questões, não podemos expressar nenhum fatalismo dramático ou mesmo nenhum otimismo ingênuo. Mas, como pronunciava Gramsci, é preciso combinar o “pessimismo da razão, [ao] otimismo da vontade”; o que requer conjugar o conhecimento de uma consciência crítica com à capacidade de incidir e intervir nos processos histórico-culturais de constituição da realidade.

2.2.1. As manifestações e equipamentos culturais como signos ideológicos das políticas públicas

A palavra “cultura” e as práticas denominadas culturais, ao serem objeto de Política Pública e/ou Estatal, através das manifestações e equipamentos culturais, de uma elaboração materializada que receberá a intervenção política realizada pelo Estado, na condução de diretrizes culturais no mercado de produção e consumo, passa a integrar um conjunto de bens culturais que garante visibilidade; um produto palpável que, por sua vez, transcreve a visão de mundo do ente coletivo. Deste modo, será a produção, a circulação e o consumo dos bens culturais que se configurarão com a interferência de políticas na esfera pública (e privada) dos interesses em disputa, com representações simbólicas peculiares na atual conjuntura “pós-moderna”. (JAMESON, 2007)

Quando Bakhtin (1992) analisa que as palavras materializam, através de signos ideológicos, os sentidos hegemônicos, podemos nos apropriar desse direcionamento teórico para apontar a associação das atividades artísticas como signos representativos da questão cultural. As manifestações e os equipamentos – por exemplo, os convencionais como o teatro, os museus, bibliotecas, salas de cinema, espaços musicais - expressam os símbolos da palavra “cultura”, como uma metonímia; ou seja, as manifestações artísticas representam, automaticamente, os signos da palavra “cultura”.

Conseqüentemente, os equipamentos culturais, por representarem espaços propícios para o acolhimento, criação, divulgação e consumo de bens e produtos culturais, integram as condições para interferência direta das ações de uma gestão política no expressivo “mercado cultural”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou, em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), a segunda pesquisa de indicadores da economia da cultura. Os números são expressivos: as 320 mil empresas do setor geram 1,6 milhão de empregos formais e representam 5,7% das empresas do país. A cultura é o setor que melhor remunera – sua média salarial é 47% superior à nacional. (GIL e PORTA, 2008, p.1)

Sob este aspecto, os termos em voga “mercado cultural” e “economia cultural” transcrevem a inserção da palavra “cultura” na lógica mercadológica

do capital, constituindo uma rede permeada por uma pluralidade de interesses e relações de força entre os entes coletivos e individuais.

Mais precisamente, a expansão capitalista aliada ao desenvolvimento tecnológico desencadeou transformações que modificaram não só o setor econômico, como as relações sociais e culturais da sociedade; que, intensificada pela redemocratização brasileira, de cunho neoliberal, ratifica as concepções e tendências de mercado nas políticas culturais. Desse modo, para NUSSBAUMER e RATTES (2005) o denominado “mercado cultural” representa:

...um circuito organizado da cultura que depende das políticas culturais adotadas, públicas e privadas, dos segmentos que o constituem e das relações de poder que esses segmentos travam – relações que, em última instância, determinam os modos de funcionamento desse circuito na sociedade contemporânea (p.2)

Será este circuito organizado que determinará a distribuição dos equipamentos culturais e as formas de acesso às manifestações artísticas. E mesmo com o corriqueiro discurso da “democratização da cultura” (e não podemos negar o movimento de expansão em processo) ainda persistem no Brasil, discrepâncias em sua distribuição espacial⁵⁹. Entretanto, é importante destacar que não nos cabe descrever a distribuição e a receptividade dos equipamentos e produtos da indústria culturais (públicos ou privados) nos espaços geográficos; mas somente mencionar enquanto uma questão que perpassa pela materialização do signo ideológico da cultura no cenário contemporâneo.

Perceptivelmente a noção de ocupação do espaço público sempre esteve mais voltada para os interesses dos grupos sociais ligados às elites econômicas; contudo, ainda assim, havia possibilidades constantes para a participação das camadas populares. O que terá havido nas últimas décadas, uma destruição completa da esfera pública? Nicolau Sevcenko crê que não. Para ele, o que ocorre: “não é uma dissolução dessa esfera pública simultaneamente à esfera privada, mas um processo de circularidade pelo qual as duas tendem a estados de convergência e de diluição das suas fronteiras”. (MELO e PERES, 2004, p.4)

Essa “diluição de fronteiras” compreende o processo histórico em curso com a “cultura da globalização” que influencia uma uniformização ideológica da ordem mundial, e também de aspectos individuais, com rebatimentos em todas

⁵⁹ Basta observarmos as inúmeras análises em relação à desigualdade de distribuição dos equipamentos culturais nos espaços geográficos, em BOTELHO, 2003; MELO e PERES, 2004; NUSSBAUMER e RATTES, 2005.

as esferas da vida social, ao mesmo tempo em que influencia a diversidade. O processo de globalização cultural é complexo e a uniformização se limita à ideologia burguesa apregoada em meio à diversidade de manifestações distribuídas, desigualmente, conforme a desigualdade social. Como Trotski (2007) já anunciava, os proletários não possuem as mesmas condições de acesso à formação, apreciação e produção artística que os integrantes da burguesia.

Quando a gente fala de cultura em entretenimento, a gente vê grandes massas mobilizadas, por exemplo, em micaretas, em feiras nordestinas, a gente vê o pessoal mobilizado, se junta e coisa e tal. Mas quando a gente fala em eventos mais eruditos, em saraus, em música clássica, uma peça de Clarice Lispector, uma coisa assim, aí a gente tem um público mais reduzido, ainda muito limitado, porque tem a questão da escolaridade⁶⁰.

Em nossa abordagem, nos preocupamos com o pressuposto de que a globalização possui aspectos positivos e negativos, e o destaque que atribuímos a este conceito corresponde à ideologia que é reproduzida e que precisa ser disputada. Trotski (2007), no contexto da Revolução Bolchevique, apontava que a “cultura proletária” (que posteriormente se transformaria em “cultura socialista”) não poderia permanecer de forma isolada, mas se expandir, de forma hegemônica, a todos os sujeitos coletivos, até a eliminação da situação de classe - e conseqüentemente do estado - para a emergência da “cultura socialista”. Existe um elemento da concepção de Trotski no processo de globalização em curso, não como uma via de uniformização da cultura e sim da reprodução ideológica. Entretanto, o que se reproduz é a ideologia hegemônica burguesa de preservação da divisão social de classe (embora, como já assinalamos em outra oportunidade, a situação de classe social, apesar de permanecer inalterada, já não se manifesta de forma tão aparente com a propagação da diversidade de segmentos sociais, e que caracteriza o enfraquecimento da luta de classe).

O sociólogo Renato Ortiz, ao interpretar as análises gramscianas, descreveu a conjuntura da globalização da cultura como a fase de um internacional-popular, em contraposição à cultura nacional-popular, que estaria extinta. Coutinho (2001) questiona este entendimento e aponta que é necessário recorrer aos conceitos elaborados por Gramsci para entender que a

⁶⁰ Fala transcrita da entrevista realizada em 24 de junho de 2010, com Mônica Sá (ICBEU/CMC).

cultura nacional-popular não se associa mecanicamente a um nacionalismo e/ou populismo em seu sentido usual; o nacional ainda permanece como espaço preeminente das decisões do povo, embora tenha precisado se adequar às transformações societárias. Para Gramsci, será a consciência crítica do sujeito perante a complexidade da vida social que construirá o terreno filosófico para o nacional-popular, para uma cultura essencialmente humana.

Com as adequações ao período em que vivemos, a cultura nacional-popular segue expressando a idéia de que um escritor e um artista devem ter vínculos com o povo e responder aos problemas de um ponto de vista que reflita os interesses da nação e do povo. Exatamente por isso, o escritor nacional-popular não é um populista, alguém que apenas conta empiricamente o que o povo está vivendo. O escritor nacional-popular se coloca do ângulo dos interesses populares para responder às grandes questões nacionais, que estão cada vez mais articuladas com o plano internacional. (COUTINHO, 2001)

Hall (1997), ao abordar a questão cultural no contexto da conjuntura do mundo global que se apresenta, contraditoriamente, no novo milênio, acrescenta “que as revoluções da cultura a nível global causam impacto sobre os modos de viver, sobre o sentido que as pessoas dão à vida, sobre suas aspirações para o futuro – sobre a ‘cultura’ num sentido mais local” (p.18).

Nesse aspecto, até a palavra “globalização” perpassa a arena dos interesses ideológicos em disputa socialmente. E as políticas municipais vivenciam essa relação de dualidade entre a preservação da particularidade local e a constatação de estarmos inserido num contexto mundial.

A luta ocorre em todos os domínios da cultura, no âmbito da produção, divulgação e editoração daqueles produtos mais usualmente considerados como obras culturais, tais como a literatura, o teatro, a música, o cinema, àquelas práticas e teorias que estão vinculadas mais imediatamente às formas de produzir, tais como a técnica de produção, os instrumentos de trabalho, o tempo dedicado à produção, a relação entre a ciência e a tecnologia, a normatização jurídica do trabalho, enfim, tudo que perpassa o mundo da produção. Até mesmo aqueles aspectos considerados como de foro íntimo do indivíduo... são perpassados por essa dinâmica de luta entre as diversas concepções de mundo. (VIEIRA, 1999, p.10)

Em meio à ideologia hegemônica no cenário contemporâneo, os movimentos e manifestações culturais se enveredaram pela lógica vigente e passam por um processo contínuo de afastamento da inspiração nacional-popular. O discurso democrático e inclusivo ainda congrega lacunas e preservam os mecanismos de poder que emperram a formação do sujeito crítico da estrutura social - da sociedade brasileira (gonçalense) em que está inserido.

Em suma, o sentido da palavra “cultura” enquanto manifestações artísticas, tal como se apresenta, configura a inserção das características próprias do capitalismo, na compra e venda da força de trabalho pela lógica da produção e reprodução do capital artístico. A formação do ser na sociedade de classe constitui o ser unilateral que se efetiva na divisão social do trabalho, com o aprofundamento da expropriação da classe trabalhadora (no caso, artística) no acesso ao controle do processo de produção e reprodução da vida social.

Concomitantemente, tais manifestações artísticas expressam a materialização da concepção de mundo do sujeito coletivo. É exatamente neste aspecto que podemos apontar o potencial de instrumentalização da questão cultural. Ademais, Marx, no final do século XIX, já apontava a possibilidade de constituição do ser omnilateral com uma formação que proporcionasse o amplo desenvolvimento das capacidades do ser social, alicerçada no trabalho livre das opressões do capital, em que a produção e o consumo da cultura sejam efetivados socialmente. Com isso, será justamente na educação, de caráter unitário (no sentido gramsciano), que haverá a possibilidade do desenvolvimento de novas objetivações humanas na arena da cultura; sendo possível em uma sociedade para além do capital.

Portanto, podemos com isso constatar que a cultura é um instrumento imprescindível. E como não se trata de um conceito neutro, sua ação é dúbia conforme a projeção que se tem ao empregá-la; o que requer considerar a compreensão gramsciana da cultura enquanto um campo reivindicatório que, para tal, necessita ser instrumentalizada de maneira dialética, permitindo que os seus propulsores, a partir de uma tomada de consciência da sua realidade, possam de fato caminhar rumo a sua emancipação, o que requer disputar os interesses culturais no espaço político, de caráter público.

Desta forma, em nosso trabalho dissertativo, ao pesquisar a arena cultural e as políticas culturais em curso na cidade de São Gonçalo, ao fazer este “inventário” (no sentido gramsciano), vamos nos permitindo perceber as contradições e os interesses em disputa concretizados nas políticas (e/ou nas ausências destas) no município gonçalense. Tais contradições e interesses em disputa serão apresentadas no tópico abaixo.

2.3. As políticas públicas de cultura em São Gonçalo

Debruçar a análise nas Políticas Públicas de Cultura no Município de São Gonçalo requer considerar a relação dialética da dimensão “local” com a “global”. As particularidades culturais de um determinado grupo social - que receberá, empiricamente, a ação política (no caso específico, de âmbito municipal, em São Gonçalo) - estão sujeitas a versar uma tendência homogeneizadora da “cultura da globalização”. Sendo assim, a dimensão “local” envolve tendências contraditórias que permeiam a complexidade acerca do contexto da globalização, mesmo porque a questão cultural se produz e se reproduz, de forma dinâmica, na concepção de mundo da coletividade.

Posto isso, podemos destacar que se por um lado as formulações e implementação das políticas culturais municipais objetivam considerar a especificidade da realidade social e cultural ao qual será projetada; por outro lado não significa deixar de explorar os aspectos mais amplos da questão cultural, muito menos desconsiderar os signos empregados, ideologicamente, nas mais diversas manifestações culturais.

Dessa forma, pesquisar a ação municipal da política cultural de São Gonçalo - como uma instância do poder político que viabilize diretrizes que atendam à dimensão cultural do “local” - se revelou uma árdua e instigante tarefa; principalmente, por que São Gonçalo é uma cidade que se expressa como um espaço de profundas contradições e conflitos sociais, rotulada por estigmas e composta, genericamente, por uma população desfavorecida economicamente, e ainda pouco estudada.

O trabalho realizado por Tavares (2003), na tese de doutorado, contribui na identificação da leitura que a população gonçalense possui em relação à cidade, composta por uma paisagem de abandono e caos urbano, para apontar um estado de não pertencimento da população e, em conseqüência, uma identidade excludente, imposta pelo viés dominante, e por isso mesmo complexa. O município de São Gonçalo é um espaço marcado como “periférico”, pelo seu contexto histórico de crescimento desordenado do solo urbano e da situação sócio-econômica da população, que contribuiu (e ainda

contribui) para uma visão deteriorada da cidade, do que se produz na/para a cidade. A identidade coletiva gonçalense, como elemento para a reflexão das condições sociais de um determinado grupo, permite problematizar a produção, distribuição e consumo cultural da população como objeto de ação política.

Na minha passagem pelo governo, lá na gestão do Charles, quando estive coordenando os programas Bolsa Família e Brasil Alfabetizado, eu tiro para mim um marco na minha vida, um divisor de águas. Eu mesma não conhecia São Gonçalo inteiro, e eu nasci e cresci aqui, tirando minhas tantas viagens do tempo que eu morei fora. Eu conheci a miséria da cidade com o Bolsa Família, literalmente. E é inconcebível que, em pleno século XXI, a gente tenha a cidade - do lado do Rio de Janeiro, que já foi capital do país - que tenha essa miséria absoluta que a gente tem aqui, a poucos quilômetros da sede municipal, e aí eu estou falando de miséria mesmo. E como é que você vai pensar em cultura, como você vai pensar em agenda de cultura, em orçamento de cultura, com uma cidade que você ainda tem bolsões de miséria absoluta? (...) ⁶¹

Antes de conseguirmos alcançar a conscientização da realidade social, de produzir e consumir uma “cultura artística”, há de se convir que a população precisa ter condições materiais para tal, como necessidade concomitante, uma vez que a “cultura artística” versa a totalidade social do sujeito.

Em contrapartida, como não é do interesse hegemônico a transformação societária, as desigualdades sociais permanecem inalteradas, apesar de muitas vezes serem aparentemente minimizados os seus efeitos mais visíveis. As políticas culturais, nesse sentido, ainda não possuem as condições necessárias à contra-hegemonia, mesmo com os significativos avanços conquistados.

Mais especificamente, o cenário nacional do Ministério da Cultura, no governo Luís Inácio-Lula da Silva, com Gilberto Gil como ministro de 2003-2008 e Juca Ferreira⁶² como ministro de 2008 até o momento, foi objeto de profundas mudanças com rebatimentos nas demais esferas do governo, ao conceder uma determinada visibilidade para as questões culturais no mundo global (em programas e projetos que merecem análise de um pesquisador da área).

⁶¹ Fala transcrita da entrevista realizada em 14 de maio de 2010, com Cleisemary Campos da Costa (COMCULTURA)

⁶² João Luiz Silva Ferreira, mais conhecido como Juca Ferreira, sociólogo e político, é o atual ministro da Cultura, tendo assumido a pasta interinamente em 30 de julho de 2008, após a renúncia de Gilberto Gil.

Entretanto, como já assinalada, até o momento, a política cultural ainda não alcançou as alterações decisivas ao longo do processo histórico. O que se conquistou foi um aumento da indústria cultural e da mídia na formação de uma produção cultural brasileira, que de forma genérica reproduz a hegemonia das políticas neoliberais, sem com isso alcançar um movimento expressivo de uma cultura artística que represente a complexidade da vida social do povo e que questione a estrutura vigente.

O conjunto das propostas neoliberais voltou-se para a despolitização geral da sociedade e, conseqüentemente, da cultura. Tivemos a transformação da sociedade civil nessa coisa amorfa e despolitizada chamada terceiro setor. Gramsci entendia a sociedade civil como arena da luta de classes, um espaço político por excelência. A hegemonia neoliberal bloqueou a floração de uma arte nacional-popular, que se anunciou nos anos 60, manteve-se surda, mas latente durante a ditadura e reapareceu em fins dos anos 70 e parte dos anos 80. Mas nenhuma grande figura surgiu nos últimos anos. Prevalece uma cultura ornamental e intimista, desligada dos problemas e aflições do povo brasileiro. (COUTINHO, 2001, p.1)

A questão da cultura enquanto objeto de política e administração pública depende dos fatores econômicos e institucionais, com a presença do capital e da burocracia, o que remete à interface que envolve a questão organizacional da ação conjunta entre as três esferas de poder (Federal, Estadual e Municipal), ao vislumbrar a formulação de diretrizes políticas na esfera cultural, sua elaboração e aplicabilidade ante a distribuição do fundo público constituído de recursos destinados às atividades artísticas.

No Brasil, a cultura sempre foi identificada como esfera secundária na política pública, até para a lógica capitalista da indústria e mercado cultural. Os recursos para o setor eram o menor orçamento da República, equivalente a 0,2%, passando a 1,3% no governo Luís Inácio-Lula da Silva (em termos concretos passou de R\$ 287 milhões para quase R\$ 2,5 bilhões). Para melhor visualizar este cenário organizacional e econômico, apontamos que a proposta de emenda à constituição (PEC/2003) em seu Art. 1º acrescenta o Art. 216, com a seguinte redação:

Art. 216-ª A União aplicará anualmente nunca menos de dois por cento, os Estados e o Distrito Federal, um e meio por cento, e os Municípios, um por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional.

Já com relação aos rebatimentos orçamentários no município gonçalense, destacamos que a população está aumentando e, com isso, os

repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que são utilizados pela administração pública nas contrapartidas dos projetos conveniados com o Governo Federal, crescem em paralelo. Entretanto, o município de São Gonçalo continua enfrentando as mesmas barreiras econômicas, sociais e culturais. As prioridades para os investimentos dos recursos públicos nas áreas correspondentes aos direitos fundamentais desencadeiam a disputa do orçamento por aqueles engajados na área da cultura. O investimento destinado à cultura no município compreende 0,5% do valor total do orçamento municipal, e com a identificação da necessidade em propor o aumento para 1%, durante a Audiência Pública, sob o título “Política Cultural no município de São Gonçalo”, realizada pelo vereador Marlos Costa⁶³, em setembro de 2009. Entretanto, uma inovação orçamentária será o repasse de fundo a fundo da cultura.

É obvio que a tendência crescente de demanda e investimento nesse referido campo - demanda esta que é permeada por inúmeras correntes teóricas - está vinculada com à perspectiva mundializante de comercialização da produção cultural, cuja tendência tipicamente em pauta é a questão da “lucratividade da cultura”, vinculada a uma “Economia da Cultura” como fator de desenvolvimento de economias locais e nacionais, constituindo-se em um desafio constante de profissionais comprometidos com uma práxis que atenda a um projeto ético profissional de uma nova condução na arena cultural.

E se podemos observar a complexidade que envolve a distribuição dos recursos financeiros, o mesmo acontece quando se trata do acesso às informações consistentes que perpassa a esfera cultural. Durand (2001) sinaliza que, de forma geral, no Brasil ainda se preserva a ausência de mapeamento⁶⁴ da área da cultura; sendo esta uma inquietação acadêmica que nos motivou a pesquisar a realidade cultural gonçalense. Na medida em que tais entraves, ao mesmo tempo em que representa um aspecto negativo, também é positivo ao nos alertar que ainda temos muito que pesquisar, principalmente no âmbito cultural.

⁶³ Marlos Costa vereador do PT gonçalense e presidente da Câmara de Educação e Cultura de SG

⁶⁴ Há a possibilidade de vermos concretizado, pelo menos, o mapeamento dos conselhos de cultura nas três esferas de governo, como proposta de trabalho “Pesquisa Conselhos de Cultura e Democracia no Brasil”; entretanto, até o momento, permanecemos sem informações consistentes.

Até o momento, não identificamos um trabalho de sistematização que aponte as prefeituras que possuem secretaria de cultura e como estas são agrupadas (nas secretarias de educação ou de esporte, turismo... ou em secretarias autônomas de cultura). A pasta que abrangera a cultura, enquanto objeto de política, dependerá do entendimento que os líderes políticos do governo atribuíram à cultura no organograma.

Desse modo, debruçar uma análise da ação do poder público, institucionalizado na figura do Estado, nos permite evidenciar as disputas de interesse em pauta na cidade; o que, de certa forma, possibilita apontar estratégias de ação diferenciadas de enfrentamento político na esfera cultural gonçalense. No âmbito do município de São Gonçalo, observamos um histórico de alternâncias do nível de importância da cultura na pauta política, que reveza a condição de secretaria e subsecretaria, além da integração entre as pastas, educação, turismo, esporte, lazer.

Com isso, podemos constatar a disputa de interesses que envolvem a esfera cultural gonçalense nas constates mudanças da Secretaria Municipal de Cultura que integrava e se desmantelava nas demais secretarias, de acordo com o mandato político de cada prefeito⁶⁵, Edson Ezequiel⁶⁶ (1997 a 2000), Henry Charles⁶⁷ (2001 a 2004) e Aparecida Panisset⁶⁸ (2005 até o momento, em seu segundo mandato).

A lógica política de São Gonçalo, aqui é a lógica familiar, aqui as pessoas disputam política porque é um dos maiores celeiros eleitorais. Você não tem uma dificuldade de chegar nos eleitores... os parlamentares da cidade, as

⁶⁵ A Prefeitura de São Gonçalo foi criada em 1904 (Decreto Nº 336) e somente com a reforma da Constituição Estadual de 1920 começa a era dos prefeitos eleitos.

⁶⁶ Edson Ezequiel, ex-deputado estadual (1987-1989) e ex-prefeito de São Gonçalo (1989-1992 e 1997-2000), em 2006 foi eleito para o terceiro mandato de deputado federal pelo PMDB. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Edson_Ezequiel_de_Matos)

⁶⁷ Henry Charles, médico e político brasileiro. Então deputado estadual, em 2000 lançou-se candidato a prefeito de São Gonçalo pelo PMDB, derrotando em segundo turno o então prefeito Edson Ezequiel (PDT). Em 2004, já no PTB, tentou a reeleição, mas acabou derrotado por Aparecida Panisset (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Henry_Charles_Armon_Calvert)

⁶⁸ Aparecida, ex-professora de História, já integrou os quadros do PP e DEM. Dentre os cargos políticos que exerceu estão os de vereadora de São Gonçalo em duas legislaturas (entre 1996 e 2001) e deputada estadual (2002-2004). (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Aparecida_Panisset)

peças que representam as secretárias, não representam a população, ainda representam seus grupos⁶⁹

A formação histórica do município de São Gonçalo contribuiu (e foi contribuída) pelo processo político desenvolvido no local, inicialmente, com a hegemonia do Grupo Lavoura, sendo substituída somente pelas sucessivas gestões do PDT, que permanece na liderança política da cidade, com o mandato da prefeita Aparecida Panisset. Assim, a formação política gonçalense é marcada por ações isoladas de associativismo, centralizadas na figura do líder comunitário; constituindo uma relação de distanciamento e subserviência estabelecida entre o Estado e a Sociedade Civil, com constantes intervenções políticas às avessas. “Outra questão que merece destaque refere-se à influência das elites locais, representadas em São Gonçalo pelos Vereadores, que distorceram as práticas democráticas por práticas clientelistas” (BARROS, 2004, p.9).

...essa política individualista incomoda, incomoda, porque você vê uma população que tá querendo crescer e não ter oportunidade. E eu acredito que só através da política você pode construir algo em comum com alguém, porque tudo rege a política, tudo... e é a mesma coisa nos interesses públicos, tem que saber articular, tem que saber se colocar, mas em prol de um comum a todos, e que eu acredito que é possível...⁷⁰

Ademais, o quadro político gonçalense aponta uma instabilidade administrativa e ao mesmo tempo uma disputa de interesses que perpassam a esfera cultural gonçalense, ao ponto de se instaurar uma aparente ausência de política cultural definida (aparente, porque até mesmo as ausências de políticas correspondem a uma manifestação política de minimização das ações estatais e de incentivo à atuação da sociedade por meio da solidariedade, por exemplo; embora não se tratando de uma política pública, ainda assim é política), configurando em contrapartida, uma instabilidade recorrente das diretrizes políticas adotadas.

...E a política de cultura em São Gonçalo, ela engatinha. O que, por exemplo, a gente pôde fazer aqui no gabinete foi tombar as estações ferroviárias, há um projeto de tombar a praia da luz, e articulações que a gente andou fazendo, mas infelizmente a gente esbarrou em alguns problemas e não deu pra dar andamento.⁷¹

⁶⁹ Fala transcrita da entrevista realizada em 02 de junho de 2010 com Romario Regis (COMCULTURA)

⁷⁰ Fala Transcrita da entrevista em 30 de julho de 2010, com Cinthia Silva (Câmara dos Vereadores)

⁷¹ Fala Transcrita da entrevista em 30 de julho de 2010, com Cinthia Silva (Câmara dos Vereadores)

A aparente ausência de política pública pode ser expressa também no âmbito legislativo. A representante da Câmara dos Vereadores faz menção ao “tombamento das estações de trem de São Gonçalo”⁷² de autoria do vereador coligado ao PT, como uma das poucas formas de intervenção política no setor legislativo gonçalense.

Em meio ao direcionamento político no cenário nacional e local, São Gonçalo passa por uma ampliação, mesmo que ínfima, dos equipamentos culturais. Entretanto, ainda persiste a inexistência de equipamento cultural do Estado na cidade, o que sinaliza a fragilidade da interlocução entre os níveis de governo, inviabilizando a concretização do desenvolvimento do setor no âmbito estadual, focando somente a capital, com uma distribuição desigual no espaço geográfico.

Numa realidade de escassez de equipamentos culturais, de uma população com condição socioeconômica desfavorável para acesso aos mesmos, as Praças (de forma geral) em São Gonçalo passam a ser o terreno propício para as manifestações artísticas locais; até porque, algumas iniciativas políticas acontecem neste cenário.

O município de São Gonçalo ainda espreita um longo caminho em meio à conjuntura neoliberal que aprofunda as desigualdades, através do contraditório discurso democrático de inclusão e diversidade. Como a questão cultural está intrinsecamente atrelada à vida social, as manifestações artísticas como objeto de política precisam ser disputadas para que possam produzir e reproduzir uma lógica para além do capital.

Eu penso a cultura junto com a educação... em um plano de meta para São Gonçalo que a gente quer daqui a 20 anos e aí sim trabalhar fortemente nas escolas, agressivamente nas escolas, mas aí é um movimento mesmo de trabalho, pensado, planejado, com orçamento, com gente, com meta de abrangência, com avaliação, para que a cultura junto com a educação estabelecesse um trabalho de conscientização. Mais do que pensar em agenda de música, teatro, dança, cinema, bibliotecas, tudo conjugado, é obvio, que estivesse junto, que estivesse casadinho, eu pensaria para ajudar, para auxiliar, para transformar, para ousar mudar São Gonçalo num plano de desenvolvimento estratégico que passasse pela educação e pela cultura onde a conscientização do gonçalense fosse a primeira tarefa. Conscientização mesmo... e a partir dessa lição primeira de consciência, nem que fosse um planejamento altamente didático e pragmático que você integraria cultura e educação, e aí vamos pegar sim as expressões artísticas para falar disso, para sacudir as pessoas, para atrair as pessoas; será que o baile funk que reúne 08 mil pessoas numa só noite, a gente não tem nenhum

⁷² Disponível em <http://vereadormarlos.com.br/leis-aprovadas/>

outro instrumento que possa reunir numa noite 08 mil pessoas e trabalhar uma belíssima ação cultural, onde a cidadania e esse conceito do direito a ter direito... não vislumbro isso como sonho utópico, ou delírio, de jeito nenhum, eu tenho visto cidades que foram transformadas a partir de modelo de desenvolvimento, a partir da cultura e da educação, numa ação casada com as outras unidades administrativas.⁷³

Entender as especificidades da dimensão “local” nos oportuniza traçar a identidade cultural, do ponto de vista coletivo, para entender as estratégias de ação da política cultural, do ponto de vista sociológico. Mesmo porque, uma política municipal precisa atender às especificidades da dimensão “local”, principalmente no que se refere à questão cultural, tendo o coletivo gonçalense como indicador de desenvolvimento de tais ações; o que de fato pressupõe também, em termos práticos, uma articulação com os demais níveis de governo para legitimar, politicamente, a ação propulsora do município.

Deste modo, podemos visualizar o cenário dos interesses em disputa nas políticas públicas de cultura em meio à realidade “local” do município de São Gonçalo, considerando a identidade coletiva da população gonçalense como partícipe da influência na produção e recepção cultural. A vida social gonçalense irá incidir na manifestação cultural deste grupo ao qual pertence, o que poderá contribuir para rever criticamente sua realidade social e disputar outro projeto societário, que na perspectiva gramsciana significa uma nova cultura. Sendo assim, a questão cultural representa o lócus da luta social entre os projetos ideo-políticos em disputa na arena política do município.

Entretanto, destacamos que, para efeito da proposta de recorte dissertativo direcionado aos interesses coletivos em disputa na formulação das políticas culturais, no cenário conferencista⁷⁴, tendo como pano de fundo as discussões das políticas culturais na contemporaneidade de base neoliberal e os rebatimentos ideológicos e práticos na política cultural gonçalense, nos atemos à intrínseca relação entre o Estado “restrito” e a Sociedade Civil neste contexto; relação essa que será sistematizada no próximo capítulo.

⁷³ Fala transcrita da entrevista realizada em 14 de maio de 2010, com Cleisemary Campos da Costa (COMCULTURA)

⁷⁴ IV Conferencia Municipal de Cultura de São Gonçalo.

3. A IV Conferência Municipal de Cultura em São Gonçalo: o mecanismo de controle social na formulação de políticas culturais

Há, portanto, uma luta pela objetividade (para libertar-se das ideologias parciais e falazes) e esta luta é a própria luta pela unificação cultural do gênero humano. O que os idealistas chamam de 'espírito' não é um ponto de partida, mas de chegada: o conjunto das superestruturas em devir rumo à unificação concreta e objetivamente universal, e não um pressuposto unitário. (Antonio Gramsci, 2006)

O objetivo deste capítulo consiste na análise das possibilidades de construção da esfera da política pública no âmbito da cultura, destacando o papel de um dos mecanismos indutores no processo do modelo participativo - através do recorte estabelecido para a dissertação, no cenário conferencista - especificamente, em relação aos avanços e impasses do controle social no cenário da IV Conferência Municipal de Cultura em São Gonçalo.

A experiência em relação aos mecanismos de controle social exercidos pelos Conselhos, Conferências, e Fóruns de discussão na sociedade brasileira não é um evento recente. Entretanto, no cenário brasileiro, pelo menos até a década de 60, por exemplo, a concepção de controle social era associada à relação de dominação que o governo exercia sobre a população.

Em linhas bastante gerais, pode-se afirmar que três ângulos de enfoque foram historicamente dados ao problema. O primeiro e mais abrangente é a compreensão de *controle social* como o conjunto de meios através dos quais uma dada sociedade conforma seus membros às regras estabelecidas (GARELLI, 1994). Tratando mais especificamente da relação Estado-Sociedade, identificam-se duas outras abordagens clássicas: a do controle do Estado sobre a sociedade, consuetudinária da política hobbesiana, e a do controle da sociedade sobre o Estado, própria do liberalismo originário de John Locke. Seguindo nesta mesma linha, as análises marxistas demonstraram que nas sociedades capitalistas as classes dominantes apropriam-se do Estado que exerce o *controle social* através de instituições da sociedade civil, no sentido de manter a ordem e difundir sua ideologia (CORREIA, 2004). Assim, nos processos de luta por transformação radical do modelo socioeconômico dominante, ganhou-se a compreensão de que somente as estratégias de *resistência* poderiam ser efetivas, enquanto as formas de participação associada, concedidas por um Estado comprometido com as classes dominantes, acabariam sempre por reforçar a dominação. (OLIVEIRA, 2006, p.01)

Entretanto, vale destacar, é recente a inovação na percepção de tais mecanismos como uma mobilização da Sociedade Civil, a partir do processo de redemocratização do Estado brasileiro e, conseqüentemente, da emergência de uma “nova institucionalidade” nas práticas societárias como

exigência da conjuntura histórica; interpretados teoricamente o texto e o contexto ora como avanço político-social e ora como uma falácia.

Em outras palavras, o que é visto como um avanço em termos de participação política dos cidadãos (controle social), acaba por tornar-se um atrelamento a um Estado comprometido com o desenvolvimento individual e com as regras do mercado. (OLIVEIRA, 2006, p.08)

Ainda segundo Oliveira (2006), a noção de controle social endossou o princípio da liberdade na acepção liberal moderna, para caracterizar a participação social como direito da sociedade em realizar as funções de um Estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o capital, estando direcionada a uma desresponsabilização estatal em termos de implementação de política pública.

Por outro lado, em termos jurídicos, consideramos que a carta constitucional estabelecida nos anos 80 representa um processo de mobilização sem precedentes equivalentes na história brasileira, apesar de não ter se desenvolvido isento de ambigüidades e contradições, mas que possibilitou, juridicamente, a garantia dos mecanismos efetivos de participação nas políticas públicas, concebidos na perspectiva do controle social inerente à relação entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil,⁷⁵ e a descentralização político-administrativa de preceito democrático. Esta concepção de modelo participativo caracterizou, de certa forma, principalmente, uma determinada democratização dos processos decisórios, através da delimitação dos espaços de disputa de interesses.

Em contrapartida, um ponto de destaque nesta institucionalização dos mecanismos de participação nas políticas públicas e que impulsiona a interpretação das conquistas constitucionais como falácia está associada aos signos ideológicos em disputa; o que nos estimula a problematizar no decorrer deste capítulo, os sentidos que perpassam as concepções de Sociedade Civil, bem como abordar que a descentralização instituída constitucionalmente agrega tanto as esferas intergovernamentais quanto a relação de uma Sociedade Política e de uma Sociedade Civil, ressignificadas.

Em consonância com a abordagem de tais premissas de análise teórica do pensamento do intelectual Antonio Gramsci, em contraposição às ações

⁷⁵ Tendo por base a definição de Estado "Ampliado" em Antonio Gramsci.

estratégicas de reprodução da ideologia dominante e de cunho neoliberal, será pertinente realizar tal distinção dos signos ideológicos associados, para compreender as formulações e projeções das potencialidades participativas da Sociedade Civil gonçalense na questão cultural.

Conseqüentemente, destacamos os aspectos contraditórios que perpassam tais mecanismos de participação, que têm a possibilidade de tanto se instrumentalizar para representar um espaço de reivindicações societárias na construção de uma contra-hegemonia, quanto de cooptação do movimento na reprodução da lógica dominante; e até mesmo na combinação de tais mecanismos, metamorfoseando-se na lógica de sobrevivência dos atuais movimentos sociais.

Entretanto, mesmo tais aspectos contraditórios não deslegitimam a participação política e controle social da Sociedade Civil nos processos decisórios como imprescindíveis para a disputa no que tange às políticas públicas. Em primeiro lugar, é preciso ter os espaços democráticos garantidos, para que assim as lutas societárias sejam viabilizadas mediante tomada de consciência social da classe denominada como subalterna.

Oliveira (2006), ao realizar a análise da participação popular, de resistência, se fundamenta teoricamente através do pensamento de Paulo Freire, por considerar que este autor

aposta nas pessoas e em sua capacidade organizativa para resistir à cultura de adesão e subserviência ao Estado, contemporaneamente materializadas em diversas políticas de controle social. Por isso, Freire é referência para pensar tais processos, lembrando que, se “é verdade que, sem liderança, sem disciplina (...), sem objetivos (...) e contas a prestar, não há organização e, sem esta, se dilui a ação revolucionária”, nada justifica o “manejo das massas populares, a sua ‘coisificação’”. (p.1)

Posto esta ressalva, o controle social da política de cultura realizado pelos conselhos, fóruns e conferências é exercido na (e por meio da) esfera pública, o que nos remete à instrumentalização do público⁷⁶ no âmbito das políticas culturais como espaço de explicitação dos projetos societários, dos interesses em disputa e da luta pela hegemonia.

Evidentemente, toda a esfera pública trata-se de uma arena de disputa em potencial, com possibilidades de participação social. Mas para efeito do

⁷⁶ Sendo o “público” entendido não como governo, mas como um bem coletivo, conforme abordagem desenvolvida no segundo capítulo desta dissertação.

recorte proposto para este trabalho dissertativo, nos cabe abordar somente o controle social no âmbito das conferências, ou melhor, da IV CMC/SG, a partir do desencadeamento teórico-metodológico desenvolvido e que contribuirá para a análise da formação cultural gonçalense perpassada pelos interesses em disputa, pelos discursos e ações no âmbito das políticas públicas de cultura.

3.1. A relação entre sociedade política e sociedade civil na formulação gramsciana e no ideário neoliberal

A perspectiva de investigar e analisar a questão cultural gonçalense no âmbito da IV CMC/SG pressupõe compreender a concepção da Sociedade Civil em sua relação com a Sociedade Política, levando em consideração que o controle social exercido na formulação e implementação da política cultural estará atrelado aos signos ideológicos produzidos e reproduzidos socialmente.

A noção de Sociedade Civil, de certa forma, esteve presente ao longo da trajetória histórica do pensamento político, desde a antiguidade, e se desenvolveu conceitualmente na medida dos interesses ideológicos de cada conjuntura na relação da “propriedade privada como a sede distinta e autônoma do poder social”, conforme sinaliza Wood (2003, p.205-206). Ora, por ser um período histórico por demais abrangente, elegemos como recorte contrapor a formulação gramsciana, matriz inspiradora de nosso trabalho dissertativo, em contraposição ao ideário neoliberal hegemônico na contemporaneidade.⁷⁷

Cabe ressaltar, a priori, que a concepção teórica elaborada por Antonio Gramsci reflete uma realidade sócio-histórica que, ante os traços peculiares presentes na conjuntura histórico-política que se configurou na Europa do

⁷⁷ Apesar de termos realizado uma análise sobre o conceito de sociedade civil em Gramsci no primeiro capítulo - fundamental para o entendimento da questão cultural em suas obras, consideramos necessário resgatar esta discussão para contrapor com o signo atribuído na atualidade, tendo em vista a nossa perspectiva de investigação e análise do papel da sociedade na IV CMC/SG.

século XX⁷⁸, bem como a própria formação e militância do comunista italiano, contribuiu para que este intelectual avançasse nas formulações marxistas, com o pensamento dialético acurado sobre os principais temas de investigação presentes na coletânea dos “Cadernos do Cárcere”.

Dentre os temas de investigação dos escritos carcerários, podemos destacar a constante referência à expressão “Sociedade Civil”, associada à concepção de Estado e de hegemonia. Pode-se considerar que Gramsci foi o autor marxista que melhor apreendeu e desenvolveu a relação dialética entre Estado, denominado como “restrito”, e Sociedade Civil, no bojo do século XX.

O Estado concebido enquanto aparelho repressivo que materializa os interesses da classe dominante exerce a manutenção do poder estatal mediante o uso da coerção como elemento basilar. Esta acepção de Estado no pensamento marxista clássico foi ressignificada por Antonio Gramsci, com a fusão da coerção e do consenso na relação de dominação.

Para Gramsci, “na noção geral de Estado (ampliada) entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (2002b, p. 244); o que corresponderia a um entendimento “ampliado” de Estado, que abrange a Sociedade Política e a Sociedade Civil, no sentido de garantir a dominação de uma classe sobre a outra através da coerção e do consenso dos dominados. Em Gramsci, Estado “restrito” e Sociedade Civil só se operam numa distinção metodológica, por corresponderem a uma unidade orgânica.

A categoria Sociedade Civil que para Marx pertencia à estrutura como “o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas” (MARX, 1998, p.33) foi desenvolvida por Gramsci para caracterizar os “aparelhos privados do estado” na constituição da hegemonia, permanecendo inalterado o princípio marxista da relação dialética entre estrutura e superestrutura, destacando apenas uma

⁷⁸ Considerado como o século de desenvolvimento do Estado em relação à sociedade.

acepção para além das influências econômicas, como as culturais e ideológicas⁷⁹. (GRAMSCI, 2002b)

Marx e Engels demonstraram a relação (dialética) entre infra-estrutura (forças produtivas=sociedade civil) e superestrutura (Estado), sendo que a primeira funda a segunda. Gramsci, ao contrário do que se apregoa, não rompe com esse princípio básico. Ele “se situa firmemente no terreno marxista: não faz do Estado o ‘sujeito da história’ e, menos ainda, o sujeito do modo de produção capitalista”. Essa interpretação, não obstante, é negada por muitos autores. (CHAGAS, 2005. p.4)

No entanto, ocorreu um equívoco de interpretação sobre a categoria Sociedade Civil no cerne do pensamento gramsciano, a partir das análises realizadas, principalmente, por Norberto Bobbio (apud RAMOS, 2005), ao considerar a acepção de Sociedade Civil como categoria central de análise, e uma forma de sobreposição do político ao econômico.

Nota-se assim que, ao contrário de Marx que não fazia distinções entre a sociedade civil e a estrutura econômica (Montaño, 2002), Gramsci efetua tal distinção. Na verdade, como bem afirmou Bobbio, “a sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura” (Bobbio, 1987b:32). Contudo, inferir daí que há uma primazia do político sobre o econômico, da superestrutura sobre a estrutura por parte de Gramsci é um equívoco. O que ocorre é um equívoco por parte de Bobbio na medida em que este supõe que, por Marx considerar a sociedade civil como o fator ontologicamente primário na explicação da história, Gramsci também o faça, retirando assim da infra-estrutura sua centralidade ontológica. Contudo, como já visto anteriormente, Gramsci não nega, em absoluto, que “a produção e reprodução da vida material (...) é o fator ontologicamente primário na explicação da história” (Coutinho, 1981:88). (RAMOS, 2005, p.94)

O eixo de análise gramsciana da realidade pressupõe o princípio da totalidade social de articulação dialética entre estrutura e superestrutura, ao contrário das interpretações atribuídas a partir das obras de Norberto Bobbio (apud RAMOS, 2005).

Autores como Liguori (2003) apontam esta polêmica na compreensão das *entrelinhas* em Gramsci, destacando que a centralidade das suas obras se concentra na categoria do Estado “Ampliado”; sendo as noções de Estado e Sociedade Civil, estrutura e superestrutura, distintas conceitualmente, mas que organicamente formam uma unidade inseparável que chega a ser confundida na realidade concreta de conservação e/ou promoção de uma determinada base econômica. Enquanto marxista, Gramsci não apresenta uma inversão e

⁷⁹ Cabe esclarecer que o marxismo não se limita à esfera econômica, como é posto pelas críticas a esse pensamento; pelo contrário, o princípio norteador corresponde à totalidade social, o que impediria uma mera concepção economicista. Entretanto, Gramsci consegue avançar no sentido atribuído à concepção de Sociedade Civil.

distinção orgânica entre estrutura e superestrutura, não sendo abordado o Estado como “sujeito da história” ou “sujeito do modo de produção capitalista” (p.175). Para Gramsci, “os sujeitos da história, que são as classes sociais, só podem verdadeiramente se tornarem hegemônicos na medida em que avaliam a si mesmos como capazes de ‘tornar-se Estado’” (p.180).

A abordagem gramsciana sobre “Economia, Sociedade Civil, Estado” aparece claramente nos Cadernos do Cárcere, sendo a estrutura formada pela economia enquanto a superestrutura pela Sociedade Civil e pela Sociedade Política (ou Estado “restrito”). Ora, sendo Gramsci, o autor que mais se debruçou sobre as análises na superestrutura, ele o fez sem deslegitimar o “papel determinante da estrutura”. (LIGUORI, 2003)

Esclarecida esta polêmica, a ressignificação da categoria de Sociedade Civil proposta por Gramsci tende a designá-la como “aparelhos privados⁸⁰ de hegemonia”, ou seja, trata-se dos aparelhos ideológicos de produção e difusão do consenso para além da ação estritamente coercitiva do núcleo duro do Estado. Sendo assim, observa-se uma dimensão claramente política da Sociedade Civil, que, assim como o Estado, está atravessada pela luta de classe, já que não é homogênea, ao contrário, representa um espaço em disputa de interesses contraditórios.

Cabe, ainda, explicitar o quanto a ampliação do conceito de Estado realizado por Gramsci é extremamente complexa, envolvendo as formulações de “hegemonia” e de “intelectuais”, além de apontarmos que é totalmente suscetível às inúmeras interpretações das análises gramscianas.

Na carta a Tatiana de 7 de setembro de 1931, Gramsci escreve, de modo sintético e claro: ‘O estudo que fiz sobre os intelectuais é muito amplo [...] Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento), e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, a escola, etc.); e é precisamente na sociedade civil que atuam os intelectuais. (LIGUORI, 2003, p.179)

Os temas desenvolvidos por Gramsci congregam a dialética do pensamento, que contribui para a formulação de um modelo interpretativo do

⁸⁰ O “privado” utilizado por Gramsci em relação à sociedade civil representa somente uma forma de distinção da esfera “pública” do Estado.

Estado em “contínua formação e superação de equilíbrios instáveis” (apud LIGUORE, 2003, p. 184) ao expressar o lócus da disputa de interesses das classes fundamentais para a luta hegemônica, ao incluir no conceito de Sociedade Civil uma dimensão que confere a “direção intelectual e moral” (RESTREPO, 1990, p.7) de uma classe em relação ao conjunto social, e que é exercido pelos intelectuais orgânicos⁸¹.

Assim como Baratta (2004), podemos interpretar que as aparentes lacunas e discursos inconclusivos no pensamento de Gramsci apontam o “perpétuo movimento” que remete a idéia progressiva da mutabilidade dos fatos e sentidos que estarão sempre em processo de desenvolvimento. Mesmo porque, existe uma preocupação de apontar que a relação entre Estado e Sociedade Civil é dinâmica, historicamente, e depende da natureza concreta da sociedade no seu tempo e espaço.

Nesse sentido, a contemporaneidade congrega um novo cenário que apresenta

[...] em lugar das sociedades nacionais, a sociedade global. Em lugar do mundo dividido em capitalismo e socialismo, um mundo capitalista, multipolarizado, impregnado de experimentos socialistas (IANNI, 1993).

Podemos afirmar a atualidade do pensamento de Gramsci que, obviamente, precisa ser desenvolvido para se analisar de forma dialética e complexa o atual momento histórico de influência neoliberal. Assim como este autor italiano se propôs a avançar teoricamente em relação a Marx, mesmo sem abandonar o princípio geral do marxismo, devido à própria particularidade histórica que viabilizou tal avanço, podemos considerar que os elementos históricos contemporâneos nos permitem promover as devidas mutações sem com isso desconsiderar (ou mesmo considerar ultrapassada) a “matriz” do pensamento gramsciano, sem o qual não poderíamos analisar os limites e potencialidades dos novos signos empregados à Sociedade Civil.

No entanto, o esforço em desenvolver um paralelo de análise da relação entre Sociedade Política e Sociedade Civil, gramsciana e neoliberal, não é absolutamente inédito. Nogueira (2003), ao se propor a problematizar os sentidos da Sociedade Civil nos meandros do século XXI, tendo como

⁸¹ São orgânicos de uma determinada classe na medida em que interpretam seu projeto histórico.

parâmetro a formulação gramsciana, sintetiza as três idéias de Sociedade Civil postas na práxis social.

A primeira seria a Sociedade Civil formulada por Gramsci, e ora denominada por Nogueira (2003) de “democrático-radical”, “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (CC, 3, 225 apud NOGUEIRA, 2003, p.223).

A segunda seria denominada como “sociedade civil liberal”. Esta Sociedade Civil se apresenta como uma categoria deslocada e contraposta à esfera estatal e atravessada pela lógica mercadológica do capitalismo. Ela constitui-se apenas enquanto campo de articulação de interesses privados (na acepção do capital) e de desmonte dos projetos de classe diferenciados, sem espaço para disputa hegemônica; sendo o Estado representado pela figura emblemática do Estado mínimo que assume a função de propositor de uma estratégia governamental de minimização das ações estatais, e a Sociedade Civil inserida na “lógica do associativismo sociocultural (...) [de] oposição, mas não de contestação” (p.224).

Já a terceira idéia, denominada como “sociedade civil social”, apresenta uma acepção passiva, na medida em que cumpre o papel de complementar e, por vezes, substituir as ações do Estado e do mercado, representada pela figura do “terceiro setor” (ONGs ou OSCIP). Essa idéia é caracterizada pelo atributo da liberdade e autonomia da Sociedade Civil, e pela representação abstrata de universalidade em que se reveste o Estado.

No cenário contemporâneo, as três idéias de sentidos da Sociedade Civil se confundem na complexidade da realidade social, dificultando uma distinção ou entendimento sobre a questão. Entretanto, não estamos preocupados em determinar uma classificação mecânica da Sociedade Civil contemporânea, apenas identificar os aspectos de ruptura com a formulação gramsciana, de modo a focalizar os limites e potencialidade da atual Sociedade Civil, tendo como parâmetro os elementos de contribuição do autor italiano.

O retorno ao debate sobre a sociedade civil, conforme indica Liguori (1998, p.54), aparece vinculado tanto a tendências de esquerda quanto de direita neoliberal, ambas centradas na crítica do político, tendo como *leit-motiv* a própria globalização. Identifica-se, de um lado, “a versão de direita neoliberal, em sentido estrito, que põem no centro do próprio universo os ‘espíritos animais do capitalismo’”, e, de outro, “uma versão de esquerda, que pretende garantir os direitos e ampliar a cidadania, mas que – precisamente no

momento em que se põem como centrais tais categorias – defende (às vezes inconscientemente) uma visão propriamente liberal (e de fato também liberista)”. Alerta ainda Liguori que, na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, a cultura de esquerda vai substituindo sua leitura da realidade baseada na divisão da sociedade em classes pela temática da cidadania e dos direitos sociais - fundamento tanto das novas formas de expressão da sociedade civil quanto do próprio ideário neoliberal (LIGUORI, 1998, p. 54). Essa perspectiva prossegue nos anos 1990, face às crescentes investidas na destituição do Estado de direito e no cancelamento de direitos fundamentais conquistados pelas classes trabalhadoras ao longo de sua história, provocando um retrocesso em termos de cidadania. (SIMIONATTO, 2006, p.12-13)

A forma organizacional do Estado na contemporaneidade neoliberal, mesmo com a abertura de espaços democráticos, ratifica a emergência de instituições de cunho privatista, que destituem o Estado do atributo público, “desqualificando-o enquanto esfera de representação dos interesses das classes subalternizadas” (SIMIONATTO, 2006, p.15).

Assim, a questão de classe foi sendo sucumbida pelo debate propositivo na fragmentação da realidade em segmentos sociais, que esvazia e anula a luta coletiva enquanto categoria de classe social, constituindo o que Gramsci denominou como “pequena política”, “por englobar questões parciais” e aparentes (SIMIONATTI, 1997).

A estratégia de dissolver o capitalismo numa pluralidade desestruturada e indiferenciada de instituições e relações sociais não ajuda, apenas enfraquece, a força analítica e normativa da “sociedade civil”, sua capacidade de enfrentar a limitação e legitimação do poder, bem como sua utilidade na orientação de projetos emancipatórios. (WOOD, 2003, p.212)

As novas formas de representação atribuídas à Sociedade Civil, seja liberal ou social, promovem o rompimento do caráter reivindicatório e de disputa pela hegemonia, tendendo a se constituir como um “álibi para o capitalismo”, na expressão de Wood (2003).

Desse modo, a Sociedade Civil no bojo do ideário neoliberal é apreendida ao avesso do sentido gramsciano. Pois, quando direcionamos a análise da Sociedade Civil no cenário contemporâneo, observamos uma tendência em considerar uma distinção entre o Estado e a Sociedade Civil, na legitimação do ideário neoliberal que tem como eixo a mistificação na relação entre a estrutura e a superestrutura, atribuindo à ilusória imparcialidade classista do Estado e fragmentação da Sociedade Civil, sem contradição de classe.

Com isso, o Estado continua representando a ideologia da classe dominante, mesmo que não seja possível observar, de forma determinante,

nesta nova configuração social, a divisão de classe; ainda que seja perceptível pelo recuo das políticas públicas, substituídas pelas ações não-governamentais e privatistas. Sendo assim, a Sociedade Civil continua a representar a esfera capaz de promover a disputa pela hegemonia na ocupação estatal, embora esteja configurada para reproduzir a lógica dominante dos interesses das instituições privadas, “na medida em que aparece deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado” (SEMIONATTO, 2006, p.18).

Mesmo com as potencialidades, o cenário do controle social garantido pela carta constitucional é impregnado pela dicotomia entre Sociedade Política e Sociedade Civil na formação de uma cultura que visa substituir a relação estatal, no sentido ampliado, pela do mercado, restrita e privatista.

Destarte, reconhecer como reflexo do atual processo de constituição histórica os sentidos atribuídos a uma Sociedade Civil, aparentemente heterogênea e multifacetada, requer considerar o imprescindível papel dos “intelectuais orgânicos” (no amplo sentido que lhe foi conferido por Gramsci) na formulação de projetos societários capazes de superar os déficits da cidadania e da democracia, e conseqüentes medidas paliativas que permeiam a contemporaneidade.

Portanto, não é a formulação gramsciana que está ultrapassada, mas o processo histórico atual, que precisa restabelecer a relação orgânica entre Estado e Sociedade Civil, a partir da disputa de interesses pela formação de uma cultura política capaz de construir um projeto societário contra-hegemônico. Entretanto, em meio à complexidade na qual se insere a Sociedade Civil, ainda aberto à disputa, na contemporaneidade, pela reestruturação dessa organicidade na superação do neoliberalismo.

3.2. O controle social no âmbito das conferências de cultura: os novos consensos

No cenário contemporâneo brasileiro, as conferências têm por definição a responsabilidade de serem espaços públicos e democráticos de discussão e

articulação coletivas entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil em torno de propostas e estratégias de organização das diversas áreas das políticas públicas, com periodicidade regular⁸². A atuação das conferências vem acontecendo de forma descentralizada, ou seja, em âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Desse modo, como desdobramento para a participação na conferência nacional, as demais instâncias federativas precisam realizar suas conferências, em âmbito municipal e estadual, para sistematizarem os interesses locais a serem disputados, possibilitando e facilitando a discussão democrática, bem como eleger os delegados para a nacional.

Art. 5º A realização da II Conferência Nacional de Cultura será antecedida por etapas, denominadas Conferências nos âmbitos Municipal e/ou Intermunicipal, Estadual e do Distrito Federal e Pré-Conferências Setoriais de Cultura, no âmbito Regional.

E, assim, como as conferências nacionais são antecedidas pelas conferências municipais, estas também podem ser antecedidas pelas pré-conferências, objetivando uma organização democrática deste mecanismo de controle social, permitindo assim que os municípios se estruturem para dialogar as propostas para a cultura no âmbito local.

Para tal, e mediante nomeação da comissão de organização, que tem por finalidade elaborar o regimento⁸³ e o regulamento⁸⁴ da conferência, é preciso estabelecer o cronograma de ação e convocar a conferência. O ideal é que os representantes do executivo em cada instância federativa (municipal; estadual e federal) determinem o chamamento da sociedade à participação. Caso isto não aconteça, o movimento social organizado, através dos conselhos ou não, pode se autoconvocar através de edital público e de livre acesso da comunidade. (RECH, 2007)

⁸² A periodicidade corresponde a no máximo dois anos de intervalo entre uma conferência e outra; uma vez que o tempo de vigência de mandato de cada conselho, sendo necessária eleição em conferência.

⁸³ O Regimento da Conferência trata-se das normas que regulam a sua realização, bem como o cronograma, o local, as condições materiais e humanas, o temário, quem são os participantes, os convidados, os palestrantes e quais os encaminhamentos aos documentos produzidos.

⁸⁴ O Regulamento da Conferência trata-se do documento que deve ser elaborado pela Comissão Organizadora e pactuado por todos os participantes. Sua leitura e aprovação, então, precisam ser o primeiro ato da Conferência, precedendo inclusive os atos de abertura da mesma, pois é nele que se estabelecem os princípios que orientarão os debates e sua sistematização. Deve estabelecer até que horas serão aceitos o credenciamento de participantes; a lista de presentes com identificação completa de cada participante; a distribuição dos temas e a formação dos grupos; como serão apresentados os documentos de análise, e a consolidação das resoluções e moções.

Em relação à política cultural, o Ministério da Cultura (MinC), enquanto órgão independente de discussão e planejamento político da cultura, é a instância responsável pela organização representativa do segmento nacional. Mesmo com a constituição do MinC, após o regime militar, o controle social participativo, também inaugurado pela redemocratização, foi estabelecido plenamente no âmbito conferencista somente em 2005⁸⁵, devido às oscilações na estruturação definitiva do MinC, e na compreensão do sentido cultural e da ideologia de mercado.

A Primeira Conferência Nacional de Cultura (I CNC) aconteceu em dezembro de 2005, sob a gestão do ministro de Estado da Cultura Gilberto Gil, contabilizando a participação de 1.158 municípios, 19 estados e o Distrito Federal, correspondendo a mais 50 mil participantes, segundo informações contidas na cartilha disponibilizada pelo MinC⁸⁶.

O tema geral escolhido para a discussão da I CNC foi “Estado e sociedade construindo as políticas públicas de cultura”, que foi subdividido em cinco eixos temáticos⁸⁷, pressupondo um compromisso efetivo dos sujeitos de direitos desta política no diálogo entre a Sociedade política e a Sociedade Civil. Entretanto, como temos abordado, não basta apenas referenciar este compromisso, garantidos constitucionalmente, na construção das políticas públicas como um todo (não só cultural), mas desvendar os sentidos ideológicos que representam esse Estado, essa sociedade e, conseqüentemente, essa construção política.

Embalados pela nova configuração ideopolítica de formação do Estado e da Sociedade Civil, o controle social exercido pela I CNC representou avanços significativos e limites complexos que resultaram na proposição dos objetivos traçados para a política cultural no artigo em referência:

Art. 1º - A 1ª Conferência Nacional de Cultura, referida no Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005 terá os seguintes objetivos:

⁸⁵ Ocasão da I Conferência Nacional de Cultura. Entretanto cabe salientar que o mecanismo de controle social exercido pelos Conselhos corresponde a década de 1930, durante o Governo Vargas.

⁸⁶ MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura, cidade e desenvolvimento local**: como estruturar no seu município e acessar os recursos federais. Brasília, 2009.

⁸⁷ A saber: gestão pública da cultura; economia da cultura; patrimônio cultural; cultura é direito e cidadania; e comunicação é cultura.

- I.subsidiar o Conselho Nacional de Política Cultural e o Ministério da Cultura sobre a elaboração do Plano Nacional de Cultura a ser encaminhado pelo Ministro de Estado da Cultura ao Congresso Nacional;
- II.reunir pensamentos, demandas, propostas, necessidades da população brasileira, contribuindo para a realização de amplo diagnóstico da diversidade cultural do País;
- III.recomendar aos entes federativos diretrizes para subsidiar a elaboração dos respectivos Planos de Cultura;
- IV.colaborar com a implantação dos Sistemas Municipais, Estaduais, Federal e Nacional de Cultura;
- V. colaborar e incentivar a associação de municípios em torno de planos e metas comuns;
- VI.elaborar um documento de orientação para formulação de políticas, programas e projetos a ser distribuído para instituições públicas e privadas do País;
- VII.propor e fortalecer mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;
- VIII.fortalecer e facilitar o estabelecimento de novas redes de produtores culturais;
- IX.contribuir para a formação do Sistema Nacional de Informações Culturais;
- X. mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável do País;
- XI.fortalecer, ampliar e diversificar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular;
- XII.promover amplo debate sobre os signos e processos constitutivos da identidade e da diversidade cultural brasileira;
- XIII.fortalecer as instituições democráticas e o próprio conceito de democracia no Brasil;
- XIV.auxiliar os governos Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal a ampliar e consolidar os conceitos de Cultura junto aos diversos setores da sociedade;
- XV.Identificar e fortalecer a transversalidade da Cultura em relação às Políticas Públicas nos três níveis de governo;
- XVI.constituir a estratégia de implantação do Sistema Nacional de Cultura pelos Entes Federados.

Tais objetivos se caracterizam na perspectiva de médio a longo prazo, e conseqüentemente, ainda se encontram na pauta de execução. A propósito, em decorrência das discussões realizadas na I CNC, passou a ser previsto na Constituição Federal, com a aprovação da emenda 48/2005, o Plano Nacional de Cultura - PNC, tendo como objetivo definir as diretrizes das políticas culturais nos próximos dez anos; embora só tenha sido instituído somente pela Lei nº 12.343, e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 02 de dezembro de 2010, após a etapa da II CNC.

Com a Emenda Constitucional 48/2005, o Artigo 215 da Constituição Federal passa a incluir o parágrafo terceiro:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

- I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II – produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV – democratização do acesso aos bens de cultura;
- V – valorização da diversidade étnica regional.

Outro desdobramento refere-se ao decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC⁸⁸; que continua em processo de aderência pelos estados e municípios, sendo inclusive objeto temático de discussão das conferências preparatórias para a II CNC.

Considerado um modelo organizativo de relevância participativa entre a Sociedade Política, nas três instâncias de governo, e destes com a Sociedade Civil, na formulação e execução das políticas culturais, o SNC representa um significativo avanço no modelo administrativo de participação compartilhada, com adesão voluntária.

Art. 4o O SFC tem os seguintes objetivos:

I - incentivar parcerias no âmbito do setor público e com o setor privado, na área de gestão e promoção da cultura;

II - reunir, consolidar e disseminar dados dos órgãos e entidades dele integrantes em base de dados, a ser articulada, coordenada e difundida pelo Ministério da Cultura;

III - promover a transparência dos investimentos na área cultural;

IV - incentivar, integrar e coordenar a formação de redes e sistemas setoriais nas diversas áreas do fazer cultural;

V - estimular a implantação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura;

VI - promover a integração da cultura brasileira e das políticas públicas de cultura do Brasil, no âmbito da comunidade internacional, especialmente das comunidades latino-americanas e países de língua portuguesa; e

VII - promover a cultura em toda a sua amplitude, encontrando os meios para realizar o encontro dos conhecimentos e técnicas criativos, concorrendo para a valorização das atividades e profissões culturais e artísticas, e fomentando a cultura crítica e a liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural brasileiro e universal.

⁸⁸ Ver SOTO, 2010.

Mesmo reconhecendo o visível avanço promovido com a proposta de implementação do SNC, cabe ressaltar que este agrega as nuances da lógica contemporânea do mercado; como podemos observar no inciso I, que faz referência à Parceria Público-Privada (PPP) na tendência ideológica de minimização do Estado e maximização da iniciativa privada do mercado.

Permeados por avanços e limites, o PNC e o SNC inauguraram as discussões da I CNC e continuam sendo objeto de desenvolvimento e adesões por parte dos estados e municípios na II CNC. Além disso, uma linha de continuidade assegura a legitimidade e esforço organizativo em promover de fato o controle social no cenário conferencista.

Com isso, podemos observar que, transcorridos quase cinco anos, o MinC, ao promover a II CNC, em março de 2010, sob o tema “Cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento”, sob a gestão do ministro de Estado da Cultura João Luiz Silva Ferreira⁸⁹, seguindo a linha do seu antecessor, estabelece a continuidade das propostas anteriores, adensada pelo esforço de abrangência temática e pautada pelos seguintes objetivos propostos:

Art. 1º A II Conferência Nacional de Cultura terá os seguintes objetivos:

I - Discutir a cultura brasileira nos seus aspectos da memória, de produção simbólica, da gestão, da participação social e da plena cidadania;

II - Propor estratégias para o fortalecimento da cultura como centro dinâmico do desenvolvimento sustentável;

III - Promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

IV - Propor estratégias para universalizar o acesso dos brasileiros à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;

V - Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;

VI - Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, investidores e ativistas culturais;

VIII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura e do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;

IX - Propor estratégias para a implementação, acompanhamento e avaliação do Plano Nacional de Cultura e recomendar metodologias de participação, diretrizes e conceitos para subsidiar a elaboração dos Planos Municipais, Estaduais, Regionais e Setoriais de Cultura; e

⁸⁹ O ministro João Luiz Silva Ferreira, da coligação do PV, assumiu a pasta interinamente em 30 de julho de 2008.

X - Avaliar os resultados obtidos a partir da I Conferência Nacional de Cultura.

Os objetivos traçados para a discussão na II CNC revelam que a abrangência da discussão pretendida propõe estratégias para determinar a cultura como objeto de desenvolvimento, proporcionando uma maior visibilidade da área cultural, ainda que focalizada, a princípio, nas manifestações artísticas, ao passo que enfoca o discurso no viés da cidadania.

Entre as prioridades definidas pela II CNC, podemos citar a aprovação da PEC 416/2005, que institui o SNC; da PEC 150/2003, que designa recursos financeiros à Cultura com vinculação orçamentária; e da PEC 49/2007, que insere a Cultura no rol dos direitos sociais da Constituição Federal; além, é claro, da inclusão dos Programas Cultura Viva e Mais Cultura na Consolidação das Leis Sociais, e os PL que instituem a Lei Griô, o PNC e o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), também elencados.⁹⁰

Entretanto, as prioridades eleitas pelas conferências representam propostas encaminhadas ao legislativo, passíveis de aprovação, e que ainda precisam ser implementadas junto ao executivo, para que tais propostas sejam de fato consolidadas.

O cenário político ideológico em que se inscrevem as experiências das conferências de cultura – I e II CNC e respectivas estaduais e municipais – transcreve uma fase do processo de disputa de interesses nos sentidos que materializam a ideologia vigente com os devidos limites nos avanços propostos, na medida em que mantêm estável a divisão social.

De certo, a instrumentalização do mecanismo de controle social participativo concede destaque, embora tenha sido implementada de forma tardia, visto que nas demais áreas consideradas fundamentais a experiência de realização das conferências tenha ocorrido em período histórico bem anterior; fato compreensível pela própria história de formação da cultura enquanto política pública no Brasil.

De maneira preliminar, e considerando a complexidade que envolve o controle social exercido na questão cultural, podemos apontar o aspecto genérico de desenvolvimento do setor ocorrido entre a I e a II CNC. Para tal,

⁹⁰ <http://www.cultura.gov.br/cnpc/>

destacamos dois pontos importantes. Primeiramente, apontamos o esforço na delimitação de uma abordagem conceitual, através do desenvolvimento do sentido atribuído à palavra “cultura”, com a caracterização de três dimensões definidas como simbólica, cidadã e econômica, e que foram consolidadas no texto-base da II CNC; além do estabelecimento de uma compreensão ampla em três dimensões da palavra “cultura”. O segundo ponto corresponde ao desenvolvimento organizativo com a articulação propositiva das temáticas de discussões pelas conferências em nível municipal e estadual, que de forma geral tiveram a proposta de institucionalização do PNC e do SNC como eixos norteadores.

Esses dois pontos de destaque, que retratam o significativo avanço desenvolvido entre a I e a II conferência, mesmo que tardiamente, fortalecem os movimentos sociais e artísticos para a mobilização, tanto pela participação e controle social na gestão das políticas culturais em pauta no cenário conferencista como na concretização dos mesmos; além de ser um espaço privilegiado na disputa de interesses, com a tiragem de definição dos delegados, o que expressa a possibilidade de representatividade dos setores pela garantia das lutas específicas de determinado segmento.

Tipicamente ideológica, a fragmentação da questão cultural em segmentos das manifestações artísticas, do mesmo modo em que sugere o alcance político equânime, também desmonta o caráter unitário da luta cultural, configurando-se como um limite tênue que perpassa a questão da cultura na contemporaneidade.

Este desmonte da perspectiva unitária e de totalidade social na esfera da cultura interfere diretamente no desenvolvimento do controle social, uma vez que acompanha a nova configuração da Sociedade Civil, na defesa de interesses específicos em detrimento dos interesses coletivos no âmbito da cultura. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o controle social pode se constituir em mecanismos de consenso hegemônico em torno das políticas públicas, de acordo com as orientações neoliberais, também pode se configurar na interferência da gestão pública, orientando as ações políticas do Estado na direção dos interesses coletivos.

Assim, garantindo os espaços de controle social e participação política, a questão passa a ser da categoria passar a ocupar de fato este espaço democrático de discussão e deliberação, ao disputar ideologicamente os sentidos das orientações políticas na esfera cultural.

Portanto, enquanto caminho metodológico, será em meio à preparatória municipal da II CNC que a pesquisa dissertativa enfocará a discussão dos interesses em disputa sobre a participação da Sociedade Civil com a Sociedade Política nas políticas culturais do município de São Gonçalo. Para tal, no próximo item debruçaremos nossa análise na descrição crítica a que nos propomos.

3.2.1. A IV Conferência Municipal de Cultura em São Gonçalo

Como a pesquisa dissertativa objetiva colocar em discussão a questão cultural enquanto um processo de formação humana, considerando a intrínseca relação entre cultura e formação social que atua nesse processo, bem como sua implicação na elaboração das Políticas Públicas de Cultura em São Gonçalo, academicamente, foi preciso realizar um recorte de pesquisa que garanta a redução de abrangência temática ante o processo de produção do conhecimento dissertativo.

Sendo assim, delimitamos nossa pesquisa empírica a um espaço político de participação conjunta que congrega a Sociedade Política e a Sociedade Civil: a Conferência Municipal de Cultura. Este recorte no âmbito da conferência de cultura foi delimitado pelo fato de expressar os indícios das disputas de interesses que ocorrem na formulação das políticas culturais na cidade, além de ser um espaço que legitima a ação da Sociedade Civil na construção das políticas. Portanto, entender esses “bastidores” de uma conferência de cultura nos pareceu o caminho mais adequado para analisar a relação da questão cultural, bem como da formação social, na implementação das políticas culturais.

Nesse sentido, selecionamos a IV CMC/SG, realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores - UERJ/FFP, única universidade pública do município, nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2009. A IV CMC/SG foi convocada pelo poder público, através do Decreto de Convocação e Portaria do Regulamento nº 278, de 24 de setembro de 2009.

A comissão organizadora responsável pelo planejamento e cronograma da conferência municipal foi composta por 16 membros, entre Sociedade Civil e Sociedade Política, distribuída em quatro subcomissões⁹¹. De forma a orientar o debate e os encaminhamentos para a conferência nacional, os princípios norteadores correspondiam aos eixos temáticos selecionados para melhor promover as diretrizes das políticas culturais na etapa da II CNC.

Desse modo, no que se refere à organização, a conferência municipal foi estruturada a partir da constituição de mesas de debates, com palestrantes reconhecidos pelas contribuições no campo cultural, dispondo os elementos de fundamentação teórica do tema para subsidiar a reflexão e encaminhamentos de propostas plausíveis para a realidade da questão cultural local; além da integração das manifestações artísticas no decorrer dos três dias de evento.

A Conferência foi realizada na Faculdade de Formação de Professores – UERJ, Campus São Gonçalo com ampla adesão dos estudantes. Foram selecionados 40 monitores para auxiliarem nos trabalhos, como credenciamento, apoio de palco, etc.

Grupo de pernas de pau e malabaristas do Projeto Usina da Cultura receberam os participantes e convidados direcionando-os à mesa de credenciamento.

A abertura deu-se no primeiro dia à noite com a execução do Hino Nacional tocado pelo grupo Olodum, ritmo identificado mais “próximo” da nossa cultura com a intenção de exaltar a Cultura Popular Brasileira. Após a mesa, houve apresentação do coral da FFP-UERJ com a execução de peças de Bossa Nova, Chorinho e Samba.

No pátio, local conhecido como Espaço de convivência foi disposto 10 barracas para exposição de artesanato e materiais de instituições e Pontos de Cultura. Durante toda a Conferência a exposição esteve presente.

O saguão do auditório foi transformado em sala de exposição de Artes Visuais. Havia quadros, esculturas e fotos de atividades artísticas.

Após o café da manhã do segundo dia, deu-se a leitura do regimento. Durante o almoço roda de capoeira com deficientes auditivos da APADA/SG. Às 18 horas houve apresentação do projeto Tocando a vida, orquestra de Flautas do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos – ICEBEU, além da performance “O Milagre” com a atriz Suani Armond.

⁹¹ A saber: subcomissão de divulgação e mobilização; subcomissão temática e de sistematização; subcomissão de infra-estrutura e logística; e subcomissão de eleição do conselho municipal de cultura.

No último dia a primeira atividade foi uma projeção do Ponto de Cultura do PAS – Projeto Amo Salgueiro. No horário de almoço apresentação musical com Aida e Jorge, dupla de deficientes, ele cadeirante e ela deficiente visual. Para encerrar, fomos agraciados com a apresentação do projeto Porto do Samba. Esta Conferência contou com o apoio de três intérpretes de Libras... (Relatório Final da IV CMCSG)

Mesmo tendo ainda muito no que avançar em termos de organização do cenário conferencista, a IV CMC/SG se destacou sobremaneira em termos de execução dos trâmites de praxis deste instrumento para o controle social, principalmente se compararmos com as conferências anteriores. Realizadas respectivamente em 2005, 2006, e 2007, as três CMC/SG não tiveram o devido cuidado de preservação de documentos que poderiam transmitir a memória desses acontecimentos. Assim, as contribuições e os avanços do histórico conferencista gonçalense se restringiram, única e exclusivamente, à memória e interpretação dos seus participantes; fato que representou um limitador para o desenvolvimento da pesquisa dissertativa.

No estado do Rio de Janeiro, a IV CMC/SG encerrou o cronograma de realização das conferências municipais fluminenses, revelando-se como um importante potencial diferenciador, o fato de ter sido a conferência com o maior quantitativo de participante dentre as conferências preparatórias para a II CNC realizadas no estado do Rio de Janeiro⁹².

O quantitativo conferencista no município de São Gonçalo totalizou 915 inscrições, sendo 73 delegados da sociedade civil, 30 delegados do poder público, 530 observadores e 282 participantes da pré-conferência. Ainda fazendo referência aos números, foram eleitos 25 delegados, dentre eles 16 da sociedade civil e 09 do poder público, para representarem os interesses da questão cultural gonçalense junto à conferência estadual e desta para a nacional.

A quantidade expressiva de inscrições foi elemento de destaque sobre a IV CMC/SG, não somente em comparação com as conferências anteriores no município, como também em comparação às demais conferências no estado do Rio de Janeiro. Uma das hipóteses que justifica este elevado quantitativo de participantes recai, em parte, por ter sido realizada em uma universidade, local

⁹² Dados obtidos através do site da PMSG:
<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/noticiaCompleta.php?cod=2009&tipoNoticia=>

de grande movimentação de estudantes, o que contribuiu para adensar a porcentagem dos 530 observadores.

Mas isso não significou, por sua vez, uma intensa participação local na discussão da questão cultural. Não se trata de deslegitimar os 530 observadores - e cabe mencionar que, enquanto pesquisadora, fiz parte desta significativa parcela - ou considerar que os (e somente os) 103 delegados, dentre Sociedade Civil e Sociedade Política, representam a mobilização social em prol dos interesses coletivos na área cultural. No entanto, o quadro quantitativo não se configura enquanto instrumento fidedigno para expressar por si só a efetiva e eficaz participação social.

Participação efetiva, no âmbito do cenário conferencista, requer um envolvimento na construção, de forma direta ou indireta, das diretrizes para a formulação de políticas culturais, bem como acompanhar junto ao conselho a aplicabilidade das propostas pelo órgão executivo responsável, no caso pela SECULTUR. Entretanto, um número elevado de inscritos, por sua vez, pode não apresentar interesse contínuo ou compartilhar da mesma mobilização social e, conseqüentemente, não contribuir para o avanço político e para a materialização dos direitos sociais na esfera cultural.

A luta social e política não se resumem a, simplesmente, cooptar um número elevado de indivíduos para garantir o maior público possível ou, que seja para seguirem um determinado interesse. Mas compreende que a partir do rompimento da alienação que submete os sujeitos sociais à hegemonia, se possa promover uma consciência de mundo e de si mesmo que possibilite a mobilização social e efetiva participação dos mesmos a um interesse de ordem coletiva.

Nesse sentido, a área cultural no município de São Gonçalo ainda precisa avançar para alcançar essa plenitude participativa. Porém, cabe salientar, ainda, que não se trata de uma particularidade da cidade, e sim da complexidade contemporânea, que é reforçado pelo histórico sentido de ausência de pertencimento dos sujeitos gonçalenses em relação ao local.

Um importante sinalizador da contradição participativa no quadro quantitativo vislumbrado na conferência foi a ínfima continuidade de adesão deste mesmo público no trabalho intelectual de seguimento das propostas

projetadas em conferência, como a elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC), que contou com um público reduzido para pensar e discutir o que será realizado a longo prazo na política cultural gonçalense. Os desdobramentos da IV CMC/SG com a elaboração PMC serão sinalizados mais adiante.

Neste momento, entretanto, cabe descrever o segundo ponto de destaque desta conferência: a eleição dos membros do novo Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo (CMC).

O CMC em São Gonçalo foi criado pela Lei 001, em janeiro de 2005, e enquanto um órgão coletivo, de caráter consultivo, deliberativo, e de composição paritária, colabora na elaboração, execução e fiscalização da política cultural no âmbito municipal, tendo por base a democratização da gestão cultural com a intervenção da Sociedade Civil.

Após um período significativo de ausência na composição do CMC em São Gonçalo, a IV CMC/SG proporciona a eleição direta dos conselheiros e integra representantes da Sociedade Civil⁹³ e da Sociedade Política, sendo constituída pelos seguintes membros e suplentes⁹⁴:

Sociedade Civil - Ana Alice Ferreira Nunes (Escola de Música Nova Sinfonia); Romário Régis (ONG Terra Verde); Alexandre Martins (Sociedade das Artes e das Letras); Suplentes - Márcia Dória Pereira (Centro Espírita Egbe Ile); Maria Lucidia Tavares Cruz (SALVARTE); José Jerônimo Sobrinho (SINDSPEF-SG); Classe Artística - Paulo Alves da Costa (Artista Plástico); Angélica Maria Machado Crus (Coreógrafa); Suplentes - Mônica Machado de Oliveira Sá (Produtora Cultural); Jô Siqueira (Ator/Diretor);

Sociedade Política - Carlos Ney Ribeiro (Secretaria Municipal de Cultura e Turismo); Suplente Mariângela Valvieste; Marilyn Pires (Fundação de Artes São Gonçalo); Suplente Geisi Nara; Alexandre Sardinha (Gabinete da Prefeita); Suplente Paulo Tavares; Amanda Borde (Secretaria Municipal de Educação);

⁹³ A representação da sociedade civil pode incluir entidades representativas de produtores culturais, entidades estudantis, entidades sindicais de trabalhadores da área, empresários do setor, instituições com inserção em assuntos culturais, escolas, universidades e associações de moradores, entre outros.

⁹⁴ De acordo com o seu Regimento Interno esta formação foi modificada tendo sido substituído Romário Régis por Josias Freitas (na cadeira da ONG Terra Verde). Os senhores Paulo Tavares e Alexandre Sardinha (ainda sem indicação) e Amanda Borde por Cássio Leal.
Fonte: <http://pmculturasg.blogspot.com/p/conselho-municipal-de-cultura.html>

Suplente Léa Precioso; Cinthia Silva (Câmara Municipal de Vereadores);
Suplente Sylvania Nascimento.

Geralmente, no âmbito dos conselhos, o secretário encarregado pela pasta da cultura no governo municipal deve compor o CMC, sendo, preferencialmente, o presidente, como se seguiu no caso gonçalense. E como podemos observar, a representação da Sociedade Política tem garantidas as cadeiras de funcionários que atuam na área da cultura e da educação, embora, esta última não venha ocupando o espaço reservado no CMC; e a presença de representante do Legislativo Municipal para aumentar a legitimidade do conselho e atuar como um facilitador de articulação com a Câmara dos Vereadores. A representação dos equipamentos/manifestações locais de cultura, como é recomendável, contribui para a agilidade da execução das decisões e pela facilidade de acesso às informações originadas a partir da experiência cultural daqueles que têm contato direto com o público e os demais agentes envolvidos na política cultural.

Apesar do CMC não se caracterizar como objeto de análise para esta pesquisa, consideramos pertinente assinalar, como forma de desdobramento da IV CMC/SG, que uma das ações iniciais do CMC refere-se à criação de “Câmaras Técnicas”, de caráter permanente, para possibilitar uma descentralização na abordagem temática da cultura, tendo as seguintes competências, conforme Regimento Interno do CMC:

- I. Promover a instauração dos processos que lhes forem distribuídos;
- II. Cumprir diligências solicitadas pelas demais instâncias do Conselho;
- III. Exarar Parecer ou apresentar relatórios sobre matéria de sua área;
- IV. Desenvolver estudos, pesquisas, informes e levantamentos, inclusive com atividade externa, destinados ao uso do Conselho;
- V. Responder às consultas encaminhadas pelo Presidente, pelas Câmaras, pelas Comissões Especiais ou pelos Conselheiros.⁹⁵

A distribuição das “Câmaras Técnicas” sob responsabilidade de cada conselheiro segue explicitada abaixo:

⁹⁵ Reg. Interno do CMC, Tit. II, Cap. III

<u>Câmara Técnica</u>	<u>Coordenador</u>	<u>Secretário</u>
Musica	Ana Alice	Josias
Artesanato	Lucidia	Monica Sá
Artes Cênicas	Jó Siqueira	Angélica
Dança	Angélica	Geisi
Patrimônio Histórico e Museologia	Carlos Ney	Alexandre Martins
Literatura e Bibliotecas	Josias	Paulo Alves
Matriz Africana e Culturas Populares	Márcia	Marilyn
Artes Visuais	Paulo Alves	Jó Siqueira
Culturas Urbanas	Cinthia Silva	Marilyn
Audiovisual	Alexandre Martins	Ana Alice

A gente (conselho de cultura) já montou algumas câmaras técnicas, a gente tá terminando de montar as câmaras e dessas câmaras a gente vai fazer as discussões para fazer o plano municipal... falta só publicar as atas, nenhuma das nossas reuniões as atas foram publicadas ainda⁹⁶.

A partir de tais “Câmaras Técnicas”, foram organizadas as discussões junto aos órgãos do executivo, sendo abertas à participação da população, para elaboração do PMC.

A construção do PMC foi coordenada pela Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR), em parceria com a Sociedade Civil, o Conselho Municipal de Cultura (CMC), a Secretaria Estadual de Cultura (SEC), os órgãos de cultura, agentes culturais e o Ministério da Cultura (MinC).

O debate de construção do PMC iniciou com a I CNC (art. 1º, inciso III), sendo ratificado e incentivado na II CNC (art. 1º, inciso IX), o que contribuiu para determinar a proposta de discussão na IV CMC/SG e no calendário de elaboração do PMC realizado na pós-conferência, objetivando sintetizar as demandas culturais da cidade.

O PMC trata-se de um instrumento de planejamento das políticas públicas para o setor cultural no município de São Gonçalo, de longo prazo e com caráter decenal, e que segue o eixo norteador do PNC e do PEC que estão sendo implementados em consonância, inclusive cronológica.

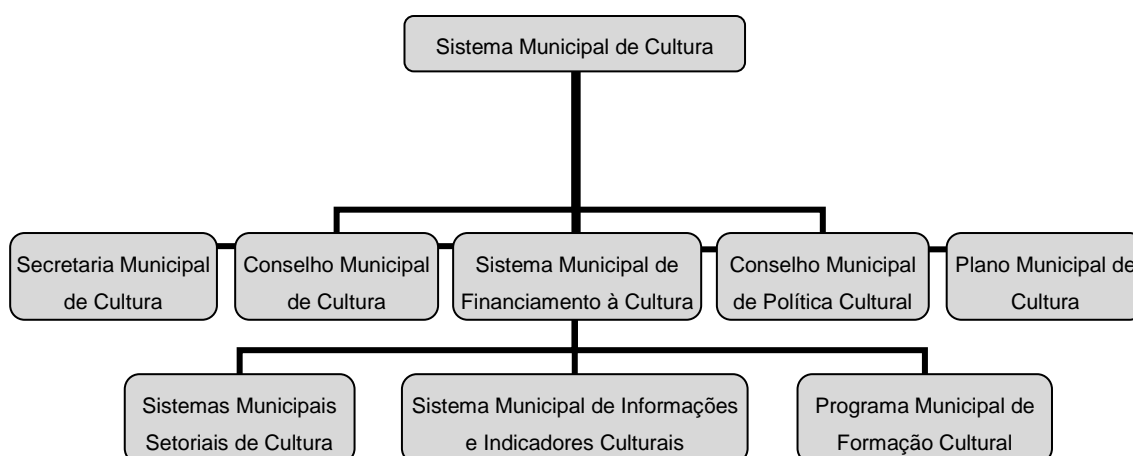
Ante à metodologia utilizada para a construção do PMC, foi realizada uma divisão em grupos temáticos (GT), sendo distribuída pelo cronograma nos cinco distritos:

⁹⁶ Fala Transcrita da entrevista em 30 de julho de 2010, com Cinthia Silva (Câmara dos Vereadores)

DATA	SETOR	DISTRITO	LOCAL	HORA
27/10	Música / Dança / Cultura Popular	1º	Lona Cultural Mauro Braga (Estrela do Norte)	18 horas
03/11	Circo / Teatro / Artes Visuais/ Artesanato	4º	Teatro Carequinha (Neves)	18 horas
10/11	Patrimônio e Museologia / Literatura e Bibliotecas / Étnicos e Matrizes Africanas	3º	Lona Cultural Lídia Maria (Jardim Catarina)	18 horas
17/11	Artes Digitais / Audiovisual	5º	Desvio da Dona Zizinha (Santa Catarina)	18 horas
24/11	Mov. Sociais / Comunicação/ Soc. Civil	2º	CISC (Tribobó)	18 horas
10/12	Academia	4º	UERJ/FFP	17 horas
11/12	Fórum Municipal	4º	UERJ/FFP	8 às 17h

Após os encontros dos GTs (27/10; 03/11; 10/11; 17/11; 24/11; e 10/12/2010) que tiveram a tarefa de discutir as necessidades dos equipamentos e manifestações culturais de cada segmento e elaborar propostas, estas foram encaminhadas para aprovação no Fórum Permanente de Cultura (FPC) em São Gonçalo, que ocorreu no dia 11 de dezembro de 2010, na Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP). A perspectiva será finalizar o texto do PNC na V CMC/SG, prevista para este primeiro semestre de 2011, para que assim possa ser encaminhado à aprovação no poder legislativo.

Diante do exposto, podemos considerar que a IV CMC/SG representou o marco inicial tantos em termos de organização, se comparada às conferências anteriores, como para a implantação do SMC, sendo que a Lei que regulamenta o SNC dispõe que os SMCs tenham no mínimo cinco dos componentes explicitados abaixo:



No caso gonçalense, em específico, os itens que integrarão o SMC correspondem ao Art. 1º da minuta de Projeto de Lei (PL) que instituirá o SMC em São Gonçalo:

- § 1º – Constituem-se instrumentos institucionais do Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo:
- I. Fundação de Artes de São Gonçalo;
 - II. Conselho Municipal de Cultura;
 - III. Plano Municipal de Cultura;
 - IV. Fundo Municipal de Cultura;
 - V. Núcleo Municipal de Informações e Indicadores Culturais;

Desse modo, a IV CMC/SG ensejou, no âmbito municipal, um conjunto de discussões e ações propostas pela esfera Nacional desde a I CNC, dando seguimento nas conferências municipais preparatórias para (e a própria) II CNC, com perspectivas de continuidade nas preparatórias para (e inclusive) a III CNC.

Como o controle social é um instrumento utilizado pelo Estado em relação à sociedade e da sociedade em relação às ações do Estado, a participação direta do MinC no cenário local, através de seus representantes, materializa, no espaço conferencista, essa relação dos interesses em disputa pelo controle social na gestão das políticas públicas de cultura.

A conferência enquanto mecanismo de controle social pode permitir que a Sociedade Civil possa apresentar propostas para a construção da política pública e, por ser uma arena que congrega as discussões políticas, está suscetível à defesa de interesses individuais ou corporativistas (segmentadas) em detrimento dos interesses coletivos na luta pela hegemonia.

Sendo assim, é imprescindível considerar esta nova conjuntura em que a Sociedade Civil se insere nas relações sociais que condicionam a forma da participação social, disputando os interesses coletivos e/ou individuais, na construção de políticas públicas.

3.2.2. A participação da sociedade civil na construção política da área cultural gonçalense

Como já foi assinalado anteriormente, a Carta Constitucional vigente representou um marco jurídico para atuação democrática e participativa com o estabelecimento dos mecanismos de controle social e participação popular no processo de formulação e avaliação das políticas públicas, na gestão de sua implementação, operação e na fiscalização de sua execução.

Nesse contexto do processo de redemocratização brasileira, a esfera municipal, em especial, se reveste de uma considerada “autonomia” política, através da elaboração de uma Lei Orgânica e demais legislações municipais. Na Lei Orgânica, em específico, o município descreve precisamente sua competência privativa para legislar sobre os assuntos de “interesse local”, definir suas políticas e alocar os recursos públicos.

Apesar do aumento de sua capacidade financeira, a participação dos municípios na receita tributária global não supera os 18 ou 20%. No entanto, eles assumem vários encargos e responsabilidades das outras esferas, o que os obriga a negociar recursos nos diversos programas federais ou estaduais. Com uma frágil base econômica, ao lado da ineficiência administrativa, os recursos próprios na maioria dos municípios não vão além dos 5% do total da receita. Dessa forma, a autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais é mínima (TEIXEIRA, 2002, p.6)

A administração municipal recebe os impactos da política econômica neoliberal, que através de um processo de descentralização desordenada, repassa encargos políticos sem recursos necessários, ou que são utilizados para fortalecer a esfera privada e em subvenções sociais de entidades, transferindo com isso, para a Sociedade Civil, por meio do discurso da solidariedade, a responsabilidade de execução daquilo que deveria ser matéria de Política Pública (TEIXEIRA, 2002); algo que ocorre em função das transformações na relação entre o Estado e a Sociedade Civil.

Complexas transformações ensejadas, principalmente, nas últimas décadas do século XX condicionaram a conjuntura contemporânea e modificaram o modo de produção capitalista, implicando diretamente não somente na esfera material como no processo social a partir do “espectro do fim da história e das ideologias, no desaparecimento dos grandes sujeitos sociais, na ênfase exacerbada em comportamentos individualistas, fundamentalistas e nacionalistas” (SIMIONATTO, 2003, p.275). Assim, embalados pelo desmonte da esfera pública, em detrimento do avanço das

relações de mercado, a Sociedade Civil passa a adensar as ações paliativas (mais do que uma alternativa estratégica) no campo de atuação do Estado.

O que está faltando é uma reflexão sistemática e cuidadosa sobre o modo pelo qual a globalização transformou os parâmetros fundamentais da sociedade civil e como essas mudanças afetam o impacto potencial da sociedade civil nas estruturas nacionais, regionais e transnacionais. Sem uma reflexão meticulosa, não temos condições de perceber o que é novo e o que é possível, e corremos o risco de sobrecarregar o conceito de sociedade civil com funções reguladoras e democratizantes que provavelmente não pode realizar (COHEN, 2003, p.422).

Como observa Pinheiro (1994), “para compreender os percursos recentes e os presentes impasses, é essencial que voltemos ao debate sobre a sociedade civil, um dos conceitos mais citados e, ao mesmo tempo, mais obscuros na teoria política contemporânea” (p.06). Essa obscuridade é inerente à disputa de sentidos que permeia a palavra “Sociedade Civil” que até o século XIX era considerada, com suas diferenças analíticas, pelos intelectuais orgânicos da esquerda, como o principal potencial para a transformação social, passando a aderir, no século XX, os signos da ideologia neoliberal com as experiências desenvolvidas por ONGs e OSCIPs.

A participação popular deixou de representar a resistência e reivindicação social para assumir o espaço cedido pelo Estado, sob o pretexto de assegurar que os direitos sociais cabem à Sociedade Civil, em uma idéia ilusória de maior democratização social e política. Instaura-se, assim, um terreno movediço impetrado pela ideologia neoliberal, complexificando a conjuntura contemporânea, na medida em que retira da cena social e política o potencial de insurgência da classe trabalhadora.

Assim, instrumentalizar o sentido ideológico de Sociedade Civil como arena de luta pela hegemonia e contra-hegemonia, ante à complexidade do processo contemporâneo com sua aparência política contraditória, requer o que Gramsci denominou como “guerra de posição”⁹⁷.

⁹⁷ “O conceito de “guerra de posição” faz parte da teoria da hegemonia e responde à exigência de definição das características históricas novas da luta política no mundo depois da Grande Guerra e da Revolução de Outubro... A passagem na qual o conceito de “guerra de posição sob o terreno político” é formulado da maneira mais expressiva faz referência – da mesma forma quando Gramsci enuncia a concepção de hegemonia – à disputa que havia contraposto Lênin (tática da “frente única”) a Trotski (teoria da “revolução permanente”) a respeito dos modos de se desenvolver a luta revolucionária depois do “grande ato metafísico” de Outubro”. Fonte:

<http://www.franca.unesp.br/GUERRA%20DE%20MOVIMENTO.pdf>

Entretanto, revela-se fundamental colocarmos a extrema dificuldade de promoção da contra-hegemonia ante as mutações ocorridas ao longo do processo histórico que permitiu a Gramsci formular tais análises compiladas nas “Cartas” e “Cadernos do Cárcere”, bem como em suas obras anteriores, até a contemporaneidade do capitalismo globalizado. Nesse caso, não podemos negar a atualidade do pensamento gramsciano; em contrapartida, também não podemos simplesmente acreditar que tais escritos desenvolvidos em um contexto específico sejam moldados a qualquer momento histórico, como formatos estáticos e imutáveis. Pelo contrário, reconhecer a atualidade das formulações de Gramsci é imprescindível para compreender as transformações que estão em curso e realizar as mutações necessárias de resistência e luta.

Em meio à dinâmica que rege as relações sociais - principalmente no que tange o Estado “restrito” e a Sociedade Civil - ao longo do processo histórico, as expressões observadas nos “bastidores” da IV CMC/SG sinalizam a dinâmica em curso e o embate de forças, o que não quer dizer que a Sociedade Civil gonçalense incorpore os indícios de uma contra-hegemonia. O que se coloca é que, mesmo distante de representar a contra-hegemonia, essa nova formulação de Sociedade Civil, configurada pela ideologia neoliberal, se apresenta na dinamicidade das relações em disputa de interesses, muitas vezes individuais e/ou segmentados nos grupos, e principalmente na premente/constante tentativa de se adaptar as transformações impostas.

A sociedade civil tem dificuldade de se organizar, então quando ela não vai organizada, por mais que a proposta seja boa, que ela vai colocar, não vai passar, justamente porque ela não faz parte de nenhum grupo forte, não faz parte de um grupo grande que consiga aprovar essas propostas, e aí os conflitos que são colocados são os conflitos de grupo...⁹⁸

Nesse momento da fala do nosso entrevistado, com relação à atuação da Sociedade Civil no cenário conferencista em São Gonçalo, podemos observar, em primeira instância, a desmobilização da Sociedade Civil na formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas, ou mesmo na prática política. Isso sem falar da extrema importância de formação dos grupos e conseqüente pertencimento a um determinado segmento.

⁹⁸ Fala transcrita da entrevista realizada em 02 de junho de 2010 com Romario Regis (COMCULTURA)

Continuando a fala do entrevistado...

Eu, por exemplo, tenho uma política bem clara em relação à cultura, porque justamente tenho acúmulo partidário, tenho acúmulo de sociedade, tenho acúmulo de uma produção que fiz parte, e aí se você pegar um outro militante, ou uma outra pessoa de outro grupo político, a outra pessoa também vai ter bem claro uma posição em relação àquilo, certamente eu não vou ceder pra ele e ele pra mim, justamente porque a gente faz parte de grupos diferentes. Então acho que os conflitos estão aí, acho que certamente 80%, 70%, das pessoas que hoje tem na política pública na cultura são pessoas relacionadas a algum partido, de algum grupo organizado, e que dessa forma você já vai aliciado pra discutir, então certamente todos esses conflitos são apresentados na hora que você vai discutir. Você não cede, o outro não cede, e saímos dali sempre rachados, isso inclusive atrapalha. Se a minha proposta não for aceita, eu me afasto e não vou auxiliar para que aquilo aconteça, esse é o principal conflito que ocorre nessas reuniões. É bem democrático, mas o problema mesmo é o posicionamento dos grupos organizados mesmo. A culpa não é da conferência, toda conferência é muito boa, o problema são os grupos que vão para conferência já pré-dispostos a defender suas teses e nunca abrir mão delas. E a IV Conferência não foi diferente disso. Inclusive, SG foi uma das mais acirradas nesse ponto, porque em toda a cidade do RJ, a maioria das cidades, tiveram avanços muito mais claros e significativos em relação à política pública, e aqui em SG tem muita dificuldade...⁹⁹

Esta complementação da fala anterior deixa claro que, mesmo considerando que só é possível que a Sociedade Civil se manifeste por meio da vinculação a grupos políticos (não necessariamente partidários), destaca sua implicação na estagnação dos movimentos sociais e das possíveis conquistas para a sociedade.

A proposta de construção do Teatro Municipal, por exemplo, é bastante pertinente para expressar a lógica da disputa realizada no município de São Gonçalo. A presença marcante da lógica neoliberal é identificada na fala quando o entrevistado relata a perspectiva individualizante que rege as relações e que se reflete na arena política, de modo considerável. Um bem coletivo, materializado por um equipamento cultural, é condicionado ao âmbito privado como se representasse apenas uma figura do poder político, deslocada das relações e interesses sociais.

...O teatro municipal, por exemplo, era projeto da Alice Tamborindeg que era Secretária de cultura na época, projeto foi escrito, encaminhado pro governo federal, só que tava cheio de falhas, não teve como aprovar o projeto, e há pouco tempo conseguiu aprovar o projeto, sendo que a prefeitura de SG não conseguiu o terreno, que era ali em Neves, sendo que algumas avaliações que se pode ter do teatro municipal é que ou a secretária não quer construir para não dar a banca de que foi o governo federal que soltou o recurso, ou é incompetência, eu pessoalmente acho que é um pouco dos dois, incompetência por não conseguir regularizar um terreno e em relação à política mesmo de você não querer dar palanque pra outro candidato, outro governo. Enfim, acho que é essa a relação política partidária na cultura...

⁹⁹ Fala transcrita da entrevista realizada em 02 de junho de 2010 com Romario Regis (COMCULTURA)

... Por exemplo, o teatro municipal, eu acho que todo mundo do município quer, sendo que quem vai levar, quem vai ser o cara que vai lá construir o teatro municipal, acho que esse que é o problema, as pessoas não tão se importando que o teatro vai estar lá, que vai ficar pra SG durante anos, o problema é quem vai ser o que vai cortar a faixa e inaugurar o teatro, é esse o tipo de problema que temos na cidade.¹⁰⁰

A construção do Teatro Municipal em São Gonçalo continua no cerne da polêmica, e sem a devida reivindicação, continua de um lado a espreitar a (des)esperança dos trabalhadores de cultura, e de outro, a plataforma política dos candidatos às eleições municipais; além de expressar como as direções políticas atuam para (e através da) ausência de políticas. Com isso, até o momento da produção dissertativa, com esta polêmica que cerca a construção do Teatro Municipal, constatamos menos 01 (um) equipamento cultural na cidade.

Questionado sobre os interesses que regem a participação da Sociedade Civil, o entrevistado realiza uma distinção com relação à participação no cenário conferencista, atribuindo destaque aos grupos organizados em detrimento da população gonçalense de modo geral.

Certamente o músico de Santa Catarina, que vive da música e que gosta muito da cultura, não vai querer entrar no conflito de perder seu dia, seu sábado e seu domingo pra vir para a conferência, para escutar o que ele já escuta durante 100 anos na sua vida, pra não resolver nada, entre aspas, não vai afetar nada diretamente a sua vida, óbvio que tem coisas que modificam sim, mas é um dos tipos de cultura. Esse músico não vai querer vir aqui pra discutir algo que não vai mudar a vida dele a curto prazo, tem essa relação também... as pessoas que disputam de fato a conferência pertencem a algum grupo organizado, seja ele partido político, ou de organização, e muitas vezes na organização tem relação partidária com algum grupo, e as pessoas que não têm essa relação não vão disputar, a dona Maria que tava fazendo comida em casa, não vai querer vir para a conferência pra tomar pancada desses grupos, e saber que não vai conseguir armar seu espaço, porque não tem formação de um grupo e a articulação dela é diferente..., sendo que dona Maria não tá preocupada com isso, ela tá querendo ir pra casa pra fazer seu bolo e pensa: dane-se as relações que foram quebradas, eu quero é que melhore a cidade. Então isso prejudica mesmo, a maioria é partidária, agora não é ser contra as pessoas que são ligadas a partido, tem uma grande parte, a maioria não é ligada a partido, mas não disputa, reconhece, mas não se sente parte.¹⁰¹

Situamos, entretanto, que conforme exposto, a Sociedade Civil, na perspectiva gramsciana, ao ser considerada como integrante do Estado, caracterizado como “Ampliado”, seria formada, exatamente, pelas organizações responsáveis tanto pela formulação quanto pela difusão das

¹⁰⁰ Fala transcrita da entrevista realizada em 02 de junho de 2010 com Romario Regis (COMCULTURA)

¹⁰¹ Fala transcrita da entrevista realizada em 02 de junho de 2010 com Romario Regis (COMCULTURA)

ideologias (englobando sistema escolar, igrejas, partidos políticos, organizações profissionais, organizações culturais, dentre outros organismos sociais). Nesse sentido, para que o indivíduo integre os organismos sociais é preciso considerar o caráter público propositivo nas relações.

As transformações advindas da nova relação entre Sociedade Civil e Estado “restrito”, a partir da perspectiva neoliberal, sugere que, além da proliferação das ONGs ou OSCIPs, o princípio da solidariedade é atribuído ao indivíduo privado como categoria fundante da sociedade, desmantelando o caráter público de ente coletivo dos organismos que compõem a nova configuração de Sociedade Civil.

Dessa forma, a “Dona Maria” (exemplificada na fala do entrevistado) não materializa a figura social da Sociedade Civil gramsciana, na medida em que não representa os “aparelhos privados de hegemonia” em seu caráter público de reprodução das idéias necessárias à manutenção da estabilidade por meio da concessão. Na perspectiva neoliberal, Dona Maria compõe o indivíduo privado dessa nova configuração de Sociedade Civil, do mesmo modo que a responsabiliza pela desmobilização social, também estabelece condições para que a população adense esta desmobilização.

Eu acho que a sociedade civil, eu não posso fazer uma fala isolada da presença da sociedade civil de São Gonçalo na área de cultura sem considerar o que se dá no resto do país, no resto do estado, essa conferência se a gente tá falando de conferência, ela tinha uma matemática que privilegiava a sociedade civil, a maior parte, o maior número de delegados seria proveniente da sociedade civil, pra você ter uma idéia no final da conferência nós não tivemos nem que eleger, não teve brigas para eleger delegados, porque tinha vagas suficientes pros interessados que se apresentaram da sociedade civil, tinha um número de vagas que era quase que inferior ao número de interessados para ocupar essas vagas, aquilo pra mim foi um sinal muito claro, eu acompanhei várias conferências e eu via que tinha cidades se matando com duas vagas e tinha vinte candidatos, aqui foi um número que não chegou a gerar brigas, tragédias; esse retrato em especial da ocupação dessa vagas da sociedade civil, porque lá no poder público teve brigas, tinha uma porção de gente para ocupar as poucas vagas que eram em menor número, eu acho que retrata de certa forma, não só simbolicamente, como que na nossa cidade a sociedade civil tem operado pouco, ou digamos com uma certa nulidade, nos assuntos da cultura, o próprio conselho de cultura, tantas vezes que ele parou, que ele enterrou, que ele não foi a frente, era justamente porque a sociedade civil não ocupava como devia as suas cadeiras (...)e num comparativo dessas conferências que eu participai no ano passado, que foram muitas, que o nosso material humano presente na sociedade civil ainda é muito omissivo, é muito calmo, digamos assim.¹⁰²

¹⁰² Fala transcrita da entrevista realizada em 14 de maio de 2010, com Cleisemary Campos da Costa (COMCULTURA)

Assim como foi unanimidade para os entrevistados, reconhecemos a Sociedade Civil gonçalense como sendo, nas palavras de Gramsci, “primitiva e gelatinosa” (quando faz uma distinção entre Oriente e Ocidente e assim caracteriza a Sociedade Civil no Oriente), por não representar a resistência efetiva.

Uma indagação necessária seria: a que se deve a desmobilização da Sociedade Civil gonçalense, para não se colocar enquanto uma resistência à hegemonia?

Exatamente, porque a gente não tem formação política. Essa coisa de você exercitar a democracia na escola, grêmios, são poucas as escolas que incentivam isso. Na secretaria até que se tentou ir nas escolas, criou associação dos pais e alunos, tentou criar grêmios, não sei se ele conseguiu deixar a semente, se germinou, ele foi de escola em escola, tentando mobilizar, e fazer com que as pessoas exercitassem a sua cidadania e tal, porque ele tem essas viagens assim, mas muito fundamentada porque ele percebe isso também, quando você vai discutir orçamento quem tá lá dentro da câmara? São os próprios políticos, os vereadores, quase a portas fechadas, porque a população além de ter que sobreviver e não tem condição de estar lá às 03h da tarde pra discutir orçamento, ai eles fazem tudo por debaixo dos panos, aprovam o que querem, como querem, porque a sociedade não consegue se organizar a ponto de estar lá. Isso é uma briga que a gente tá travando, até o fórum faz um trabalho educativo nesse sentido. Mas a gente tem que fazer com que a sociedade civil, desmistificar essa coisa de que orçamento, dinheiro, essas siglas que aterrorizam, assustam (PPA, LDO). Então, é preciso desvendar essas coisas para as pessoas, esses termos, conceitos, uns com mais dificuldades que os outros, mas vão alcançar e vão apropriar do seu direito de ir lá e participar disso, do orçamento participativo. Isso é uma coisa que a gente até já avançou, porque SG já tem orçamento participativo, já abriu para isso, só que o povo não participa porque não tem essa cultura de participar politicamente. Muito conformista: tá ruim, mas vai melhorar como Deus quer.¹⁰³

O conformismo de que se reveste a população gonçalense, a nova configuração de Sociedade Civil, está pautado no conjunto de ajustes promovidos pelo atual estágio do capitalismo globalizado, exatamente para garantir a desmobilização social, minando qualquer tentativa de resistência, uma vez que a ocorrência de resistência é combatida com a falácia do discurso neoliberal.

Ainda fazendo referência à distinção entre a Sociedade Civil oriental e a Sociedade Civil ocidental, realizada por Gramsci, ao relatar o exemplo da Rússia, podemos observar que a disputa não ocorre somente em relação à Sociedade Civil com o Estado “restrito”, mas principalmente no interior do próprio Estado “restrito” e no interior da própria Sociedade Civil.

¹⁰³ Fala transcrita da entrevista realizada em 24 de junho de 2010, com Mônica Sá (ICBEU/CMC).

Sendo assim, a Sociedade Civil não se trata, simplesmente, de um lócus utópico de uma contra-hegemonia, como uma esfera coesa, estável. Pelo contrário: mutável, dinâmica e permeada por disputas, embates e tensões que permitem o movimento das relações. E, principalmente, não podemos reduzir a complexidade e dialética da sociedade tal qual uma “receita de bolo”: colocar no espaço público, um pouco de educação e cultura, peneirar bem e desprezar as alienações, depois bater tudo com consciência de classe e está pronta a Sociedade Civil para estabelecer a contra-hegemonia.

“Receitas” à parte, a sociedade, permeada por disputa de interesses e por ideologias (sem a ilusão do fim), continua sua trajetória histórica, em movimento, com as tensões refletidas nas relações sociais. E a Sociedade Civil, por ora, nos parece estar (remediavelmente) impregnada pela perspectiva neoliberal, tal qual nos apontou os entrevistados.

3.3. A cultura como formação humana: possibilidades e limites para a cidade de São Gonçalo

Com a finalidade de apresentarmos o item de fechamento (assumidamente provisório) desta produção dissertativa, cabe ponderar que o objetivo acadêmico e político do trabalho dissertativo está em contribuir para o debate sobre a questão cultural, a partir de uma determinada vertente teórica, o materialismo dialético de Antônio Gramsci. E com o recorte direcionado à cidade de São Gonçalo, tencionamos realizar um movimento dialógico entre o universal e o particular, a “essência” da “aparência”, de maneira que possamos refletir e, com isso, avançar rumo à tão almejada transformação sócio-cultural da/na cidade. Todavia, neste trabalho, nos limitamos ao exercício de pensar a questão cultural e socializar o que a pesquisa nos proporcionou produzir.

Sendo assim, ao longo da dissertação foi desenvolvido um desencadeamento de análises que nos permite fundamentar a abordagem de que a questão cultural, mesmo sendo caracterizada enquanto manifestação artística e/ou equipamento cultural, representa a formação humana de uma

determinada sociedade que a produz e reproduz em forma de política pública¹⁰⁴. Em contrapartida, nos instiga a questionar que, mesmo considerando a representação da área cultural enquanto pasta específica no organograma político, ainda legitimamos a cultura neoliberal.

Para muitos estudiosos, só há mudanças no conteúdo e na metodologia das políticas públicas a partir de uma mudança na composição do poder político. É certo que mudanças mais substantivas só podem de fato se materializar quando efetivamente ocorre a ruptura da hegemonia. Entretanto, como já sinalizava Gramsci ante à construção do moderno Estado italiano, ao contrário da ruptura através de uma revolução de caráter jacobino, o processo histórico exige estratégias identificadas na categoria que foi denominada de “Revolução Passiva”¹⁰⁵, através da formação de uma nova consciência que contribua para determinar a efetiva e eficaz contra-hegemonia.

De maneira mais precisa, ao abordar as mudanças na atual conjuntura, nos deparamos com a possibilidade cada vez mais ínfima de realização das mudanças sociais por meio da Revolução de caráter jacobino. Não se trata, contudo, de enquadrar a categoria de “Revolução Passiva” na atual conjuntura, mesmo porque poderia ser considerado como um “derrotismo histórico”, na medida em que novos elementos estão sempre em tensão na constituição da conjuntura social, política e econômica. Porém, a partir de uma compreensão interpretativa do seu significado no determinado momento histórico em que foi formulado, cabe avançar e promover as devidas ampliações e adaptações em relação aos processos sociais contemporâneos.

É preciso compreender que a nossa formação humana corresponde ao presente estágio do capitalismo globalizado, na medida em que reproduzimos a ideologia correspondente, mesmo quando não visualizamos tal reprodução no nosso cotidiano em específico.

A mundialização vem se revelando um processo contraditório, desigual e assimétrico, intensificado pela revolução tecnológica, sobretudo com a

¹⁰⁴ Até a atual proliferação de políticas privatistas são expressões do recuo das políticas públicas com a minimização do Estado no novo estágio de superação de crise e fortalecimento do sistema capitalista.

¹⁰⁵ Conforme análise realizada por Segatto (2002), a categoria de “Revolução Passiva” já havia sido empregada pelo historiador Vincenzo Cuoco, no final do século XVIII, sendo retomada e desenvolvida por Gramsci, que utiliza o termo para descrever o processo do Risorgimento italiano, no século XIX, e demais formações sociais.

horizontalização das empresas e sua ligação pela rede de informática; e pelo neoliberalismo, cuja essência é o afastamento dos obstáculos à circulação do fluxo de mercadorias e dinheiro. No entanto, ela está longe de promover uma homogeneização do espaço econômico, reafirmando a idéia de um desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, cuja maior expressão são as tendências recorrentes de crise do mercado financeiro, que atingem de forma diferenciada os países, segundo as características de sua inserção no mercado mundial. (BEHRING, 2001, p.112)

Esse processo de mundialização do atual estágio capitalista embute transformações não só sobre as relações no mundo do trabalho, na economia, na esfera produtiva material, como, principalmente, na reprodução social, redefinindo a correlação de forças dos respectivos projetos societários entre as classes sociais. (BEHRING, 2001; SIMIONATTO, 2003)

E como não poderia ser diferente, a cidade de São Gonçalo acompanha as transformações do processo histórico/ideológico, que adensado pelas particularidades de formação e desenvolvimento da cidade, embutiram aspectos que externalizam e internalizam a desigualdade social presente no solo gonçalense. Externalizam a partir da visível situação econômica desfavorável e das manifestações das refrações da questão social, que permitem uma associação automática de São Gonçalo a uma “cidade subdesenvolvida” (ou “em desenvolvimento”, pela nova categoria); internalizam, quando a população incorpora e reproduz tais sentidos segregacionistas.

Eu acho que é essa construção de sempre, eu acho que tem a ver com o conceito de cidadania, e aí não posso restringir à cultura, e tenho que ampliar isso pra falta mesmo de viver um conceito de cidadão, eu acho que o artista como outras pessoas de São Gonçalo, e aí eu vou trazer a fala bem pra São Gonçalo, eles têm – nós, na verdade - vivemos um não conceito da nossa condição de cidadão, a gente não aprendeu ainda a ter direito, aquela lógica ainda muito primária do direito a ter direitos, pela própria história de São Gonçalo, essa condição de dependência de Niterói, aquela história antiga de ser cidade dormitório, cidade dos passantes, a cidade que não tem nada que nos interessa, a cidade feia, acho que tem a ver com a falta de conhecimento da própria história, aí tem que sair do âmbito da cultura, ainda que seja uma questão tremendamente cultural. Aliás quando a gente fala de memória, de história, a gente tá falando de cultura; a gente não tem na cidade um histórico, um cenário, um contexto cultural, anterior que hoje garanta a presença de pessoas que possam se posicionar, se colocar, exigir, propor, nós não temos atores que protagonizam essa e aquela cena, essa e aquela fala, e isso é resultado de uma ação anterior (...)¹⁰⁶

De certo, a entrevistada apresenta os elementos centrais para apontarmos a relação da conjuntura ideológica com o histórico gonçalense. O

¹⁰⁶ Fala transcrita da entrevista realizada em 14 de maio de 2010, com Cleisemary Campos da Costa (COMCULTURA)

fato é que os elementos ideológicos, que caracterizam o conformismo e a ausência de identificação e pertencimento, na figura da classe social, marcado na trajetória sócio-histórica da cidade, condicionam uma ausência de resistência social e reivindicações. Intensificando, além da formação de uma Sociedade Civil sob a perspectiva neoliberal, uma cultura (no sentido gramsciano) de reprodução hegemônica que, conseqüentemente, interfere na formulação de políticas públicas de cultura.

(...) a cultura nunca foi pauta importante, nunca foi prioridade, nunca se estabeleceu pra ela nenhum patamar de destaque, e aí você vai estimulando o desestímulo, e as pessoas não vão se sentindo prestigiadas ou capazes de formular, de atuar. O problema dessa omissão, ou pouca participação, da sociedade civil tá lá atrás, não é de agora, eu acho que o dinheiro também é uma coisa que afasta muito o interesse das pessoas, essa lógica que a gente vive hoje mais individualista, (...) a dinâmica da vida hoje que estabelece essa (entre aspas) lei da sobrevivência, a gente vê isso na prática da cultura, e com certeza entre os artistas, há pouco espaço de trabalho, não tem muita oferta de trabalho, então tem aquela disputa, e as pessoas não se agrupam pra pensar em conjunto. (...) e hoje, sem dúvida nenhuma, um quadro que desfavorece, também fruto dessa realidade econômica, dessa necessidade de ter que ganhar o seu dinheiro para viver, aqui na conferência de cultura, na época, na consultoria ao secretário: se não der o almoço as pessoas não vão vir, porque já é práxis, as pessoas irem e ter o almoço, então a gente tinha que providenciar o almoço, você convida as pessoas então vamos dar um certificado, vamos estimular as pessoas estarem presente, os artistas vieram por quê? Porque vão construir o plano municipal de cultura, sim, mas também porque tinha a eleição do conselho, e aí tinha um e outro que queria estar lá no conselho.¹⁰⁷

Tais estímulos são importantes para o andamento da gestão das políticas culturais, ainda que não rompam com a lógica ideológica e, principalmente, não garanta uma cultura (no sentido gramsciano) fundada em uma formação humana que seja impregnada pela consciência de classe, que possibilite as condições necessárias para a insurgência de intelectuais, pensada em uma Sociedade Civil de caráter gramsciano.

As mutações do processo societário, em contrapartida, não concedem espaço para instauração de tal formação humanista, ao privilegiarem a despolitização da Sociedade Civil.

A concepção de cultura que se apresenta na contemporaneidade parece ser composta ideologicamente por uma formação despolitizada, e desprendida do caráter de classe social pela própria dificuldade em vislumbrar a divisão de classe em meio à nebulosidade dos segmentos refratados na questão social.

¹⁰⁷ Fala transcrita da entrevista realizada em 14 de maio de 2010, com Cleisemary Campos da Costa (COMCULTURA)

O município de São Gonçalo expressa esse contexto, intensificado pelas condições socioeconômicas da cidade, que se refletem na disposição espacial desfavorável, não apenas no aspecto da urbanização, como também na identidade local, revelando-se como uma hipótese para o caráter da ausência de pertencimento da população gonçalense em relação à cidade. A ausência de pertencimento parece em nossa pesquisa contribuir para a ausência de mobilização, de reivindicação, adensando a despolitização.

Não há fórmulas para a transformação societária. Muitos foram os autores que se debruçaram em compreender as relações sociais e as possibilidades para uma nova ordem societária. Antônio Gramsci, em meio a sua conjuntura histórica, já assinalava o potencial da questão cultural e educativa nesse processo, em que os homens ao se perceberem sujeitos da história, libertos das alienações ideológicas, passam a se configurar em contra-hegemonia, na disputa pelo projeto societário.

Além disso, a cidade de São Gonçalo representa em seu lócus geográfico a materialização das refrações da questão social pelo atual estágio do capitalismo com ideário neoliberal. A formação sócio-histórica dos gonçalenses, composta pelo sentido de não-pertencimento, adensada pelas características de precarização social que inviabilizam a igualdade de condições em disputarem, ideologicamente, os sentidos culturais, culmina na reprodução da ideologia hegemônica.

Sendo assim, pensar na questão cultural requer considerar as demais categorias que compreendem a totalidade da vida social. Para que os gonçalenses sejam instados e provocados a desenvolverem, artisticamente, suas análises da realidade social em que estão inseridos, a partir de uma política cultural que expresse os anseios da Sociedade Civil (no sentido gramsciano, de contestação e não de mera oposição) subsidiada pelo Estado, é preciso estar articulada com uma política educacional, uma política social, uma política urbana, habitacional, que contribua para as devidas condições de insurgência da Sociedade Civil em disputar os interesses hegemônicos.

Tal constatação nos permite apontar que a cidade de São Gonçalo ainda tem um longo caminho a desbravar, na medida em que as cadeiras do poder público ligado a pasta da educação disponíveis no CMC não são ocupadas. A

articulação entre as esferas políticas, entretanto, perpassam pelos interesses partidários e pelos sentidos ideológicos, o que no âmbito municipal em São Gonçalo não é diferente.

Portanto, a formação de caráter humanista, diante do atual cenário político, até pode ser considerada uma utopia. No entanto, como sinaliza Eduardo Galeano¹⁰⁸ a utopia serve justamente para nos fazer caminhar.

¹⁰⁸ Com o célebre trecho: "A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar"

CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Agora, é necessário voltar ao começo. Passo a passo, sem mais escudos dos que os nascidos de nossos próprios corpos. É imprescindível descobrir, criar, imaginar. No discurso que Jesse Jackson pronunciou pouco depois de sua derrota, nos Estados Unidos, ele reivindicou o direito de sonhar. “Vamos defender esse direito”, disse. “Não vamos permitir que ninguém nos tire esse direito”. E hoje, mais do que nunca, é preciso sonhar. Sonhar, juntos, sonhos que se desensonhem e encarnem em matéria mortal, como dizia, como queria outro poeta. Lutando por esse direito, vivem meus melhores amigos; e por ele alguns deram a vida. (GALEANO, 2006)

O difícil exercício de encaminhar o encerramento (mesmo que provisório) das questões apresentadas e desenvolvidas ao longo da produção dissertativa revela as inconclusões pertinentes que nos convidam a mobilizar a continuidade da pesquisa no tema, apontando a complexidade e a dinâmica cultural e sócio-ideológica que provocam as mutações na vida em sociedade, e que nos convidam a tentar compreendê-las de maneira mais adensada.

Cientes das análises inacabadas, procuramos delinear ao longo dos capítulos, as limitações das formulações de políticas públicas de cultura advindas da subordinação e assimilação às diretrizes neoliberais, e os desafios que estão colocados na contemporaneidade para as classes subalternas, no sentido de construção de uma contra-hegemonia que possa vir a superar as relações de produção capitalista e a sociabilidade dela decorrentes.

O modelo neoliberal, na forma ideológica mais perspicaz difundida, apregoa em um de seus princípios a ampla idéia das privatizações em todas as esferas de atuação da política pública, inclusive na educação e cultura. Há de se considerar a falácia do argumento centrado pela crise de qualidade do poder público, que se estabelece pela ineficácia e ineficiência do Estado em gerenciar políticas públicas e, sendo assim, determina a minimização das suas ações em prol da iniciativa privada (do mercado).

Em meio a esta falácia, o neoliberalismo apresenta um conjunto de ajustes que visa à construção formativa de reprodução hegemônica, através de uma política de incentivo privado e de perspectiva individualista. Nesse aspecto, o mercado e, na sua contradição, a rede de ensino (que garante a precarização do ensino público, em contraposição à exaltação do incentivo

privado na rede) funcionariam como dispositivos essenciais para a determinação dos “privilégios” individuais na sociedade.

Esta conjuntura neoliberal trará rebatimentos significativos na (re)configuração do nosso objeto de análise dissertativa, a saber: da relação entre Estado e Sociedade Civil na formulação de políticas públicas de cultura.

O Estado neoliberal ao reproduzir ideologicamente os sentidos de preservação da sua (des)ordem econômica, política, social e cultural, condiciona a associação da palavra “cultura” à idéia de mercadoria, incorporando-a a esfera do capital.

Desse modo, recuperando o diálogo com Mikhail Bakhtin (1992), entendemos que apresentar as disputas de sentidos ideológicos, que perpassam as palavras “Cultura” e “Política”, é imprescindível para a compreensão dos interesses que condicionam a formulação das políticas públicas de cultura; fato que aponta para a atualidade do pensamento de Antonio Gramsci na contemporaneidade, com as mutações necessárias.

Os usos e atribuições das palavras “Cultura” e “Política” correspondem aos interesses hegemônicos que, ante a influência do atual estágio do capitalismo globalizado, passa a ser impregnado e reproduzido ideologicamente pelas naturalizações da ordem societária e da reificação das relações sociais que envolvem estas duas categorias, pela atomização do indivíduo enquanto ente privado e pelo fetichismo do mercado.

Fruto de reivindicações, com a ofensiva política dos subalternos, a Constituição Brasileira de 1988 concede a instituição dos direitos fundamentais e dos mecanismos de controle social – dentre os quais destacamos o papel das Conferências –, sendo, entretanto, encarnados pelas contradições e ambigüidade ideológica, a serem disputadas. De um lado, o controle social pode ser apreendido de modo a garantir o controle da classe subalterna em relação às ações do Estado; como também, por outro lado, embutem o seu contrário mediante o caráter da legitimação/consenso da classe subalterna em relação às metamorfoses que ratificam o desenvolvimento da hegemonia capitalista.

Nesse sentido, as conferências de cultura, especialmente a IV Conferência de Cultura em São Gonçalo, parecem congregar as contradições

que envolvem a representação dos interesses em disputa na formulação das políticas públicas de cultura, através da articulação entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil (no sentido gramsciano de Estado “ampliado”). Ora, para que isso aconteça, é necessário, identificar os desígnios ideológicos da Sociedade Civil nesse processo participativo, a partir dos divergentes sentidos entre a perspectiva gramsciana e a neoliberal.

A partir das abordagens teóricas selecionadas para a produção dissertativa, no diálogo com os autores, e com os participantes da Conferência, desenvolvemos a investigação sobre as formulações das políticas públicas de cultura no cenário conferencista do município de São Gonçalo.

A associação da palavra “cultura” aos equipamentos e manifestações artísticas remonta uma trajetória história e estará condicionada à formação humana transmitida pelos usos e desusos do sentido. Desse modo, a criação, difusão e ação cultural materializam a disputa do projeto societário e, conseqüentemente, “a democratização da cultura acompanhará, não mecanicamente, a democratização da sociedade brasileira” (COUTINHO, 2001).

De certo, as políticas culturais devem ser também elaboradas a partir da Sociedade Civil, ao contrário de uma forma moldada apenas pela esfera coercitiva. Cabe ao Estado, no entanto, garantir as condições materiais para que as políticas culturais da classe subalterna possam ser realizadas. Por outro lado, há que se enfatizar o papel fundamental da educação ((auto) formação) neste processo, para que a classe subalterna tenha condições de compreender e disputar os sentidos ideológicos.

Salvo as particularidades inerentes ao município gonçalense, cabe destacar a relação dialética que imprime o caráter “global” do processo ideológico na esfera “local”, o que, conseqüentemente, nos possibilita compreender os limites e possibilidades inerentes à práxis social da questão cultural em São Gonçalo.

Por limites, podemos considerar as metamorfoses do desenvolvimento hegemônico, que conquistou o consentimento da classe subalterna utilizando-se das forças materiais e culturais da ordem dominante, que condicionam a naturalização das relações sociais e tendem a se reproduzir sob as condições

essenciais da atual ofensiva neoliberal. Somamos a isso a especificidade gonçalense em relação ao escasso material acadêmico que contribua para pesquisar a cidade; limite esse que, no entanto, nos estimula à produção do conhecimento voltado às relações inerentes a este espaço geográfico.

No desenvolvimento de nossa pesquisa, descortinamos possibilidades auspiciosas de continuidade de estudo sobre a escala “local”, sobre a cidade de São Gonçalo. Dentre as possibilidades inferidas, destacamos a complexidade de uma sociedade/cidade que vem passando por mutações vertiginosas, como, por exemplo, as transformações econômicas, sociais e culturais advindas da instalação do COMPERJ/PETROBRÁS no município, bem como as derivações societárias desse crescimento não planejado e consensuado com a população gonçalense. Sendo assim, os projetos societários são passíveis de serem disputados pelos diferentes atores sociais. Para tanto, cabe às forças sociais criarem condições estratégicas com vistas à projeção da formação humanista contra-hegemônica que ao menos promova um processo de abalo da estrutura dominante.

Para finalizar, sem pretensão de concluir, registramos a orientação na luta política contra o neoliberalismo de Perry Anderson (1996), para que nos apropriemos de três lições concedidas pelo próprio neoliberalismo: Primeiro, não ter medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo. Segundo, não transigir em idéias e não aceitar nenhuma diluição de princípios. Terceiro e último, não aceitar nenhuma instituição estabelecida como imutável.

Em suma, a questão cultural não tem condições de representar, de forma isolada, a panacéia tão almejada diante das mazelas da sociedade. No entanto, destacamos a cultura enquanto uma mediação social politicamente constituída e historicamente determinada, para além de um ordenamento legislativo, moral e simbólico, que vinculada ao caráter da totalidade social é capaz de proceder à superação das relações capitalistas com vistas a disputar uma sociedade onde os sujeitos sociais possam um dia exercer a liberdade, vivendo em igualdade de condições as possibilidades históricas de produção da vida.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **O fim da história** - de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. Além do neoliberalismo, In: **Pós-neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

ARAUJO, Dylan Pereira Campos. **Comunicação comunitária, identidade e desenvolvimento local**: uma análise de um possível uso estratégico do programa manhã na aliança FM. Monografia da Graduação, Estácio de Sá: Rio de Janeiro, 2008.

ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo. Editora Martin Claret, 2001.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **O animal que parou o relógio**: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia. São Paulo: Annablume, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. (V. N. Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARROS, Jaqueline de Melo. **Os desafios da participação popular no orçamento participativo no município de São Gonçalo**. 2004. Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1238/1051>. Acesso em 02 de julho de 2010.

BEHRING, Elaine R. O Brasil e a mundialização do capital: privatização, deslocalização e flexibilização das relações de trabalho. In: SERRA, Rose (org). **Trabalho e reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: PETRES-FSS/ UERJ, 2001.

BEZERRA, Cristina Simões. **Globalização e Cultura**: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização. Tese de doutorado, UFRJ: Rio de Janeiro, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A questão das formas de governo**. Brasília. Editora da UnB, 1990, cap. I.

BOTELHO, Isaura. **As Dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Públicas**. São Paulo em Perspectiva, 15 (2), 2001.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. 2.ed., Rio de Janeiro: Falcão, 1998.

CARPEAUX, Otto Maria. **A vida de Gramsci**. Gramsci e o Brasil: 1997. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=125>. Acesso em 13 de janeiro de 2010.

CARVALHO, José Murilo de. A construção do trabalho intelectual. In. **XIV Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, Minas Gerais, 1990.

CASSAB, Latif Antonia. **Tessitura investigativa**: a pesquisa científica no campo humano-social. Florianópolis: Revista katálysis vol.10, 2007.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In:_____. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. V2. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Thiago. **Conceito gramsciano de sociedade civil**: usos e abusos na educação. IV Colóquio Marx e Engels, Painel, GT05: Marxismo, Cultura e Educação. CEMARX, 2005. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/paineis/GT5/gt5p6.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2010.

CHAUI, Marilena. O que é política? In. NOVAES, A (org). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro. Ed. Agir, 2007.

COHEN, Jean. **Sociedade civil e globalização**: repensando categorias. Dados, vol. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.

COSTA, Cleisemary Campos da. **Gestão Cultural e Capacitação de Gestores de Cultura**: o caso de São Gonçalo (1993-2005). Dissertação de Mestrado, Universo: Niterói, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci** – Um estudo sobre seu pensamento político. 2.ed., Rio de Janeiro, 1989.

_____. Representação de Interesses, formulação de políticas e hegemonia. In. TEIXEIRA, S. **Reforma Sanitária: em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **A atualidade de Gramsci**. Fonte: Especial para Gramsci e o Brasil, 1997. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=293>. Acesso em 16 de janeiro de 2010.

_____. **Democratização da Cultura depende do controle social sobre a mídia**. Entrevista a Dênis de Moraes. Ciberlegenda, nº 04, 2001. Disponível em <http://www.uff.br/mestcii/denis6.htm>. Acesso em 13 de abril de 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: Ensaios sobre idéias e formas. 3.ed., Rio de Janeiro: DP&A , 2005.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. 2.ed., Bauru: EDUSC, 2002.

DURAND, José Carlos. **Cultura Como Objeto de Política Pública**. São Paulo em Perspectiva, 15(2) 2001. Disponível em http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/artigos/CULTURA_ObjetoPoliticaPublica.pdf. Acesso em 07 de novembro de 2009.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Delírios da razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. **A pedagogia da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GALEANO, Eduardo. O Socialismo não morreu. In: LÖWY, M. (organizador). **O Marxismo na América Latina**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: _____ **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GERALDI, João Wanderley. **Leitura**: uma oferta de contrapalavras. Curitiba: Editora UFPR, Revista Educar, n.20, 2002.

GIL, Gilberto e PORTA, Paula. **Economia da Cultura**. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 03/02/2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/02/03/economia-da-cultura-2/>. Acesso em 03 de setembro de 2010.

GODOY-DE-OLIVEIRA, Noeli de Almeida. **“Nas ondas do rádio: radiodifusão comunitária e produção de subjetividades”**, Dissertação de Mestrado em Psicologia, UFF, 2007. Disponível em <http://www.slab.uff.br/dissertacoes/2007/Noeli.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. **A questão meridional**. Seleção e Introdução Franco de Felice e Valentino Parlato; tradução Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Introdução ao estudo da Filosofia**: A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**. V.4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **Cadernos do Cárcere**. V.2. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2.ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2001b.

_____. **Cadernos do Cárcere**. V.5. O risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cadernos do Cárcere**. V.3. Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Cadernos do Cárcere**. V.6. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

_____. **Escritos Políticos**. Vol. 1 e 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do Cárcere**. V.1. Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4.ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2006.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Revista Educação e Realidade: Porto Alegre, UFRGS, vol. 22, nº2, p. 15-45, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia do Espírito. In.: WEFFORT, F. (org). **Os Clássicos da Política**. Vol. 2, 2001, pp 101-148.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo. Martin Claret, 2009.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JAMESON, Frederic. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Editora Ática, 2007.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. 5.ed., São Paulo, Unimep, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. Antecedentes Históricos do Conceito de Cultura. In: _____ **Cultura: um Conceito Antropológico**. 15.ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e Cultura. In: _____ **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo e outros escritos**. Petrópolis. Vozes, 1994.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes. Trad. de Estela dos Santos Abreu, 1997.

LUKÁCS, György. **Estética**. Livro I, La peculiaridad de lo estético. Volume 3, Categorias psicológicas y filosóficas básicas de lo estético. Tradução Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1967.

_____. **Ontologia do ser social** – Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

MANACORDA, Mario. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo. Martin Claret, 2010.

MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **A Ideologia Alemã**. Introdução: Jacob Gorender tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos) p. 21-34

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Boitempo, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. Rio de Janeiro: UFRJ, Revista Em Pauta, nº20, 2007.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. **Espaço, Lazer e Política: Desigualdades na Distribuição de Equipamentos Culturais na Cidade do Rio de Janeiro**. 2004. Disponível em grupoanima.org/wp.../idac_livro_colombia_2004.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 5.ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura, cidade e desenvolvimento local: como estruturar no seu município e acessar os recursos federais**. Brasília, 2009.

MONTESQUIEU, Do Espírito das Leis. In: WEFFORT, F. (org), **Os Clássicos da Política**, cit., vol. 1, 2001, p. 120-183

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social** – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez. nº50, ano XVII, Abr, 1996.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três idéias de sociedade civil, Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (orgs). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori e RATTES, Plínio César. **Equipamentos Culturais de Salvador: Públicos, Políticas e Mercados**. V Enlepicc - Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, Faculdade Social da Bahia, Salvador/BA: 2005

OLIVEIRA, Neiva Afonso, et al. **Controle social e participação política: desafios de ontem à educação popular de hoje**. II Seminário Nacional de Filosofia e Educação. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006. Disponível em <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/057e4.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2010.

ORTIZ, Renato, **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Sociedade civil: a mágica e a sedução do conceito. In: AVRITZER, Leonardo (ed.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.

PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro. Ediouro, 1993.

PONTES, Ipojuca. **Jdanov está de volta**. 2003. Disponível em http://www.ucho.info/QI/qi_jdanov.html Acesso em 04 de agosto de 2010.

PONTES, Ipojuca. **Controle cultural socialista**. 2009. Disponível em http://www.canalcontemporaneo.art.br/brasa/archives/2009_04.html Acesso em 04 de agosto de 2010.

RAMOS, Leonardo César Souza. **A Sociedade Civil em Tempos de Globalização**: Uma Perspectiva Neogramsciana. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 2005.

RECH, Ana Elusa. **O que é uma conferência?** Orientação Geral sobre Objetivos, significados e encaminhamentos de uma Conferência Pública sobre Políticas Públicas. Rio Grande do Sul, III Conferência Estadual do Direito da Mulher: 2007.

RESTREPO, Luis Alberto. **A relação entre a sociedade civil e o Estado**: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. Tempo Social; Rev. Social USP, S. Paulo, 1990.

RODRIGUES, Normando. **O verdadeiro universal jurídico e os limites da universalização de direitos sob o capitalismo**. IV Conferência Internacional “La Obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI”, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Contrato Social**. São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores, 1973.

_____. **Discurso sobre a desigualdade**. São Paulo, Cultrix, 1984.

SANTOS, Gislene. (org.). **Universidade Formação Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7.ed. São Paulo: Nobel, 2007.

SCHELLING, Vivian. **A Presença do Povo na Cultura Brasileira**: Ensaio Sobre o Pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Trad. Federico Carotti. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990.

SEGATTO, José Antonio. A. **Gramsci**: os ‘cadernos do cárcere’ e a revolução passiva. Estudos de Sociologia, Araraquara, 13/14: 2002/2003, p. 165-170.

SILVA, Maria Ozanira. O Urbano e a Habitação no Modo de Produção Capitalista. In: _____. **Política Habitacional Brasileira**. Verso e Reverso. São Paulo, Cortez. p 13-32, 1989.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. **As Regras do Jogo Políticas Culturais**: do mecenato ao neoliberalismo. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v.3, n.1, p.30-36, jan./dez. 1993

SIMIONATTO, Ivete. A cultura do capitalismo globalizado: novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (orgs). **Le Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização? In: **Cadernos Especiais** n. 39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br. Acesso em 03 de junho de 2010.

_____. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. Gramsci e o Brasil: 1997. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294> Acesso em 21 de março de 2010.

SOTO, Cecília Vásquez. **Papel e atuação do CNPC na atual dinâmica cultural**. Rio de Janeiro, Seminário Política Culturais: teoria e práxis, 2010.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **Os pequenos e a cidade**: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã. Tese de Doutorado, UFRJ, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em <http://www.aatr.org.br/site/> Acesso em 04 de abril de 2010

TROTSKI, Leon. **Literatura e Revolução**. Tradução de Luiz Alberto Muniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

VACCA, Giuseppe. **Guerra de posição e guerra de movimento**. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/GUERRA%20DE%20MOVIMENTO.pdf> Acesso em 15 de março de 2010.

VENDRAMINI, Célia Regina **Terra, trabalho e educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Unijui, 2000.

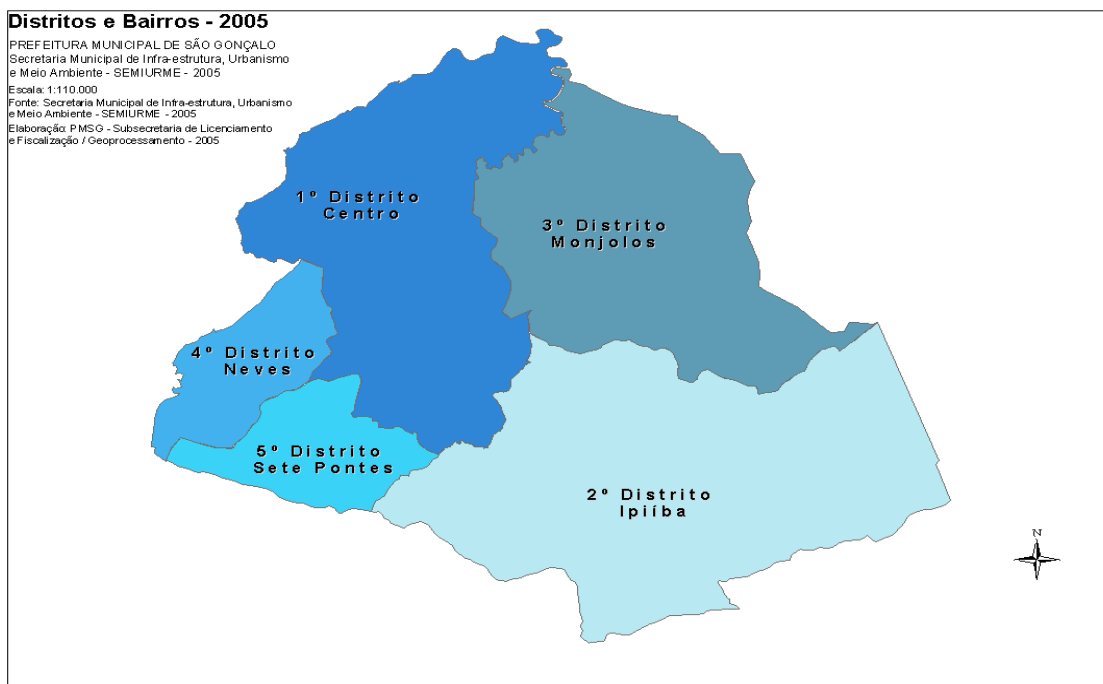
VIEIRA, Evaldo. **Poder Político e Resistência Cultural**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

WOOD, Ellen Meikksins. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo Cezar Castanheira. Editora Boitempo, 2003.

ANEXOS

Anexo 1 – São Gonçalo em Números¹⁰⁹

1.1. Distritos e Bairros¹¹⁰



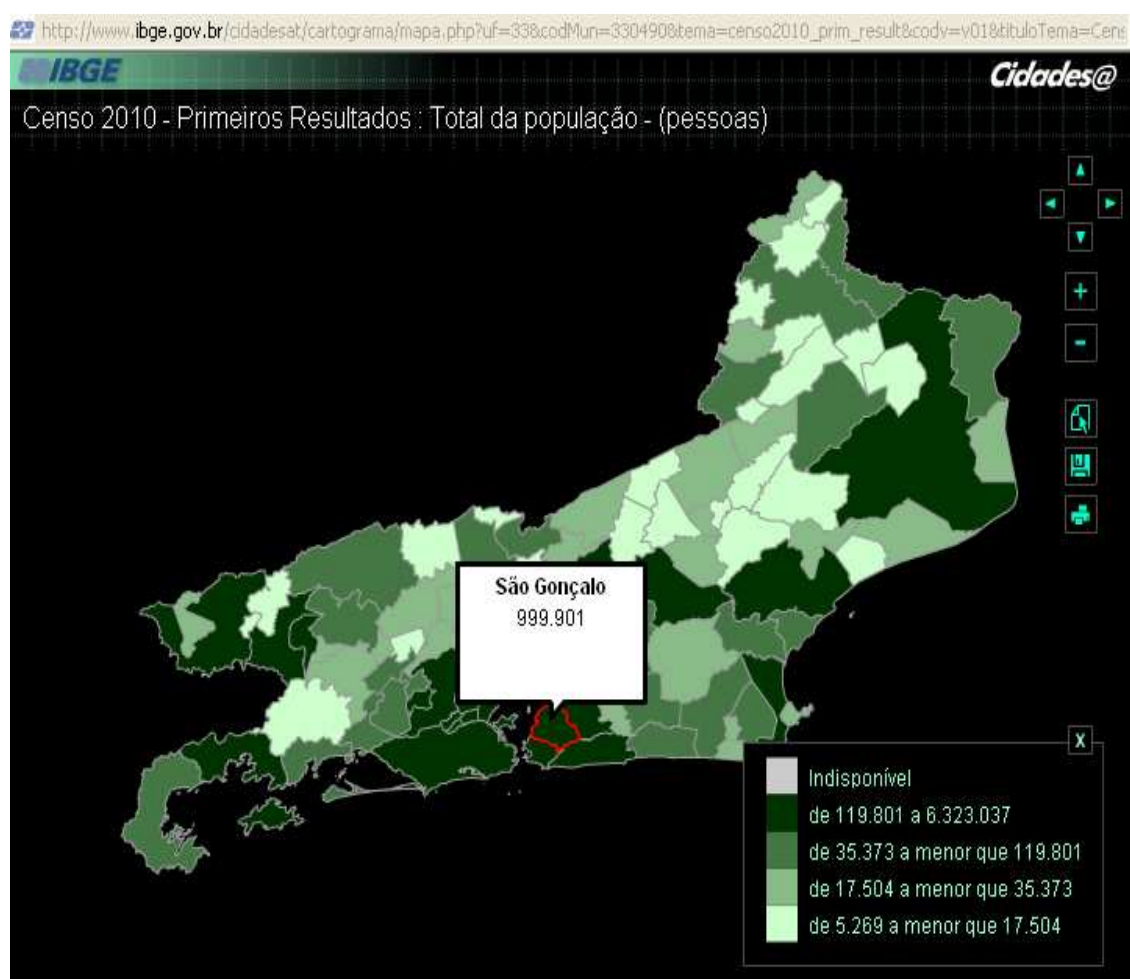
1º Distrito (30 bairros)	2º Distrito (20 bairros)	3º Distrito (17 bairros)	4º Distrito (13 bairros)	5º Distrito (10 bairros)
1. Palmeira	55. Almerinda	53. Jardim	6. Boa Vista	12. Venda da Cruz
2. Itaoca	56. Jardim Nova	Catarina	7. Porto da Preda	13. Convanca
3. Fazenda dos Mineiros	República	63. Raul Veiga	8. Porto Novo	28. Santa Catarina
4. Porto do Rosa	57. Arsenal	64. Vila Três	9. Gradim	29. Barro Vermelho
5. Boaçu	58. Maria Paula	65. Laranjal	10. Porto Velho	30. Pita
21. Zé Garoto	59. Arrastão	66. Santa Luzia	11. Neves	31. Zumbi
22. Brasilândia	60. Anaia	67. Bom Retiro	14. Vila Lage	32. Tenente Jardim
23. Rosane	Pequeno	68. Gebara	15. Porto da	33. Morro do Castro
24. Vila Lara	61. Joquei	69. Vista Alegre	Madama	34. Engenho
25. Centro	62. Coelho	70. Lagoinha	16. Paraíso	Pequeno
26. Rocha	72. Amendoeira	71. Miriambi	17. Patronato	35. Novo México
27. Lindo Parque	74. Jardim	73. Tiradentes	18. Mangueira	
36. Tribobó	Amendoeira	85. Pacheco	19. Parada 40	
37. Colubandê	75. Vila Candoza	86. Barracão	20. Camarão	
38. Mutondo	76. Anaia Grande	87. Guarani		
39. Galo Branco	77. Ipiíba	88. Monjolo		
40. Estrela do Norte	78. Engenho do	89. Marambaia		
41. São Miguel	Roçado	90. Largo da Idéia		
42. Mutuá	79. Rio do Ouro	91. Guaxindiba		

¹⁰⁹ As informações são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE

¹¹⁰ Além destes 91 bairros oficiais, existem ainda mais 18 bairros reconhecidos pela população.

43. Mutuaguaçu	80. Várzea das Moças			
44. Mutuapira	81. Santa Isabel			
45. Cruzeiro do Sul	82. Eliane			
46. Antonina	83. Ieda			
47. Nova Cidade	84. Sacramento			
48. Trindade				
49. Luiz Caçador				
50. Recanto das Acácias				
51. Itaúna				
52. Salgueiro				
54. Alcântara				

1.2. Total da População



Anexo 02: IV Conferência Municipal de Cultura em São Gonçalo

2.1. Programação

- Data: 29/20/2009

18h – Mesa de Abertura:

- Prefeita Municipal – Aparecida Panisset
- Secretário Municipal de Cultura e Turismo – Carlos Ney
- Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Vereadores – Marlos Costa
- Chefe da Representação Regional RJ/ES do MINC – Adair Rocha
- Subsecretária de Estado de Cultura – Beatriz Caiado
- Diretora da FFP/UERJ – Maria Tereza Tavares Goudart

19h – Palestra “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento” - Lia Calabre (chefe do Depto. de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa).

20:30 - Apresentação da Orquestra Municipal de São Gonçalo e Coral FFP-UERJ.

- Data: 30/10/09

9h – Leitura e aprovação do Regimento Interno

10h – Mesa dos Eixos / Fundamentação e Debate

Eixo I: Produção Simbólica e Diversidade Cultural - Joana Correa (Museu Casa do Pontal);

Eixo II: Cultura, Cidade e Cidadania - Maria Tereza Goudard (FFP-UERJ);

Eixo III: Local, Centralidade e Desenvolvimento - Cleise Campos (COMCULTURA);

Eixo IV: Cultura e Economia Criativa - Flavio Aniceto (CPC Aracy de Almeida);

Eixo V: Gestão e Institucionalidade da Cultura - Lúcia Pardo (MINC).

Moderação: Alexandre Valentim

13h – Almoço e Apresentação Cultural

14h – Trabalhos em Grupo por Eixo

GT 1: Produção Simbólica e Diversidade Cultural - Verônica Inaciola (SECULTUR)

GT II: Cultura, Cidade e Cidadania - Mônica Sá (ICBEU)

GT III: Local, Centralidade e Desenvolvimento - Junior Perim (Circo Crescer e Viver)

GT IV: Cultura e Economia Criativa - Ronaldo Monteiro (CISC – Uma Chance)

GT V: Gestão e Institucionalidade da Cultura - Randal Farah (Secretaria de Cultura/ RJ)

18h – Mostra Artística e Apresentação Artística

- Data: 31/10/09

8h às 9h – Café da manhã - Projeção PAS

9h – Plenária (Proposta, Eixos, Relatório Final)

Moderadoras: Geisi Nara / Mariângela Valvieste / Marilyn Pires

12h – Debate com os candidatos ao Conselho Municipal de Cultura

13h – Almoço - Mostra de Pintura Livre

14h às 17h – Eleição do Conselho Municipal de Cultura

14h às 17h – Plenária para escolha dos delegados para a Conferência Estadual

17h – Apuração e divulgação dos resultados

18h – Show de Encerramento Samba de Roda do Sábado no Paraíso

Local: Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ

Rua Dr. Francisco Portela, 1470 – Paraíso / São Gonçalo

2.2. Relatório Final

I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA

Município: São Gonçalo

Estado: Rio de Janeiro

Órgão responsável pela conferência: SECULTUR

Nome completo do Gestor: Carlos Ney Pinho Ribeiro

Endereço responsável: Avenida Presidente Kennedy, 721 – Estrela do Norte

Telefone: (21) 2199-6521 / (fax) 2199-6507

E-mail: carlosney@pmsg.rj.gov.br

II- RELATO DA CONFERÊNCIA REALIZADA

Nº e data do Decreto de Convocação: 278 – 24/09/2009

Nº e data da Portaria do Regulamento: 278 – 24/09/2009

Local de realização da Conferência: Faculdade de Formação de Professores, FFP-UERJ, rua Dr. Francisco Portela, 1470 – Paraíso, São Gonçalo

Data: 29 de outubro de 2009 – 18h às 22h / 30 e 31 de outubro de 2009 – 08h às 20h

A Abertura da Conferência foi realizada por:

Compuseram a mesa as seguintes autoridades:

- Vice-Prefeito Municipal – Jorge Aranha
- Secretário Municipal de Cultura e Turismo – Carlos Ney Ribeiro
- Chefe da Representação Regional RJ/ES do MinC – Adair Rocha
- Subsecretária de Estado de Cultura – Beatriz Caiado
- Diretora Profa. Maria Tereza Tavares Goudard – FFP UERJ
- Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal - Vereador Marlos Costa
- **Diretor DECULT SR3 UERJ Ricardo Lima**

A abertura da Conferência foi realizada por Lia Calabre, Pesquisadora Chefe do Setor de Estudos de Política Cultural – Fundação Casa de Rui Barbosa com o tema geral Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento.

Os Painéis Temáticos foram realizados por:

Os Eixos foram trabalhados em mesa única com os seguintes palestrantes:

Eixo I – Joana Correa (Museu Casa do Pontal) - Produção Simbólica e Diversidade

Eixo II – Carlos Fernando Leão (IPHAN) Cultura, Cidade e Cidadania

Eixo III – Cleise Campos (COMCULTURA) - Cultura e Desenvolvimento Sustentável

Eixo IV – Flavio Aniceto (CPC Aracy de Almeida) Cultura e Economia Criativa

Eixo V – Lúcia Pardo (MINC) - Gestão e Institucionalidade da Cultura

Quantitativo de inscritos na Conferência Municipal e Pré-Conferências

Delegados da Sociedade Cível: 73
Delegados do Poder Público: 30
Observadores: 530
Pré-Conferências: 282
Total: 915

Quantitativo de Delegados Eleitos na Conferência:

Delegados da Sociedade Cível: 16 (dezesesseis)
Delegados do Poder Público: 09 (nove)
Total: 25 (vinte cinco)

Outras Organizações que apoiaram o Encontro:

- Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ)	- Cedeu o espaço além de divulgação e apoio na elaboração e na realização da Conferência.
- Câmara Municipal de vereadores	- Apoio no material de apoio para Gts (caderno de textos, regimento interno, etc.) e logística
- ONGs e Pontos de Cultura	- Participação na organização e elaboração da Conferência.
- Artistas locais, agentes culturais, instituições e Pontos de Cultura	- Participação no encontro com mostras de suas atividades.
- COMCULTURA RJ	- Participação na elaboração e execução da Conferência.

III- DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

EIXOS	ABRANGÊNCIA	PROPOSTAS
1. Produção Simbólica e Diversidade Cultural	Estadual	1. Propor ação de gestão compartilhada para instalação e manutenção de um museu na cidade em parceria com o Estado e a União. 2. Encaminhar ao Governo Estadual proposta de Cessão da Fazenda Culubandê para ocupação artístico-cultural, tanto pelo governo municipal quanto pela Sociedade Civil (gestão compartilhada)
	Nacional	1. A implantação de uma legislação específica no âmbito da Educação, que promova o reconhecimento da Cultura Brasileira na sua totalidade como parte integrante do currículo. Essa proposta deverá ser encaminhada à Secretaria de Educação.
		2. Proporcionar o acesso de portadores de necessidades especiais aos bens culturais, utilizando recursos viáveis para que isso aconteça, tanto como consumidores desse bem, quanto produtores.
	2. Cultura, Cidade e Cidadania	Estadual
2. Criação de escola para atores e técnicas de teatro reaproveitando os espaços ociosos do Teatro Carequinha, bem como a criação da Cia Municipal de Teatro.		
Nacional		1. Promover oficinas de divulgação e operação do software <i>musibraile</i> lançado e disponibilizado no site da UFRJ para transcrição de partituras em braile.
		2. Criação de uma rede gonçalense de pontos de cultura da PMSG com o MINC para atender às instituições e grupos culturais.
3. Cultura e Desenvolvimento Sustentável	Estadual	1. Ampliação e manutenção de ações culturais e de pesquisa junto a FFP – UERJ, com ênfase na memória e história gonçalense.
	Nacional	1. Criar teatro municipal com estrutura para grandes eventos, onde nossos artistas possam se apresentar, gerando recursos para o nosso município;

4. Cultura e Economia Criativa	Estadual	1. Capacitar multiplicadores/gestores com participação da academia (FFP UERJ e demais Universidades locais) e Secretarias afins;
	Nacional	1. Mobilização da diversidade cultural, estimulando a utilização dos espaços públicos e privados (de forma distrital);
5. Gestão e Institucionalidade da Cultura	Estadual	1. Criação de um consórcio regional para o desenvolvimento da política cultural;
	Nacional	1. Abertura e construção dos equipamentos culturais;
		2. Apoio às instituições de letras, pesquisas, memória e patrimônio cultural;

IV – IDENTIFICAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS NA CONFERÊNCIA

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

ELEITOS POR:

Contraste

Aclamação

Votação

a) Delegados Titulares Representantes da Sociedade Civil

	NOME	CPF	RG	ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	FONE/E-MAIL
1.	Ana Maria Sobral	72066121720	062078217	Rua Cel. Rodrigo de Carvalho, 776, Mutuá – São Gonçalo – RJ	CISC- Uma chance (Ponto de Cultura)	anasobral@gmail.com Tel. (21) 8681-2288
2.	Renata Maria Lopes	03228889726	083556332	Rua João Cesarino, 30 - apt. 304 – Alcântara – São Gonçalo – RJ	Mistic Produções e Eventos	renatamarialopes@hotmail.com Tel. (21) 7861-6307
3.	Maria Lucília Tavares Cruz	82205636704	060917440	Rua Oscar Maldonado, 48 – Paraíso – SG – RJ	SALVARTE – Feira de Artesanato	lucidiacruz@yahoo.com.br Tel. (21) 9133-2147

4.	José Jerônimo Sobrinho	4796241787	080477509 6 DCIRJ	Av. Pres. Kennedy, 399 – lj.1 – 2º andar – centro – São Gonçalo – RJ	SINDSPEF – SG Sindicato dos Funcionários Públicos Efetivos	j.sobrinho@globo.com.br Tel. (21) 2724-1136
5.	Juciara Carvalho Gustavo Ferreira	51493403753	043845106	Rua Alfredo Backer, 536 – bl. 04 – apt. 404 – Alcântara – São Gonçalo	Presidente do Sindicato dos Artesãos de SG	juciartes@hotmail.com Tel.: (21) 3248-1336
6.	Marcos Antônio Peixoto de Carvalho	32353430759	032711574	Rua Santos Moreira, 40 – c/104 – Santa Rosa – Niterói – RJ – CEP: 24241-080	UNIBAIRROS – União das Associações de Moradores de São Gonçalo	macpet@bol.com.br Tel. (21) 8791-4592
7.	Ivan de Oliveira	07157093723	110123452	Rua São Lourenço da Mata, 218 – Itauna – São Gonçalo – RJ	Ator	ivandeoliveirator@hotmail.com Tel. (21) 8794-4570
8.	Nereis Ribeiro	32433921791	04852637	Rua Marinha Porto, 163 – São Gonçalo - RJ	Escritor e poeta	nereisribeiro@hotmail.com Tel. (21) 2603-4369
9.	Alquimérica Henrique da Silva Gomes	01267147709	94570009	Rua Graciliano Ramos, 121 – c/04 – Boa Vista – São Gonçalo – RJ	Artesã	Tel. (21) 8261-0878
10.	Eidmar Lessa dos Santos	01498818781	079833513	Rua Hugolino Pereira dos Santos, 215 – Zé Garoto – São Gonçalo - RJ	Feira Nordestina	eidmarlessa@yahoo.com.br Tel. (21) 7627- 2431

11.	Cláudio Luiz Dantas Pereira	62012088791	047237490	Rua Dr. Nilo Peçanha, 1170 – sob. - Mutondo – São Gonçalo - RJ	Cia. Teatral Gruta da Lua	grutadalua@gmail.com Tel. (21) 8206-2023
12.	Mônica Machado de Oliveira Sá	00566463725	080278302	Trav. Orlinda Azevedo, 166 – Zé Garoto -	Coordenadora de Cultura do Instituto Cultural Brasil estados unidos (ICBEU)	monicasasg@gmail.com Tel. (21) 8543-7683
13.	Jô Siqueira	86758608700	270070204	Rua Valentim Magalhães, 477 – itauna – São Gonçalo - RJ	A Arte no Poder	artenopoder@uff.br Tel. (21) 7698-2427
14.	Jorge Luiz da Silva Cruz (Jorge Canela)	67722660720	069646776	Rua Francisco José da Cunha, 170 – Salgueiro – São Gonçalo - RJ	Projeto PAS – Amo Salgueiro	pamosalgueiro@bol.com.br Tel. (21) 8802-1642
15.	Márcia Dória Pereira	50087843749	042817981	Rua Cid Araújo Mata, 143, c/01 – Porto da Pedra – São Gonçalo - RJ	Centro Espírita 'Egbe Ile Iya Omidaye Ase Obalayo)	marciadoxum@htomail.com Tel. (21) 8557-9008
16.	José Mario Alves Pereira	26744210700	2434209	Rua Cidade de Lisboa, 650, qd. 03 – c/01 – São Gonçalo - RJ	Organização Profissionalizante Adolescente Esperança	mario.alves.j@gmail.com Tel. (21) 9858-2478

b) Delegados Suplentes Representantes da Sociedade Civil						
	NOME	CPF	RG	ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	FONE/E-MAIL
1.	Ana Alice Ferreira Nunes	03881154752	02504004792	Rua Justo Brito Sanches, 165 – São Gonçalo - RJ	Profª de Música para crianças Especiais	anamusibaille@yahoo.com.br Tel. (21) 9933-6769
2.	Marlene do Socorro Gomes de Souza	79582745720	066587288	Rua Julio Lima, s/n, lt. 36, qd. 64, c/ 01 – Laranjal – São Gonçalo - RJ	Presidente da ABAV – Associação Beneficente Amparo à Vida	a-b-a-v@hotmail.com Tel. (21) 8546-7762
3.	Suani Armond Boechat	04389842773	0100319290	Rua Martins Ferreira, 799 – São Miguel – São Gonçalo - RJ	Diretora de Teatro	suaniarmond@hotmail.com Tel. (21) 8760-5425

V. REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

c) Delegados Titulares Representantes do Poder Público						
	NOME	CPF	RG	ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	FONE/E-MAIL
1.	Carlos Ney Pinho Ribeiro	67840124704	059127399	Rua Cel. Soares, 449 – c/ 30 – Boassu – São Gonçalo	Secretário de Cultura	carlosney@yahoo.com.br tel. (21) 9706-9313
2.	Mariângela Dias Valvieste de Oliveira	05308681724	074830530	Rua Olimpio Moreira, 34 – Mutuá – São Gonçalo – RJ	Sub-Secretária de Cultura	mariangela.v@ibest.com.br Tel. (21) 8857-8755
3.	Marilyn Pires Merolla	87177234772	072224702	Rua Carlos Maia, 487 – Porto Velho - São Gonçalo – RJ	Fund. De Artes São Gonçalo	lynpires@gmail.com Tel. (21) 9656-0193
4.	Geisi Nara dos Santos	01017782792	089957351	Rua Gov. macedo Soares, 20, apt. 102 – Porto da Pedra	Fund. De Artes São Gonçalo	dancarinaafro@gmail.com Tel. (21) 95725307
5.	Cinthia da Silva	12286744777	200378305	Rua César Augusto Barcelos, s/n, It 32, qd3, Coelho – São Gonçalo	Câmara dos Vereadores	cinthisil@hotmail.com Tel. (21) 9432-0984
6.	Paulo Tavares	50269453768	3018625	Rua Julio de Almeida, 124 – Porto Novo – SG – RJ	Gabinete Vice-Prefeito	ptavres.excell@gmail.com Tel. (21) 82220595
7.	Lourdes da Costa Campos	80676723772	041940420	Rua Uriscina Vargas, 36 – Mutondo – SG – RJ	Secretaria Mun. Desenvolvimento Social	lourdes.paula@ig.com.br Tel. (21) 9622-7752

8.	Romário Régis Francisco	13557148777	238278469	Rua Vicente Cardoso, 202 – Gradim – São Gonçalo – RJ	UERJ - FFP	romario.regis@hotmail.com Tel. (21) 9967-5557
9.	Alexandre Antonio Ribeiro Sardinha	03707641708	096629878	Trav. Rodrigues, 448 – Barro vermelho – São Gonçalo – RJ	Gabinete Prefeita	a.sardinha12@gmail.com Tel. (21) 9613-6098

d) Delegados Suplentes Representantes do Poder Público						
	NOME	CPF	RG	ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	FONE/E-MAIL
1.	Denise Velasco	79109144749	933146-ES	Rua Dona Clara, 111 – Centropo – São Gonçalo - RJ	Fund. de Artes São Gonçalo	denise.velasco@bol.com.br tel. (21) 8853-4366
2.	Verônica Inaciola	89878147703	061813903	Av. Dr. Eduardo Picanço, 191 – Itaipu – Niterói - RJ	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	folkinaciola@oi.com.br (21) 9645-1067
3.	Carlos Henrique Alvarenga Barcellos	01592207774	083784579	Trav. Dr. Gradim, 79, c/ 03 – Gradim – São Gonçalo - RJ	Centro Interescolar Ulisses Guimarães	ahachei3@gmail.com Tel. (21) 9446-7360

- Deverão ser anexados ao Relatório a Lista de presença; propostas de abrangência Municipal, decreto publicado em DO.

2.3. Roteiro das Entrevistas

Tendo por base que o roteiro de pesquisa visa auxiliar o pesquisador a conduzir a entrevista ao objetivo pretendido na investigação do problema de pesquisa, além da organização da interação social no momento da pesquisa, segue o roteiro preliminar.

- **Perguntas iniciais:** dados gerais do entrevistado, bem como uma sucinta trajetória do mesmo, que possibilite compreender as posições sociais e políticas que cada um ocupa no campo cultural:

- **Perguntas-base:**

- Política Cultural (*neste bloco pretende-se compreender os interesses em disputa na formulação das políticas culturais*):

- i. Qual a sua concepção de cultura? (*nesse ponto queremos compreender o sentido da concepção de cultura para as pessoas que participam do movimento de elaboração das políticas culturais gonçalenses*)
- ii. O Sr./Sra. já participou de outras Conferências de Cultura (Municipal/ Intermunicipal/ Nacional)? Quais? (*esta pergunta pode ser contemplada nas perguntas iniciais com a questão da trajetória política/cultural, e visa compreender a experiência e militância na área cultural*)
- iii. Qual a relevância das Conferências de Cultura para a cidade e para a política cultural de São Gonçalo? Quais os objetivos das Conferências de Cultura? (*visa compreender a consciência do sentido da conferência para o entrevistado e observar se já denota traços dos interesses em disputa*)
- iv. O Sr./Sra. apresentou propostas para serem votadas na IV Conferência? Foram aprovadas? Qual foi a receptividade das propostas na Conferência? A que se devem? (*visa compreender se para o entrevistado houve disputa de interesses nas propostas apresentadas na IVCMC*)
- v. A IV Conferência Municipal de Cultura apresentou algum aspecto peculiar que gostaria de destacar? (*o objetivo é que o entrevistado acrescentasse alguma informação de destaque da IV Conferência*)
- vi. Enumere dois pontos positivos e negativos da Política cultural gonçalense.

- Identidade coletiva gonçalense (*neste bloco pretende-se compreender a concepção gonçalense da cidade na formulação das políticas culturais*):

- i. Como o Sr./Sra. descreveria a cidade de São Gonçalo? Enumere dois pontos positivos e negativos da cidade.
- ii. Em que a política cultural poderia contribuir para a cidade?

- **Perguntas Finais:** encerrando a entrevista no momento oportuno.

- i. O Sr./Sra. gostaria de acrescentar algo que não foi abordado nas perguntas anteriores?
- ii. Eu poderia voltar a procurá-lo caso surjam dúvidas em relação a algum ponto desta entrevista?

2.4. Termo de Autorização das Entrevistas

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E TRASMISSÃO TOTAL DE DIREITOS

Pelo presente instrumento particular, eu, o Outorgante, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, a Outorgada, igualmente identificada abaixo, ao direito de utilizar, fruir e dispor parcial ou integralmente minha entrevista, obtida através de gravação em áudio, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Trabalho de Dissertação do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação – PFDS, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP), ou ainda destinadas à inclusão em outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia ___/___/2010, pela outorgada e pela **UERJ/FFP**, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de publicação, transmissão ou emissão, distribuição, reprodução, comunicação ao público, tais como material impresso e digital, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da **Outorgada**, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, a **outorgada** e a **UERJ/FFP** poderá dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins. Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Por estarem mutuamente avençados nos termos acima, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

IDENTIFICAÇÃO – Outorgante

NOME COMPLETO (SEM ABREVIACÕES)			
ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO	CEP
RG	ÓRGÃO	UF	EMISSÃO
			/ /

IDENTIFICAÇÃO - Outorgado

NOME COMPLETO (SEM ABREVIACÕES)			
ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO	CEP
RG	ÓRGÃO	UF	EMISSÃO
			/ /

São Gonçalo, _____ de _____ 2010.

(Outorgante)

(Outorgado)

Coordenador do PPG-EDU